



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA - PROLING**

**ESDRAS SOARES DA SILVA**

**O SISTEMA DE NOÇÕES MORAIS E A CONCEPTUALIZAÇÃO  
METAFÓRICA EM SERMÕES DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA**

João Pessoa - PB  
2015

**ESDRAS SOARES DA SILVA**

**O SISTEMA DE NOÇÕES MORAIS E A CONCEPTUALIZAÇÃO  
METAFÓRICA EM SERMÕES DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA**

Dissertação ligada à linha de pesquisa Linguagem, Sentido e Cognição e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Lucienne C. Espíndola

João Pessoa – PB  
2015

S586s Silva, Esdras Soares da.  
O sistema de noções morais e a conceptualização  
metafórica em Sermões de Padre Antônio Vieira / Esdras  
Soares da Silva.- João Pessoa, 2015.  
105f.  
Orientadora: Lucienne C. Espíndola  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA  
1. Vieira, Antônio, Padre, 1608-1697. 2. Linguística.  
2. Modelos cognitivos idealizados. 3. Metáfora conceptual.  
4. Moralidade. 5. Discurso religioso.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

ESDRAS SOARES DA SILVA

**O SISTEMA DE NOÇÕES MORAIS E A CONCEPTUALIZAÇÃO METAFÓRICA  
EM SERMÕES DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA**

Dissertação ligada à linha de pesquisa Linguagem, Sentido e Cognição e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em \_\_\_\_ de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucienne Claudete Espíndola – Orientadora  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura – Examinador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Nóbrega – Examinadora  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento – Suplente  
Universidade Federal da Paraíba

“É possível que não lhe parece muito ao demônio dar um mundo só por uma alma?  
Não, porque a conhece, e só quem conhece as coisas as sabe avaliar.”

*Padre Antônio Vieira* (Sermão da primeira  
dominga da quaresma ou das tentações).

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a presença de noções morais operantes sistematicamente à conceptualização metafórica de termos recorrentes em sermões proferidos por Padre Antônio Vieira. Especificamente, pretendemos delinear o modo como a moralidade está imbricada à conceptualização metafórica dos itens lexicais: 1- *Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada (evangelho)*; 2- *vida, alma, salvação, bênção, graça, glória*, evocados na pregação de Vieira. Propomo-nos, também, esboçar os quadros conceptuais evidenciados a partir da correlação entre moralidade e conceito metafórico dos termos supracitados. Desse modo, partimos de duas hipóteses: a primeira é a de que, no discurso religioso de Vieira, à conceptualização metafórica dos termos suprarreferenciados, subjazem fundamentos morais que operam sistematicamente. Nossa segunda hipótese é a de que os itens: *vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*, ditos “bens espirituais”, no discurso religioso em questão, são concebidos metaforicamente como bens materiais, estando sujeitos à orientação de uma moralidade contábil que rege suas aquisições ou transferências. Tal enfoque aproxima, portanto, as questões espirituais das transações financeiras. Para a consecução dos objetivos e confirmação de nossas hipóteses, a presente pesquisa pautou-se no panorama teórico desenvolvido por Lakoff e colaboradores, mais especificamente, nas teorias da Metáfora Conceptual (2002 [1980]), dos Modelos Cognitivos Idealizados (1987) e na hipótese do *Sistema Metafórico da Moralidade* detalhada em Lakoff (1995) e em Lakoff e Johnson (1999). Desse modo, nossa investigação está filiada ao campo da Semântica Cognitiva. Tais pressupostos teóricos serviram de fundamentos essenciais para a condução de uma análise qualitativa dos dados extraídos dos sermões de padre Vieira. A partir desses dispositivos de análise acionados, foi possível constatar que o modelo de **pai severo**, fundamentado nas noções da **ordem moral e força moral**, como **autoridade moral absoluta**, revelou-se fonte prototípica à significação da figura divina. Portanto, no discurso vieiriano, de maneira sobressaliente, Deus foi conceptualizado metaforicamente como *pai* (genitor ou adotivo), *juiz, rei e até credor*. Embora sendo menos proeminente, no referido discurso, outra via moral para a concepção de Deus foi identificada, pela moral do **pai cuidadoso** que prioriza o cuidado e proteção, Deus exerceu o papel de *pastor*, cabendo moralmente guardar e proteger seu rebanho (igreja) de forma incondicional. Nossa segunda hipótese também foi confirmada. Verificamos que *vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*, itens do âmbito espiritual, foram evocados discursivamente em termos de bens materiais valiosos, tomando, assim, as práticas financeiras (transações para aquisição ou permuta de bens) como domínio-fonte. Ante esse quadro, atestamos que os trâmites para a negociação desses itens na esfera religiosa estão subjugados à linha da moralidade, mais exatamente, a uma **contabilidade moral retributiva**, base da justiça retributiva instaurada pela autoridade moral absoluta de DEUS-PAI SEVERO.

**Palavras-chave:** Modelos Cognitivos Idealizados, Metáfora Conceptual, Moralidade, Discurso religioso.

## ABSTRACT

The present study aims to investigate the presence of operative moral notions systematically metaphorical conceptualization of terms recurring in sermons delivered by Priest Antonio Vieira. Specifically, we intend to delineate how morality is embedded to the metaphorical conceptualization of lexical items: 1- *God, man, divine law, sin, scripture* (gospel); 2 *life, soul, salvation, blessing, grace, glory*, evoked in Vieira's preaching. We propose also outline the conceptual frameworks evident from the correlation between morality and metaphorical concept of the above terms. Thus, we start from two assumptions: the first is that, in the religious discourse of Vieira, the metaphorical conceptualization of previous terms cited, underlie moral foundations that operate systematically. Our second hypothesis is that the items: *life, soul, salvation, blessing, grace* and *glory*, so-called "spiritual goods" in religious discourse, are designed metaphorically as material goods, subject to the guidance of an accounting morality governing their acquisitions or transfers. Such an approach closer, so the spiritual matters of financial transactions. To achieve the goals and confirmation of our hypotheses, this research was based on the theoretical background developed by Lakoff and employees, more specifically, in the theories of Conceptual Metaphor (2002 [1980]), the Idealized Cognitive Models (1987) and System hypothesis metaphorical detailed Morality in Lakoff (1995) and Lakoff and Johnson (1999). In this way, our research is affiliated to the field of Cognitive Semantics. Such theoretical assumptions served as essential foundations for conducting a qualitative analysis of the data extracted from the Priest Vieira's sermons. From these driven analysis devices it was possible verify that the **strict father** model, based on notions of **moral order** and **moral strength**, as **absolute moral authority**, it was revealed prototypical source to the meaning of the divine figure. So, in the speech of Priest Antonio Vieira, God was conceptualized metaphorically as *father* (parent or adoptive), *judge, king* and to *lender*. Although less prominent, in that speech, other moral line to the conception of God was identified, the moral of the nurturant father that prioritizes the care and protection, God was *pastor*, leaving morally guard and protect his flock (church) of unconditionally. Our second hypothesis was confirmed. We found that *life, soul, salvation, blessing, grace* and *glory*, spiritual items, discursively were raised in terms of valuable material possessions, taking thus the financial practices (transactions for the purchase or exchange of goods) as domain source. Before this situation, certify that the procedures for the negotiation of these items in the religious sphere are subjugated to the line of morality, more exactly, a **retributive moral accounting**, the basis of retributive justice established by the absolute moral authority of STRICT GOD-FATHER.

Keywords: Idealized Cognitive Models, Conceptual Metaphor, Morality, religious speech.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 A LINGUÍSTICA COGNITIVA: VISÃO PRELIMINAR.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O PANORAMA EXPERIENCIALISTA E O SISTEMA CONCEPTUAL.....</b>	<b>16</b>
2.1 Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI) .....	16
2.1.1 Tipos de Modelos Cognitivos Idealizados .....	21
2.2 Cognição e experiencialismo: em pauta, a Teoria da Metáfora Conceptual.....	27
2.2.1. Tipos de metáforas conceptuais .....	28
2.3 O Sistema Metafórico da Moralidade .....	34
2.3.1 Contabilidade moral .....	35
2.3.2 Força moral .....	38
2.3.3 Autoridade moral .....	39
2.3.4 Ordem moral .....	40
2.3.5 Moralidade da família .....	41
<b>3 DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO DISCURSO RELIGIOSO.....</b>	<b>43</b>
3.1 Desdobramentos teóricos: testando dispositivos de análise .....	43
3.2 O discurso religioso .....	46
<b>4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISE.....</b>	<b>48</b>
4.1 O <i>corpus</i> .....	48
4.2 Metodologia de Análise .....	49
4.3 Análise e discussão dos dados .....	51
4.3.1 Categoria 1 – <i>Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada (evangelho)</i> .....	51
4.3. 2 Categoria 2 – <i>vida, alma, salvação, bênção, graça, glória</i> .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>



## INTRODUÇÃO

Os trabalhos de George Lakoff e Mark Johnson, alguns dos quais tomados por nós neste estudo investigativo, alicerçam o quadro experiencial para tratar do sistema conceitual humano. Seus pressupostos demarcados inicialmente nas teorias da Metáfora Conceptual (2002 [1980]) e dos Modelos Cognitivos Idealizados (1987) servem de aportes para explicar, pelo menos em parte, certas estruturas conceituais subjacentes em expressões linguísticas proferidas em situações comunicativas. Assim, assumimos a perspectiva experiencialista pela qual as experiências humanas são consideradas como aspectos que balizam nossa compreensão (conceptualização) da realidade que nos cerca, especialmente para tratar abstrações tais como eventos e ações (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 76).

Os estudos dos referidos autores consolidam a hipótese de que a significação se constitui na relação imbricada entre corpo e mente, desse modo, a forma como enxergamos e agimos no mundo se fundamenta nessa integralidade. Por esse viés, a linguagem tem uma base corpórea, pela qual nossas experiências com o meio que nos cerca são canalizadas e mobilizadas cognitivamente na interação discursiva.

Entre os processos cognitivos acionados pelo sistema conceitual humano, um dos que mais recebe atenção nas pesquisas de Lakoff e colaboradores é o modelo cognitivo metafórico. Um conceito metafóricamente organizado tem uma base (experienciável) que serve de motivação (fonte) para a compreensão de algo, sendo este muitas vezes um item abstrato, quase ou totalmente alheio a nossa realidade física (concreta). Em termos da Teoria da Metáfora Conceptual, um conceito metafórico apresenta um domínio-fonte baseado em situações concretas das quais são mapeados traços informativos para o domínio-alvo, que engloba itens mais abstratos e que, por isso, carentes de definição conceitual. A metáfora é o processo que permite, discursivamente, que uma coisa seja tratada e entendida em termos de outra (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

Entre os diversos tipos de discursos, o religioso tem destaque especial pelo seu caráter dogmático que, no caso do Cristianismo, tem como parâmetro dogmático um texto escrito, os escritos bíblicos. Daí ser, conforme Tracy (1992), reconhecidamente uma “religião do livro”.

Nesse contexto, o discurso religioso se firma como instrumento normativo atualizado por líderes (padres, pastores, bispos etc.) e fundamentado em uma fonte escrita (a Bíblia Sagrada). As instruções transmitidas por meio desse discurso devem ser seguidas por todos os membros da comunidade. O bom fiel assume um conjunto de **conceitos** (concepções

religiosas), muitos dos quais são estruturados sob a forma de metáforas que, antes de tudo, são suscetíveis a uma ótica moral indispensável à doutrina. Tais concepções metafóricas juntamente com a **moralidade** sistematizada discursivamente assumem a função de preceitos na comunidade religiosa.

Desse modo, no discurso religioso proferido por Padre Vieira, objeto de nossa investigação, o modelo cognitivo metafórico é frequentemente acionado para abordar vários termos, em especial, os itens mais abstratos. Nesse panorama, nos dispomos a buscar, através da presente pesquisa, respostas aos seguintes questionamentos: a) Sob a ótica da moralidade delineada por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), como as noções morais atuam à conceptualização metafórica dos termos: 1- *Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada (evangelho)*; 2- *vida, alma, salvação, bênção, graça, glória*; itens lexicais de considerável recorrência no discurso em causa? b) No discurso em questão, quais quadros conceptuais metafóricos se estabelecem a partir da orientação de noções morais aventadas por Lakoff e colaboradores?

Assim, mediante a hipótese central de que, nos sermões vieirianos, à conceptualização dos termos acima referenciados subjaz um conjunto de noções morais alicerçadas em práticas (experiências) difundidas e incorporadas socialmente. Como objetivo geral, a presente pesquisa busca investigar a presença de noções morais operantes à conceptualização metafórica de alguns termos suscitados recorrentemente em sermões de Pe. Antônio Vieira. Para esse intento, recorreremos aos dispositivos teóricos suscitados pelo campo da Semântica Cognitiva. À luz do sistema moral aventado por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), de modo específico, pretendemos não só evidenciar o modo como a moralidade opera à conceptualização metafórica de itens recorrentes em sermões vieirianos, mas também esboçar os quadros conceptuais instaurados por essa conjuntura.

A fim de alcançarmos nosso intento, procedemos a uma pesquisa qualitativa, por onde lançaremos interpretações sobre o *corpus* constituído a partir de dados extraídos de sermões de Padre Vieira. Para facilitar a análise, dispomos os dados em duas categorias de itens lexicais. Mais detalhes serão disponibilizados na seção em que trataremos da metodologia.

Em síntese, a presente dissertação tem sua base teórica organizada em 4 capítulos. O primeiro deles apresenta marcos históricos importantes sobre o percurso do desenvolvimento da Linguística Cognitiva.

No segundo capítulo, expusemos o panorama experientialista, contemplando, também, a noção do sistema conceptual humano, concepções caras ao conjunto teórico lakoffiano.

Assim, foi feita uma revisão teórica sobre a tese dos Modelos Cognitivos Idealizados aventada por Lakoff (1987). Em relação a essa teoria, também recorreremos às colocações de Kövecses (1999), Feltes (2007), Ferrari (2011), Chiavegatto (2009) e Assunção (2011). Além disso, nesse capítulo, discorreremos sobre a Teoria da Metáfora Conceptual empreendida por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), o que tornou possível compreendermos não só o mecanismo de estruturação de um modelo cognitivo metafórico, mas também a tipologia das metáforas conceptuais. Por fim, explanamos o Sistema Metafórico da Moralidade definido em Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999). Tal sistema orienta diversas conceitualizações no âmbito da pregação de Vieira, agente da comunidade religiosa católica.

O terceiro capítulo é o que trata de desdobramentos em relação às postulações de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1999) e trouxemos algumas colocações sobre o discurso religioso. Na ocasião, pontuamos sucintamente alguns caminhos investigativos tomados por Feltes (2007). Mostramos que, se baseando na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados e nos dispositivos integrados à hipótese do Sistema de Metáforas Morais, a autora definiu extensões conceptuais radiais da categoria religião. Além disso, propôs um modelo materialista à análise conceitual de alguns termos. Importa dizer que o domínio materialista (financeiro/mercadológico) é apontado por nós como fonte à conceitualização de termos tomados como “bens espirituais”, enquadrados na segunda categoria de análise da nossa pesquisa.

Quanto ao tratamento teórico do discurso religioso, acionamos as posições de Tracy (1992), Leme (2003), Marcuschi (2008), Citelli (2007) Fiorin (2007) e Costa (2010).

O capítulo quatro foi destinado às considerações metodológicas e análise dos dados. Nessa etapa, após discorreremos sobre o *corpus* e sobre os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, procedemos à verificação dos dados.

Na seção das Considerações finais serão feitas as colocações sobre nossas conclusões e confirmações após o estudo empreendido.

## 1 A LINGUÍSTICA COGNITIVA: PANORAMA PRELIMINAR

Conforme Kövecses (1999, p. 168), denomina-se Ciência Cognitiva a ciência que se propõe a estudar o funcionamento da mente humana e que, para tal intento, reúne uma série de pressupostos teóricos norteadores.

Traçando um breve panorama diacrônico desse campo científico, o autor aponta a existência de duas gerações heurísticamente distintas. Sobre a primeira geração, afirma que

Talvez a figura mais conhecida no novo paradigma da pesquisa é Noam Chomsky, que formulou, juntamente com outros estudiosos, sua visão metafórica de linguagem e a mente em termos de computadores poderosos, em que o pensamento e linguagem são vistos como símbolos abstratos<sup>1</sup>. (Ibid, p. 168).

Ainda de acordo com Kövecses (1999, p. 169), a segunda geração da Ciência Cognitiva apresenta um quadro teórico diferente do empreendido por Chomsky. Nesse segundo enfoque, a abordagem metodológica é empírica, e não dedutiva como na primeira versão, além disso, integra outros estudos advindos, por exemplo, da psicologia cognitiva, da neurociência, da Linguística, da Antropologia, da Ciência da computação e da Inteligência artificial.

O autor supracitado argumenta, ainda, outra diferença, demonstrando que

A segunda diferença é que a nova geração de cientistas cognitivos rompe com a metáfora mente como computador, vendo a mente corporalizada, isto é, como decorrente de experiências sensorio-motoras básicas do corpo humano. Por esse ponto de vista, o significado não é primariamente uma associação arbitrária entre sinais e coisas, mas um processo no qual os seres humanos conceituam e compreendem o seu (psicológico social, cultural físico) mundo fazendo uso do seu corpo (sensorio-motor) experiências.<sup>2</sup> (KÖVECSES, 1999, p. 169).

Conforme pudemos observar, na passagem acima, a Linguística é apresentada como uma das subáreas da Ciência Cognitiva, já que ela fomenta o estudo e se beneficia de resultados alcançados dentro desse núcleo investigativo interdisciplinar, sobre o funcionamento da mente humana.

---

<sup>1</sup> Perhaps the best known figure in the new paradigm of research is Noam Chomsky, who formulated, together with others, his views of language and the mind in terms of the powerful computer metaphor, in which thought and language are viewed as manipulations of abstract symbols (KÖVECSES, 1999, p. 168).

<sup>2</sup> The second difference is that the new generation of cognitive scientists break away from the mind as computer metaphor and see the mind as being embodied, that is, as arising from very basic sensorimotor experiences of the human body. In this view, meaning is not primarily an arbitrary association between signs and things but a process in which humans conceptualize and understand their (physical, social, cultural, psychological) world by making use of their bodily (sensorimotor) experiences (KÖVECSES, 1999, p. 169).

Desse modo, o campo da Linguística Cognitiva tem como marco teórico fundamental a perspectiva experiencialista, via pela qual o pensamento humano e consecutivamente os fenômenos da linguagem são abordados.

O viés experiencialista de investigação para explicar e descrever processos diretamente ligados à cognição humana visa alinhar-se às “tradições psicológicas e filosóficas que enfatizam a experiência humana e a centralidade do corpo humano nessa experiência” (FERRARI, 2011, p. 21).

A assunção desse parâmetro metodológico implica, em contrapartida, uma série de posicionamentos, Lakoff (1987, p. 09) aponta que no quadro experiencialista é preciso reconhecer que:

- A significação não é baseada em termos de verdade e referência direta em relação às coisas do mundo;
- A mente está diretamente relacionada ao corpo;
- As pessoas acionam diferentes sistemas conceituais.

Com base nesses princípios citados, a Linguística Cognitiva assume a hipótese de que “a linguagem não é uma faculdade cognitiva autônoma” (LENZ, 2013, p. 37). Isso implica compreender que o processo de significação das expressões linguísticas se dá a partir da nossa relação e experiência com o ambiente que nos cerca, são, portanto, definidas culturalmente (Ibid, p. 39).

Essas acepções a respeito da cognição, linguagem e compreensão de mundo, possibilitou a revisão sobre o processo de categorização no âmbito das Ciências Cognitivas. Enquanto subárea, a Linguística Cognitiva também passou a rever as afirmações seculares sobre a forma como nós organizamos categoricamente as coisas em nossa mente.

De acordo com Lakoff (1987, p. 06), desde Aristóteles, as categorias eram vistas como um tema não problemático, visto que, eram entendidas como simples recipientes de objetos com certas propriedades comuns entre todos os membros.

Na pauta investigativa sobre a categorização, Lakoff (1987, p. 40) destaca o trabalho pioneiro de Eleanor Rosch que lançou as bases preliminares do que passou a ser chamada de Teoria de protótipos ou Teoria dos protótipos.

Resumidamente falando, os fundamentos da Teoria dos Protótipos se deram, inicialmente, com base no estudo dos antropólogos Berlin e Kay sobre o vocabulário das cores em diferentes línguas.

A partir das respostas dadas pelos entrevistados em relação ao questionamento sobre qual seria o melhor exemplar de cor em um espectro, estes autores perceberam que os falantes das línguas investigadas apontaram para os mesmos termos básicos de cor para cada espectro. Dessa constatação, eles concluíram que a *cor básica* funcionava como um melhor exemplo para orientar a categorização das cores e suas nuances. Assim, numa gama de cores incluídas no espectro de azul, haverá um azul como melhor representante, “numa suposta língua onde enquadra numa mesma categoria toda a gama de azuis e verdes, o turquesa não seria eleito pelos falantes como o melhor exemplar, visto que ele está no meio do espectro azul-verde. O melhor exemplo da hipotética categoria seria o azul focal ou verde focal”<sup>3</sup> (LAKOFF, 1987, p. 26).

Conforme evidencia Lakoff (1987, p. 41), Rosch apoiou-se nesses resultados obtidos por Berlin e Kay, para investigar as cores básicas ou focais da comunidade de falantes do Dani, uma língua da Nova Guiné. Nesse trabalho, os testes revelaram que:

- a- As cores focais foram mais facilmente lembradas que as cores não-focais;
- b- As cores focais chamaram mais atenção das crianças de três anos de idade;
- c- Os nomes de cores focais são aprendidas mais facilmente que os nomes das cores não-focais.

A partir dessas verificações, segundo Lakoff (1987, p. 41), Rosch confirmou a existência de assimetrias entre os membros de uma mesma categoria. Constatou que alguns desses membros servem de pontos focais de uma dada categoria, ou seja, têm *status* especial por serem melhores representantes entre os demais componentes do agrupamento categórico. A causa dessa assimetria se dava exatamente pela existência do que pesquisadora denominou de protótipos.

Posteriormente, a estudiosa estende seus postulados sobre pontos focais (protótipo) a fim de estudar outras categorias, tais como a da forma, dos organismos e dos objetos (FERRARI, 2011, p. 37).

A ideia de protótipo ascendente no campo das ciências cognitivas colocou em xeque as concepções seculares traçadas pelo modelo clássico de categorização, na qual o processo consistia em agrupar itens com os mesmos atributos. Pela via cognitiva, a categorização é Escalonar, ou seja, alguns elementos ocupam a posição mais central da categoria, servem como melhores referentes, outros se distanciam gradualmente dessa posição mais central.

---

<sup>3</sup> Suppose a language has a basic color term that covers the range of both blue and green; let us call that color grue. The best example of grue, they claim, will not be turquoise, which is in the middle of the blue-to-green spectrum. Instead the best example of grue will be either focal blue or focal green (LAKOFF, 1987, 26).

Como explanação sobre o grau de prototipicidade, Lakoff (1987, p. 41) toma como exemplo alguns membros da categoria *ave*. O autor esclarece que, na referida categoria, galinha é mais representativo (prototípico) que avestruz e pinguins. Outro exemplo colocado pelo autor diz respeito à categoria *cadeira*, cadeira de mesa seria o item mais representativo se comparado à cadeira de balanço, cadeira de barbeiro e pufes. Em consonância, Martins (2013) afirma que

nos modelos semânticos desenvolvidos em torno da noção de protótipo, adota-se o pressuposto de que a categorização é uma atividade cognitiva de organização e representação da experiência concreta humana, na qual o protótipo é o elemento de maior frequência e o ponto de referência para a definição de uma categoria. (Ibid, p. 106).

Ante o panorama exposto sobre a atual compreensão do processo de categorização entendido hoje numa perspectiva cognitivista, é indispensável deixar de expor uma extensão da visão de categorização empreendida por Lakoff (1987), para ele

Uma grande parte das nossas categorias não são categorias de coisas; elas são categorias de entidades abstratas. Nós categorizamos eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais e uma gama enorme de entidades tais como, governos, doenças e teorias científicas e populares [...]. Qualquer pensamento humano dá conta adequadamente de fornecer uma compreensão exata de todas as nossas categorias, sejam elas concretas ou abstratas. (Ibid, p. 06)<sup>4</sup>.

Esse posicionamento de Lakoff (1987) promove mais um recorte paradigmático nos estudos investigativos atuais sobre o processo de categorização, pois tira o processo da condição estrita de ligação à objetividade e verdade em relação às coisas do mundo e a coloca no plano das representações (conceptualizações) mentais. Portanto, esse ponto de vista ratifica o entendimento de que não categorizamos apenas as coisas da realidade física (Ibid, p. 06).

A partir da hipótese prototípica desenvolvida por Rosch ao longo de vários estudos sobre a categorização, no percurso da teorização dos modelos cognitivos idealizados (MCI), Lakoff (1987, p. 68) argumenta que os MCIs são exatamente a fonte da organização das categorias e dos efeitos prototípicos. Na seção seguinte, discorreremos mais detalhadamente a respeito dos MCIs.

---

<sup>4</sup> But a large proportion of our categories are not categories of *things*; they are categories of abstract entities. We categorize events, actions, emotions, spatial relationships, social relationships, and abstract entities of an enormous range: governments, illnesses, and entities in both scientific and folk theories [...]. Any adequate account of human thought must provide an accurate theory for *all* our categories, both concrete and abstract.

## 2 O PANORAMA EXPERIENCIALISTA E O SISTEMA CONCEPTUAL

### 2.1 Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCI)

No âmbito das ciências cognitivas, notadamente no campo da Linguística Cognitiva, desenvolveu-se a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI). Como objetivo desses pressupostos teóricos, está o de esclarecer como o sistema conceptual atua, e, conseqüentemente, explicar como a conceptualização humana se constrói a partir das experiências com o mundo.

Para a formalização da teoria dos Modelos Idealizados, Lakoff toma como referência a discussão de Fillmore sobre a categoria definida pelo termo inglês *bachelor* (solteirão).

Conforme Ferrari (2011, p. 54), a partir de suas investigações baseada na teoria de *frames*, Fillmore concluiu que, embora *bachelor* seja usado para se referir a um homem adulto não casado, esse termo não consegue remeter a todos os homens adultos que não são casados, por exemplo, não serviria para qualificar o Papa.

Conforme Ferrari (2011), com base nas verificações de Fillmore, *bachelor* foi colocado por Lakoff como um Modelo Idealizado, visto que, adequa-se a uma sociedade humana que prevê casamentos monogâmicos e que estipula uma idade ideal para um homem casar. Desse modo, configura-se como um modelo cognitivo idealizado, pois não contempla a existência de padres, casais de relação estável e não casados, homossexuais, homens de relações poligâmicas (Ibid, 55).

Como podemos ver, o MCI em questão não abarca categoricamente os homens de todos os setores de uma sociedade, por isso mesmo são tratados como idealizado, suscitam, portanto, efeitos prototípicos de uma categoria, visto que, “um modelo cognitivo idealizado pode se enquadrar em varias formas de compreensão do mundo, perfeitamente, muito bem, bem, mal, muito mal, ou de jeito nenhum”<sup>5</sup> (Lakoff, 1987, p. 70).

Nessa concepção, o teórico suprarreferenciado evidencia *mãe* como um exemplo de modelo idealizado estipulando diferentes graus de prototipicidade. Desse modo, a definição de *mãe* como “mulher que deu à luz a uma criança” não contempla todas as outras considerações a respeito do termo (FERRARI, 2011, p. 05).

---

<sup>5</sup> An idealized cognitive model may fit one's understanding of the world either perfectly, very well, pretty well, somewhat well, pretty badly, badly, or not at all.



Em sua análise sobre o modelo idealizado de *mãe*, Lakoff (1987) determinou a estrutura radial desse modelo. Por modelo radial entende-se a combinação entre vários modelos cognitivos formando uma espécie de rede (Ibid, 74).

Assim, de acordo com Lakoff (1987) o conceito de *mãe* baseia-se na combinação dos seguintes modelos cognitivos individuais:

- a) Modelo de nascimento – a pessoa que dá a luz
- b) Modelo genético – mãe é aquela que contribui com o material genético
- c) Modelo de adoção – mãe é aquela que cuida e cria uma criança
- d) Modelo conjugal – mãe é a mulher do pai
- e) Modelo genealógico – o ancestral mais próximo

Como se pode notar, cada um dos modelos do conjunto radial categoriza diferentes entendimentos do que socialmente se presume ser *mãe*, de modo que cada um deles recobre apenas uma parcela do domínio *mãe*. É o que revela, por exemplos, os seguintes exemplos extraídos de Lakoff (1987, p. 75):

- Eu fui adotado e eu não sei quem é minha *mãe verdadeira*.
- Minha verdadeira mãe morreu quando eu nasci.
- Eu tive uma *mãe genética* que deu o óvulo implantado no útero da minha *mãe verdadeira*.

A título de exemplificação, dispomos a seguir representações gráficas de três domínios de conhecimento, os quais, segundo Chiavegatto (2009, p. 87) configuram-se como modelos cognitivos partilhados socialmente. Vejamos:

MCI – SAÚDE	MCI – ECONOMIA	MCI – ENERGIA
➤ vitalidade	➤ finanças	➤ combustível
➤ disposição	➤ dinheiro	➤ força
➤ boa aparência	➤ riqueza	➤ produção
➤ bom funcionamento	➤ fartura	➤ produtos
➤ doença	➤ lucros	➤ meios
➤ indisposição	➤ trabalho	➤ alternativas
➤ palidez	➤ desemprego	➤ petróleo
➤ médicos	➤ falência	➤ carvão
➤ hospital	➤ crise	➤ ventos
➤ dor	➤ pobreza	➤ águas

Vale salientar que as colocações de Lakoff (1987) a respeito dos modelos cognitivos idealizados revelam também a relação imbricada entre o estabelecimento desses modelos e aspectos culturais. A partir desse empreendimento teórico de Lakoff (1987), Feltes (2007, p. 90) esclarece que alguns modelos cognitivos podem ser entendidos como culturais, já que mantêm relação estreita com uma cultura específica, advindos de propriedades e conhecimentos compartilhados por um grupo de indivíduos.

Um exemplo dessa inter-relação entre MCI e cultura é o modelo de semana discutido por Lakoff (1987), o qual, segundo o estudioso, configura-se como um modelo idealizado, visto que “Sete dias por semana não existem objetivamente na natureza. Eles são criados por seres humanos. Na verdade, nem todas as culturas têm os mesmos tipos de semanas” (Ibid, 69)<sup>6</sup>.

Em consonância com as colocações de Lakoff (1987) nesse tocante, Lenz (2013, p. 33) pontua que “Como nem toda cultura adota este nosso modelo de semana, fica evidente que os aspectos culturais são importantes na construção dos significados”.

Dessa forma, as diretrizes teóricas traçadas por Lakoff (1987, p. 112) dão conta de que o nosso sistema conceptual é dependente e intimamente integrado às nossas experiências físicas e culturais.

A interveniência cultural também é considerada por Sperandio e Assunção (2011, p. 506) ao tratar da emergência de modelos cognitivos idealizados. Para eles, a estruturação desses modelos relaciona importantes aspectos a serem considerados, vejamos:

- Os modelos cognitivos são idealizados porque se estruturam a partir de estímulos – crenças e valores culturais;
- Os modelos idealizados não se adequam de forma perfeita ao mundo, visto que são frutos da cognição humana sobre a realidade;
- Por se originarem a partir das várias crenças e valores sociais, há uma gama extremamente numerosa de MCIs, muitos deles podendo ser contraditórios entre si.

Chiavegatto (2009, p. 87) define os MCI como um conjunto de conhecimentos armazenados mentalmente e organizados via experiência dos indivíduos com o mundo. Tais modelos “são estruturas estáveis, mas não rígidas, pois podemos modificá-los, adicionando ou retirando informações, *re-organizando* hierarquias, de modo a atualizar nosso saber sobre as áreas de experiência que temos arquivadas na memória”. O autor presume, portanto, a

---

<sup>6</sup> Seven-day weeks do not exist objectively in nature. They are created by human beings. In fact, not all cultures have the same kinds of weeks.

interrelação entre os MCI, fundamentados em aspectos socioculturais, e a memória – fator cognitivo.

Como destaca Kövecses (2005), o ponto de vista cultural, do qual concebemos os diversos MCIs, é importante “em nossas tentativas de descrever e caracterizar o sistema conceitual humano [...] modelos culturais são organizações coerentes com a experiência humana e compartilhada pelas pessoas”<sup>7</sup> (KÖVECSES, 1999, p. 193).

Detendo-se aos modelos metafóricos, o autor considera que “os modelos culturais de conceitos abstratos são inerentemente metafóricos [...]”<sup>8</sup>. Afirma, ainda, que “as metáforas conceituais convergem, e muitas vezes produzem modelos culturais”<sup>9</sup> (Ibid, p.193).

Com base nos pressupostos lakoffianos, Feltes (2007, p. 127) suscita a informação relevante de que o processo de conceptualização só pode ser adequadamente analisado em termos de MCI, modelos esses, reivindicados por uma situação interacional particular.

Um exemplo dessa inter-relação entre modelos culturais metaforicamente estruturados e a organização conceitual estabelecida está nas análises feitas por Lakoff e Kövecses, relatadas em Kövecses (1999), em relação ao conceito de *raiva*.

Para os autores, *raiva* é culturalmente concebida como uma substância fluida, sendo o corpo seu container. Esse modo de conceptualizar revelou que o sistema conceitual de raiva se organiza a partir da metáfora “O CORPO É UM CONTÊINER PARA AS EMOÇÕES”.

A conceptualização de CORPO COMO CONTÊINER e de RAIVA COMO O UM FLUIDO quente num contêiner repercutem nas seguintes expressões metafóricas extraídas de Feltes (2007) :

Não provoque, ele logo fica *esquentado!*

Você faz o meu sangue *ferver*

A raiva contida *brotava de dentro dele*

Eu estava *fumegando* de raiva.

Ele estava *estourando* de raiva.

Não toleramos mais suas *explosões*

Ela *voou* pelo telhado com a revelação

*Saía fumaça pelas suas orelhas*

---

<sup>7</sup> Cultural models are important in our attempts to describe and characterize the human conceptual system [...] Cultural models are best conceived of as any coherent organizations of human experience shared by people.

<sup>8</sup> Others, however, claim that cultural models for abstract concepts are inherently metaphorical; that is, they are constituted by metaphor.

<sup>9</sup> Conceptual metaphors converge on, and often produce, cultural models that operate in thought.

De acordo com Kövecses (1999, p. 198), o esquema conceptual proposto por Lakoff e Kövecses tem a seguinte correspondência entre o domínio-fonte (conhecimento das possíveis reações de um fluido ao ser agitado em um container fechado) e o domínio-alvo (conhecimento das sensações provocadas pela raiva em nosso corpo). Vejamos o mapeamento:

- O container → nosso corpo
- O calor do fluido → a raiva
- A escala do calor → a escala da raiva
- O calor de um container → o calor do corpo
- A pressão do container → a pressão interna do corpo
- A agitação do fluido e do container → a agitação física
- A explosão → a perda de controle
- O fluido estando frio → a ausência de raiva

As colocações postas e esquematizadas pelos pesquisadores a respeito da conceptualização do termo *raiva*, explicam como o referido modelo sistemático emerge com tal configuração em nossa cultura. Confirmam, portanto, a relação estreitamente imbricada entre cultura e modelos cognitivos (KÖVECSES, 1999, p. 194).

### 2.1.1 Tipos de modelos cognitivos idealizados

Segundo Lakoff (1987, p. 68), a noção de Modelos Cognitivos Idealizados se dá por base de quatro princípios estruturadores: 1) imagem-esquemática; 2) estruturas proposicionais; 3) mapeamentos metonímicos e 4) mapeamentos metafóricos. Tais princípios nos levam a considerar os seguintes modelos idealizados:

- a) Modelos de esquemas de imagens
- b) Modelos proposicionais
- c) Modelos Metonímicos
- d) Modelos Metafóricos

Vejamos com mais detalhes cada um dessas estruturas que, segundo o autor, são peças fundamentais na organização de nosso sistema conceptual.

- a) Modelos de esquemas de imagens

Tratando dos esquemas imagéticos, Feltes (2007) salienta algumas propriedades importantes, destacando que tais esquemas:

- 1- são de natureza corporal;
- 2- são mapeados para domínios conceptuais abstratos via metáfora e metonímia;
- 3- estruturam modelos cognitivos idealizados (MCI).

De acordo com Lakoff (1987, p. 284), os variados tipos de esquemas de imagens podem estruturar modelos cognitivos idealizados mais complexos. Sendo assim, pode-se dizer que

Essas estruturas cognitivas são diretamente significativas, pois têm a ver, respectivamente, com as características perceptuais do aparato cognitivo humano e com características básicas de sua experiência físico-corporal. Eles são a base da formação de MCI mais complexos. (FELTES, 2007, p. 128).

Conforme Ferrari (2011), os esquemas imagéticos são padrões esquemáticos, conceitos abstratos sem grande informatividade e apreendido da experiência corpórea. O corpo é a motivação e referência para constituição desses esquemas cognitivos.

Em Feltes (2007), encontramos alguns esquemas de imagem, os qual apresentaremos logo a seguir:

- Contêiner (interior – fronteira – exterior)
- Parte-todo
- Ligação
- Centro-Periferia
- Origem – Percurso – Meta
- Para cima – Para baixo

A título de exemplificação, entre os esquemas de imagens apresentados pela autora supracitada discorreremos, resumidamente, sobre os esquemas **origem-percurso-meta** e **contêiner**.

De acordo com Feltes (2007, p. 130), o esquema **contêiner** “consiste em uma fronteira que distingue um interior de um exterior. Nosso próprio corpo é experienciado como um contêiner (uma espécie de recipiente) e, a partir dessa experiência, muitas outras coisas passam a ser estruturadas cognitivamente dessa forma [...]”

A autora expõe, ainda, que serve de orientação ao esquema contêiner a estrutura **interior – fronteira – exterior**. Apresenta como exemplo de contêiner o conceito de família. Repercutindo em expressões tais como:

- Estou satisfeito por *entrar* em nossa família
- Isso deve ser mantido *nos limites* desta família

A respeito do esquema **origem-percurso-meta**, Feltes (2007, p. 133) considera que “este esquema espaço-temporal deriva de um grande número de atividades humanas, todas elas experienciadas nestes termos: um ponto de início, um ponto final e ‘uma sequência de posições contínuas conectando a fonte ao destino’”.

Como exemplo da repercussão do esquema **origem-percurso-meta**, a estudiosa aponta que o conceito de *pesquisa* é estruturado com base nesse modelo. Uma pesquisa tem um ponto de partida, um percurso investigativo a ser percorrido e um ponto de chegada, os objetivos da pesquisa. Conforme Feltes (2007), esses aspectos estão configurados em expressões do tipo:

- A pesquisa *partiu* da detecção da presença de flúor na água da represa.
- A *sequencia de procedimentos* que constituem as diferentes *etapas* da pesquisa será [...]
- A *cada passo* da pesquisa sabíamos que não podíamos recuar
- *No fim da pesquisa, chegamos à conclusão* de que era eficaz o tratamento [...]

#### b) Modelos proposicionais

De forma sucinta, os modelos proposicionais reúnem um conjunto de representações mentais juntamente com suas propriedades, ou seja, englobam certo número de conhecimentos que se relacionam entre si (LAKOFF, 1987, p. 114).

Entre os tipos de modelos proposicionais Lakoff inclui:

##### -Proposição simples

É construída a partir da estrutura argumento e predicado. Além disso, utiliza-se basicamente do esquema de imagem **parte-todo**.

Feltes (2007) coloca como exemplo a sentença: “Maças e laranjas são frutas típicas”. As categorias *laranjas* e *frutas* foram dispostas exatamente sobre a estrutura do modelo proposicional simples, que enquadra um predicado (fruta) e um argumento (laranja). (Ibid, 134 - 135).

##### - Cenário (ou Script)

Estrutura-se com base no esquema **origem – percurso – meta**, uma vez que apresenta um ponto inicial, um curso sequenciado de eventos e um estado final; e no esquema **parte-todo**, em que cada momento do cenário corresponde a uma de suas partes (FELTES, 2007, p. 136).

Para exemplificar esse tipo de modelo proposicional, Lakoff (1987, p. 78) recorreu ao *script* descrito por Schank e Abelson (1977) em relação ao deslocamento de um lugar a outro por meio de um veículo. Nessas circunstâncias, tem-se o seguinte cenário:

**Condição inicial:** Você tem (ou tem acesso a) um veículo.

**Embarque:** Você entra no veículo e dá-se a partida.

**Centro:** Você se dirige para o seu destino.

**Final:** Você estaciona e sai do veículo.

**Ponto final:** Você chega ao seu destino.

#### - *Categoria radial*

Proposto por Lakoff (1987), esse modelo idealizado tem se mostrado bastante relevante para o estudo da conceptualização numa perspectiva cognitiva.

Enquanto categoria radial, esse modelo se estrutura pelo esquema **centro – periferia**, onde “uma subcategoria é o centro e as outras subcategorias são interligadas a esse centro por vários *links*. Por sua vez, categorias não-centrais, podem conter "subcentros", isto é, elas podem admitir outras estruturas de **centro-periferia**”<sup>10</sup> (Ibid, 287).

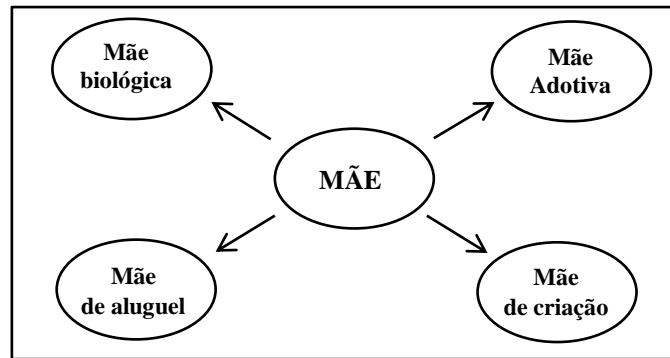
O autor argumenta, ainda, que num modelo radial, os itens menos centrais se configuram como variações dos itens mais centrais, evidenciando, portanto, gradações de efeitos prototípicos no sistema categorial e conceptual, já que há estreita relação entre categorias cognitivas e categorias conceituais (LAKOFF, 1987, p. 91).

Nesse tocante, Gomes (2012, p. 42) esclarece que um modelo radial é uma rede de significação, onde há a existência de um significado-núcleo que irradia significações para o estabelecimento de outros significados a partir dele.

Como exemplo de uma rede de significação, cabe aqui, mesmo que de forma resumida, esquematizarmos a radialidade do modelo idealizado de *mãe* baseada nas proposições de Lakoff (1987, p. 75):

---

<sup>10</sup> One subcategory is the center; the other subcategories are linked to the center by various types of links. Noncentral categories may be "subcenters," that is, they may have further center-periphery structures imposed on them.



Como podemos observar no esquema, a partir do centro prototípico *mãe*, a estrutura radial se estende numa série de extensões significativas repercutidas em *mãe biológica*, *mãe de aluguel*, *mãe de criação*, *mãe adotiva*.

### c) Modelos metonímicos

Abordando a metonímia, Sardinha (2007, p. 23) salienta que diferentemente da metáfora, que estabelece uma relação de similaridade entre elementos diferentes, a metonímia cria uma relação entre entidades semanticamente próximas, como no caso da expressão “li Machado de Assis”, que revela a relação de contiguidade entre um escritor e suas obras.

Lakoff (1987, p. 288) explica que os mapeamentos metonímicos se dão em um mesmo domínio de conhecimento, onde há dois elementos A e B, sendo que, numa sentença, B, pode representar A, visto que entre A e B há uma contiguidade semântica.

A partir da colocação do autor supracitado, depreende-se que, em um modelo metonímico,

A escolha de B determinará A nessa estrutura, sendo que comparado a A, B ou é de fácil compreensão, ou mais fácil de ser lembrado, reconhecido ou imediatamente útil para a proposta em um dado contexto, e assim, o modelo metonímico é um modelo que exemplifica como A e B são relatados em uma estrutura conceitual, sendo a relação especificada pela função de B para A. (ASSUNÇÃO; SPERÂNDIO, 2011, p. 508).

Os autores colocam, ainda, que a metonímia tem por base dois esquemas: o esquema **contêiner**, já que no modelo metonímico a estrutura conceitual subsume tanto o elemento A quanto B e B é parte de A, e o esquema **origem – percurso – meta**, tendo em vista que o mapeamento metonímico se dá pela função de B para A conforme mencionado na citação acima.



#### d) Modelos metafóricos

Diferentemente da metonímia, cujos mapeamentos ocorrem em um mesmo domínio, na metáfora, os mapeamentos ocorrem entre aspectos de dois domínios diferentes (SARDINHA, 2007, p. 24).

Em relação aos modelos cognitivos de base metafórica, Chiavegatto (2009, p. 88) afirma que os MCI constituem domínios do conhecimento, os quais, em situações contextuais, são mobilizados repercutindo em mapeamentos de informações de um domínio a outro domínio.

Nessa perspectiva, Keller e Feltes (2011, p. 375) argumentam que na metáfora há uma correlação entre um domínio-fonte A e um domínio-alvo B. Sendo que os mapeamentos sempre se lançam de A em direção a B, revelando, portanto, o caráter unidirecional da metáfora.

É a partir do mapeamento entre domínios diferentes que *tempo*, por exemplo, pode ser conceptualizado metaforicamente de diversas maneiras, conforme demonstram os seguintes exemplos extraídos de Ferrari (2011, p. 92-93):

##### a) TEMPO É LOCAL

Já estamos *perto do Natal*.

Ele chegou *em cima da hora*.

##### b) TEMPO É ENTIDADE

O natal está *chegando*.

O tempo *voa*.

Como podemos ver, no modelo metafórico (a), o domínio-alvo (domínio abstrato) *tempo* foi conceptualizado a partir de aspectos disponíveis no domínio-fonte LOCAL (domínio concreto), envolvendo mapeamentos tais como: tempo é um ponto físico do qual nos aproximamos ou nos distanciamos, tempo é um ponto físico do qual podemos nos colocar à frente, atrás ou em cima.

No modelo (b), o domínio-alvo *tempo* foi concebido em termos de uma entidade animada. No exemplo, esse modelo metafórico mobilizou os seguintes mapeamentos: como entidade animada o tempo se locomove, podendo ora se aproximar, ora se afastar em relação a um determinado ponto; o tempo pode se deslocar voando no espaço em direção a algo.

Diante desses esclarecimentos, fica evidente que compreender as metáforas em termos de modelos cognitivos requer, conforme Feltes (2007, p. 152), saber que tais modelos metafóricos estruturam-se em termos de esquemas imagéticos (contêiner e origem – percurso – meta) e que envolvem mapeamentos de aspectos baseados fundamentalmente na experiência concreta, a partir de um MCI (domínio-fonte) para outro MCI (domínio-alvo) de caráter conceptual abstrato.

Outro ponto importante a respeito dos modelos metafóricos é apontado por Dell’Isola (1998, p. 39) quando afirma que a existência de traços culturais nas expressões linguísticas constituídas por metaforização acarreta diferenças estruturais nos conceitos metaforicamente elaborados. A metáfora tem, portanto, uma base sociocultural.

[...] a metáfora apresenta-se em um contexto referencial e pode conter marcas culturais. De um lado, seu criador (ou “construtor”), inserido em um contexto cultural com o seu universo e com suas próprias relações com o mundo [...] De outro lado, o receptor [...] também inserido em um contexto cultural. (DELL’ISOLA, 1998, p. 41).

O posicionamento da autora na citação acima corrobora Kövecses (1999, p. 193) quando este afirma que os modelos cognitivos entendidos como culturais lançam interpretações específicas nos conceitos constituídos metaforicamente.

Outras discussões a respeito do modelo metafórico serão estabelecidas na secção onde abordaremos a teoria da metáfora conceptual empreendida por Lakoff e colaboradores.

## **2.2 Cognição e experiencialismo: em pauta, a Teoria da Metáfora Conceptual**

A teoria da metáfora conceptual proposta por Lakoff e Jhonson assume um viés diferente em relação à abordagem tradicional do estudo da metáfora. Na abordagem tradicional, a metáfora é compreendida como um recurso retórico e útil para ornar o discurso (SARDINHA, 2007, p. 57).

Na perspectiva conceptual empreendida por Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 45), a metáfora não é um mero acessório de linguagem, ela está infiltrada no cotidiano tanto no pensamento quanto na ação. Os pesquisadores afirmam ainda que “a maior parte do nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica [e dessa forma] estruturam nossa maneira de perceber, de pensar e de agir” (ibid, p. 46).

Essa perspectiva teórica mudou o *status* da metáfora, isso porque, conforme Espíndola (2011)

[...] de uma simples figura de retórica para o de uma operação cognitiva fundamental, porque liberou a figura do espaço da palavra e a levou para o espaço cognitivo. [Assim], está presente em todas as funções em que se manifesta a linguagem cotidiana. (ibid, 2011, p. 12).

A teoria da metáfora conceptual enquadra, portanto, a metáfora no campo da cognição condicionando-a a uma base experiencialista, essencial para a constituição dos conceitos metafóricos<sup>11</sup>.

Por base experiencial direta Lakoff e Johnson esclarecem que

[...] o que chamamos de “experiência física direta” é uma questão de toda experiência acontecer dentro de uma vasta bagagem de pressuposições culturais. [...] Suposições, valores e atitudes culturais não são conceitos que acrescentamos à experiência. Seria mais correto dizer que toda a nossa experiência é totalmente cultural e que experienciamos o ‘mundo’ de tal maneira que nossa cultura já está presente na experiência em si. (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 129).

A partir do exposto acima, o que se deduz em relação aos conceitos metafóricos é a indissociação entre metáforas e base experiencial fundamentada culturalmente.

Nesse sentido, Kövecses (1999, p. 05-08) aponta onze componentes que se integram às metáforas, entre os quais discorremos sobre alguns:

- (1) Domínio-fonte e (2) Domínio-alvo – a metáfora consiste a partir da relação entre dois domínios, sendo a fonte um domínio mais físico baseado na experiência com o meio e o alvo, o domínio mais abstrato, um exemplo seria a metáfora “A VIDA É UMA VIAGEM”.
- (3) Base experiencial – uma fonte baseada na experiência corpórea que se direciona a um alvo específico.
- (5) Relações entre a fonte e o alvo – um domínio-fonte pode relacionar-se a vários alvos e um alvo pode correlacionar-se com várias fontes. Ex. : “VIDA É UMA VIAGEM; AMOR É UMA VIAGEM”
- (6) Expressões linguísticas metafóricas – derivam da conexão entre o domínio-fonte e o domínio-alvo. Ex.: “uma relação calorosa” é estruturada a partir da metáfora conceptual “AFEIÇÃO É CALOR”.
- (7) Mapeamentos – Tratam-se das correspondências conceptuais básicas entre o domínio-fonte e domínio-alvo.

Exemplo: “O AMOR É UMA VIAGEM”. Nessa metáfora, são mapeados os seguintes elementos:

---

<sup>11</sup> Na obra *Metáforas da vida cotidiana*, os autores Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 48) salientam que, o termo *metáfora* equivale a conceito metafórico.

Viajantes – são os envolvidos na relação amorosa

Veículo – a relação amorosa

Destino – os objetivos pretendidos no relacionamento

Distância percorrida – o progresso do relacionamento

Obstáculos ao longo da viagem – dificuldades encontradas no relacionamento;

(8) Acarretamentos – tratam-se das ideias mapeadas para além das correspondências básicas.

São, portanto, mapeamentos adicionais, também chamados de inferências. Do mapeamento veículo / relação amorosa temos os acarretamentos:

Se o veículo quebra:

a) tentar atingir o destino por outros meios - deixa-se o relacionamento;

b) tentar consertar o veículo – tenta-se melhorar o relacionamento;

c) ficar no veículo e não faz nada – permanecer no relacionamento com os mesmos problemas.

(11) Modelos cognitivos<sup>12</sup> – São estruturas cognitivas e culturais. Configuram-se como representações mentais de aspectos do mundo. Componentes indispensáveis à constituição de metáforas conceptuais.

### 2.2.1 Tipos de metáforas conceptuais

Ao incidirem o olhar sobre esses pressupostos, os autores pautam inicialmente o estudo em três categorias básicas de metáforas conceptuais, apontadas como: Metáforas Estruturais, Metáforas Orientacionais e Metáforas Ontológicas.

#### *a) Metáforas estruturais*

Em sua proposta teórica, Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 59) definem metáforas estruturais como aquelas em que um dado conceito se estrutura em termos de outro. Como exemplo de metáforas estruturais os autores evidenciam TEMPO É DINHEIRO. Na ocasião, demonstram que esse conceito se revela linguisticamente em expressões diversas as quais, a seguir, apresentamos algumas:

---

<sup>12</sup> Em suas colocações, Kövecses o autor usa a nomenclatura modelo cultural como termo equivalente a modelo cognitivo. Na presente pesquisa, optamos adotar a nomenclatura **modelo cognitivo**, usual nos trabalhos desenvolvidos por Lakoff e colaboradores. Porém, importa-nos afirmar que, tanto Kövecses (1999) quanto Lakoff e Johnson (1980 [2002] e Lakoff (1987), embora adotando terminologias diferentes, subsumem, em suas abordagens, os aspectos culturais e cognitivo, como parâmetros mutualmente integrantes em termos do nosso sistema conceptual.

## TEMPO É DINHEIRO

Você está *desperdiçando* meu tempo.

Você está me fazendo *perder* tempo.

Essa coisa (engenhosa) vai te *poupar* horas.

Eu não *tenho* tempo pra você.

Como você *gasta* seu tempo.

Aquele pneu furado me *custou* uma hora.

Tenho *investido* muito tempo nela.

Você deve *calcular* bem o seu tempo.

*Reserve* algum tempo para o pingue-pongue.

Isso *vale* o seu tempo?

Conforme os teóricos, as expressões metafóricas acima transcritas são atualizações da metáfora TEMPO É DINHEIRO. Argumentam, ainda, que tais ocorrências assim se revelam por fatores culturais, visto que em nossa cultura o tempo, por ser limitado, se configura como um bem valioso (LAKOFF; JOHNSON 2002 [1980], p. 51).

Como podemos notar, nessa perspectiva, subjaz um aspecto fundamental à teoria da metáfora conceptual e citado anteriormente: a correlação imbricada entre base experienciável (ancorada físico e culturalmente) e o sistema conceptual metafórico. Dessa forma, os autores supracitados apontam algumas situações cotidianas da sociedade moderna que remontam a forma como estruturamos o conceito de tempo em termos de dinheiro.

Para Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 51), em nossa cultura:

- 1- o valor pago pelas unidades de chamadas telefônicas tem como base de cálculo o tempo de duração da ligação;
- 2- o salário é pago levando-se em consideração as horas trabalhadas;
- 3- as diárias em hotéis e pousadas são proporcionais ao tempo de estadia;
- 4- os juros são cobrados considerando os dias (tempo) transcorridos após a data de vencimento;

São as inúmeras experiências com o dinheiro em nossa sociedade capitalista que mapeamos metaforicamente para estruturar o conceito de tempo (tempo em termos de dinheiro).

### *b) Metáforas orientacionais*

Nesse tipo de metáfora conceitual, o nosso corpo é ponto de referência à estruturação de diversos sistemas conceituais. O corpo é a perspectiva assumida para o estabelecimento de coordenadas espaciais: para cima - para baixo / dentro - fora / frente – trás / em cima de - fora de / central – periférico (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 59).

Acrescentam, ainda, que tais “orientações espaciais surgem do fato de termos os corpos que temos e do fato de eles funcionarem da maneira como funcionam no nosso ambiente físico” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 59).

Essa é a conjuntura que motivaria a insurgência de conceitos metafóricos orientações. Vejamos a seguir alguns exemplos extraídos dos autores:

- FELIZ É PARA CIMA

Eu estou me *sentido para cima*.

Aquilo *levantou meu moral*.

Meu *astral subiu*.

Você está com o *astral elevado*.

Pensar nela sempre me *levanta o ânimo*.

-TRISTE É PARA BAIXO

Estou *deprimido*.

Ele está mesmo *pra baixo* esses dias.

Eu *caí em depressão*.

- MAIS É PARA CIMA

O número de livros publicados a cada ano *continua subindo*.

Seu número de listagem *é alto*.

Minha renda *subiu* no ano passado.

- MENOS É PARA BAIXO

A produção artística neste estado foi lá *para baixo* no ano passado.

O número de erros que ele cometeu *é incrivelmente baixo*.

- EVENTOS FUTUROS PREVISÍVEIS SÃO PARA CIMA (OU PARA FRENTE)

Todos os *eventos vindouros* estão listados no jornal.

Temo o que *vem pela frente*.

- RACIONAL É PARA CIMA

Nós pusemos de lado nossas emoções e tivemos uma discussão de *alto nível intelectual* [...].

Ele não conseguiu ficar *acima de suas emoções*.

- EMOCIONAL É PARA BAIXO

A discussão *desceu para o plano emocional*, mas eu a fiz atingir de novo *o nível da racionalidade*.

Tratando das metáforas orientacionais, os pesquisadores detalham como se dão as correlações entre estas e a experiência física e cultural. Dessa forma, reforçam que as “orientações metafóricas não são arbitrárias. Elas têm uma base na nossa experiência física e cultural” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 60).

Em relação às metáforas: RACIONAL É PARA CIMA e EMOCIONAL É PARA BAIXO, os referidos autores argumentam que a motivação dessa metáfora conceptual se dá a partir da experiência física e cultural. Além do mais, acrescentam que, culturalmente, por sua capacidade racional, os seres humanos controlam os animais, plantas e o meio ambiente. A racionalidade, portanto, é o que garante ao homem posição superior, daí o conceito RACIONAL É PARA CIMA (ibid, p. 64-65).

Mediada pelo referido pressuposto teórico, Lima (2011, p. 98), ao tratar do direcionamento argumentativo promovido por metáforas orientacionais em anúncios de panfletagem, considerando a orientação **dentro-fora**, atesta a ocorrência:

- DENTRO É POSITIVO / FORA É NEGATIVO<sup>13</sup>

Vai *ficar de fora* dessa?

*Entre* na faculdade.

Você *entra* como aluno (...)

c) *Metáforas ontológicas*

---

<sup>13</sup> Dados suscitados, primeiramente, na dissertação de mestrado da autora. Integram o banco de dados do Laboratório Semântico-Pragmático de Textos – LASPRAT.

Para Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 76), esse tipo de metáfora consiste em “conceber eventos, atividades, emoções, ideias etc. como entidades e substâncias”.

Aqui, assim como nos dois tipos de metáforas já comentados, a base experienciável física e cultural tem seu papel de fomentador. Porém, além de uma simples orientação,

nossa experiência com substâncias e objetos físicos propicia uma outra base de compreensão [...] compreender nossas experiências em termos de objetos e substâncias permite-nos selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie [...]. (Ibid, p.76).

Levando em consideração as colocações do excerto acima, seria pertinente perguntar qual a vantagem em compreender metaforicamente nossas experiências em termos de entidades ou substâncias? Por via da abordagem cognitivista da metáfora, os autores esclarecem que a vantagem está no fato de que o sistema conceptual metafórico humano, ao compreender as experiências como entidade ou substâncias, permite cognitivamente categorizar, **relacionar**, **quantificar** tais aspectos e assim podermos refletir racionalmente sobre eles (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 75).

Nessa perspectiva, conforme Sardinha (2007), as metáforas ontológicas concretizam as experiências abstratas em entidades (coisa ou pessoa). Segundo Lakoff e Johnson (2002), a Personificação é um tipo de metáfora ontológica, na qual a entidade constituída metaforicamente assume atributos de pessoa:

- A vida me *trapaceou*.
- A sua religião *lhe diz* que ele não pode beber bons vinhos franceses.
- A *inflação está devorando* nossos lucros<sup>14</sup>.

Tratando do estudo da personificação, Espíndola (2011, p. 16) propõe que, embora os autores tenham afirmado que, tipicamente, a personificação mapeia aspectos humanos para falar de ações ou eventos do mundo, tal como ocorre com a metáfora A INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO<sup>15</sup>, constata em suas análises outra possibilidade de configuração do processo de personificação.

Tomando o exemplo de Lakoff e Johnson (2002 [1980]) – “A inflação está devorando nossos lucros”<sup>16</sup> – Espíndola (2011) verifica que *inflação* é conceptualizada como entidade de ações próprias de ser vivo, mas não necessariamente de um humano, visto que, devorar não é uma característica própria do ser humano, mas sim um traço animalesco.

<sup>14</sup> Exemplos extraídos de Lakoff e Johnson (2002, p. 87).

<sup>15</sup> Exemplo extraído de Lakoff e Johnson (2002, p. 88).

<sup>16</sup> Exemplo extraído de Lakoff e Johnson (2002, p. 87).



Outras constatações de metáforas ontológicas são demonstradas por Lakoff e Johnson (2002), entre as quais apresentamos algumas juntamente com suas respectivas expressões metafóricas:

#### MENTE É UMA MÁQUINA

Ainda *remoendo* a solução para essa equação.

A minha mente simplesmente não está *funcionando* hoje.

Estou um pouco *enferrujado* hoje.

Temos trabalhado neste problema o dia todo e agora está *faltando gás*.

#### MENTE É UM OBJETO QUEBRADIÇO

O seu ego é *muito frágil*.

A sua mente *pifou*.

#### ESTADOS SÃO RECIPIENTES

Como Jerry *escapou* de lavar as janelas

Como você *entrou* na profissão?

Ele *está em estado de amor*.

Estamos *fora* de perigo

Eu estou aos poucos *entrando em forma*.

Ele *entrou em um estado de euforia*.

Ele finalmente *emergiu do estado catatônico* em que se encontrava [...]

Discorrendo sobre “as metáforas de recipientes” Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 81) argumentam que por sermos seres físicos, ao tomarmos como referência o nosso corpo, demarcamos algo como situado interna ou externamente a nós, ou seja, experienciamos nossos corpos como recipientes.

Os autores creditam, ainda, o fato de que estendemos nossa orientação **dentro-fora** de nosso corpo à abordagem de outros elementos, dessa forma, tanto itens concretos quanto referentes abstratos podem ser compreendidos como objetos “recipientes com um lado de dentro e outro de fora. Cômodos e casas são recipientes óbvios. Movimentar-se de um cômodo a outro é o mesmo que movimentar-se de um recipiente para outro, isto é, movimentar-se *para fora* de um cômodo e *para dentro* de outro.” (Ibid, p. 81).

### 2.3 O Sistema Metafórico da Moralidade

A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a partir de seus dispositivos teóricos, permitiu a Lakoff e colaboradores explicar o processo de categorização e conceptualização de alguns itens linguísticos. Essa frente de estudos, tempos depois, levou à proposição de outras hipóteses em relação à estruturação da significação de algumas noções conceptuais difundidas socialmente.

Imprimindo investigações sobre o conceito de *moralidade*, Lakoff e Johnson (1999), à guisa dos pressupostos da TMCI, afirmam que “A ciência cognitiva, especificamente, a Semântica Cognitiva, nos dá meios para uma análise detalhada e abrangente de como o conceito de moral e sua lógica funciona”<sup>17</sup> (Ibid, p. 290).

Os autores dizem, ainda, que tanto o conceito quanto o raciocínio sobre a moralidade se dão a partir de um sistema extensivo de mapeamentos metafóricos (Ibid, 290). Propõem, então, a existência de um **sistema moral**, em que certo número de metáforas conceptuais (metáforas da moralidade) se articula na estruturação da nossa compreensão da moral.

Uma das metáforas a integrar o sistema moral proposto por Lakoff e Johnson (1999) é a metáfora conceptual MORAL É BEM-ESTAR, a qual tem como base a experiência humana com as diversas formas de bem-estar.

Como exemplos de formas de bem-estar culturalmente difundidas, Lakoff e Johnson (1999, p. 292) apontam: saúde, riqueza, força, equilíbrio, proteção, cuidado, e assim por diante. Com base na metáfora moral “MORAL É BEM-ESTAR”, concluímos que a ausência de qualquer um dos aspectos elencados se configura como uma forma de dano, ou seja, a privação de alguém de alguma dessas formas de bem-estar remete à imoralidade (LAKOFF, 1995, p. 03).

Logo, a partir das colocações acima, presume-se que MORAL É TER SAÚDE, IMORAL É NÃO TÊ-LA; MORALIDADE É GANHO (CRÉDITO MORAL), IMORALIDADE É PERDA (PREJUÍZO)<sup>18</sup>; MORAL É SER FORTE, FRAQUEZA

---

<sup>17</sup> Cognitive science, and especially cognitive semantics, gives us the means for detailed and comprehensive analysis of what our moral concepts are and how their logic works.

<sup>18</sup> Por adequação aos nossos objetivos e análises desenvolvidas nesse trabalho, optamos em dispor as metáforas citadas ao invés de, respectivamente, “MORAL É TER DINHEIRO”; “IMORALIDADE É NÃO TER DINHEIRO”, originalmente propostas por Lakoff (1995, p. 04). Também não queremos entrar no mérito da questão em relação às posições culturais (ideológicas) de alguns grupos. Conforme Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 73), em relação à aquisição de bens materiais, há grupos sociais orientados pela concepção de que MENOS É MELHOR. Essa, porém, não parece ser tomada por de Padre Antônio Vieira como um valor moral orientativo de suas pregações. É o que evidenciam alguns dados extraídos de seus sermões, constantes em nosso *corpus*. Especialmente no tocante ao tratamento conceptual dos termos *alma*, *benção* e *graça*, Viera assume,

DENOTA IMORALIDADE; CUIDAR E PROTEGER É AÇÃO MORAL, NÃO CUIDAR E PROTEGER É AÇÃO IMORAL. (Ibid, 04).

A partir dessas verificações, Lakoff e Johnson (1999), fazendo alusão a transações financeiras, propõe mais uma metáfora a compor o sistema metafórico da moral. Para ele, conceituamos metaforicamente **bem-estar** como **riqueza**, e que, por conseguinte, contabilizamos ganhos, à medida que há um aumento no bem-estar, e perdas (prejuízos), quando na diminuição do bem-estar.

### 2.3.1 Contabilidade moral

A constatação do domínio transação financeira como uma das fontes do conceito metafórico BEM-ESTAR É RIQUEZA fez com que Lakoff e Johnson (1999) propusessem a metáfora da moralidade contábil.

Resumidamente, Lakoff e Johnson (1999, p. 292-293) esclarece que a **metáfora da contabilidade moral** apresenta as seguintes noções básicas:

- (a) Aumentar o bem-estar alheio é aumentar nosso próprio bem-estar.
- (b) Fazer algo de ruim para o outro é tirar algo de valor positivo (bem-estar) dessa pessoa.
- (c) Aumentar o bem-estar dos outros é ganhar crédito moral.
- (d) Causar um dano a alguém cria um débito moral: passamos a ter com ele uma dívida moral.

Conforme os teóricos, do domínio financeiro (transação financeira) que se orienta por princípios morais traduzidos na forma de moralidade contábil, mapeia-se a funcionalidade dos livros contábeis, de onde advêm as noções de perda/ganho, dever/pagar, crédito/débito e equilíbrio das contas, relacionadas aos parâmetros de moralidade e imoralidade. Assim, MORALIDADE É PAGAR AS DÍVIDAS; IMORALIDADE É NÃO PAGÁ-LAS (Ibid, 293).

Conforme os teóricos, o modelo metafórico revelado na metáfora da contabilidade moral se realiza com base em certo número de esquemas básicos entre os quais podemos destacar: Reciprocidade, Retribuição, Restituição Vingança, Altruísmo e Equidade. Vejamos alguns detalhes desses esquemas.

---

cognitivamente, uma perspectiva mercadológica, da qual, por meio de metáforas ontológicas, esses itens são concebidos em termos de bens materiais, sendo quantificados, postos à negociação e qualificados por valores. Isso tudo, a fim de conduzir o fiel ao que é **positivo (ganho)**, e, se estivermos certos, à **moralidade religiosa**.

### *a) Reciprocidade*

Conforme Lakoff (1995, p. 02), o esquema da reciprocidade constitui-se em dois princípios:

- É ação moral dar algo de valor positivo; dar algo negativo a alguém é ação imoral;
- É obrigação moral pagar uma dívida moral, o não pagamento de uma dívida moral é um ato imoral.

O autor explica que, a ação moral em que alguém faz algo de bom para outra pessoa atende ao primeiro princípio apresentado. Quando essa pessoa que foi beneficiada, reciprocamente, faz algo positivo a quem lhe fez bem, os dois princípios são envolvidos na ação, visto que, dando algo positivo, paga-se uma dívida moral em relação ao bem recebido, decorrendo daí que os dois indivíduos estão equacionados moralmente (Ibid, p. 02).

### *b) Retribuição*

Para Lakoff (1995), esse esquema tem como fundamento a metáfora da aritmética moral, onde se estabelecem dois princípios: a) se alguém lhe prejudica, lhe dá algo de valor negativo, então você deve algo de igual valor (negativo) a essa pessoa; b) se em retribuição você der algo de valor negativo, pela metáfora da aritmética moral, você estará quitando uma dívida moral tirando algo de valor positivo a quem lhe fez mal, ficando, portando, equiparados moralmente (Ibid, p. 02).

Segundo o autor, os preceitos da aritmética moral geram dilemas morais frente uma ação negativa cometida por alguém. Os dilemas configuram-se da seguinte forma:

*Primeiro dilema* – Optando em fazer algo de negativo contra quem lhe prejudicou, pelo primeiro princípio, você agiu de forma imoral, uma vez que tirou algo de valor dessa pessoa. Pelo segundo princípio, você atuou moralmente, pagando sua dívida moral (MORAL É ACERTAR AS CONTAS).

*Segundo dilema* - Não fazer nada contra quem lhe fez mal é uma ação moral ante o primeiro princípio, porém, pelo segundo princípio, você estaria praticando uma ação imoral, já que teria deixado de pagar uma dívida moral que consiste na obrigação de equalizar as contas contábeis da moralidade com quem tenha lhe prejudicado.

### *c) Vingança*

O esquema contábil da vingança é posto por Lakoff (1995) como equivalente à retribuição moral, é mais uma forma de equilibrar as contas morais.

Retribuição e Vingança diferenciam-se a partir da noção da autoridade moral. Quando o equilíbrio das contas morais entre as partes envolvidas no conflito se dá mediante uma autoridade legitimada, trata-se de retribuição, sem autoridade que legitime a ação configura-se como vingança (LAKOFF; JOHNSON, 1999).

Assim, “se um juiz sentencia alguém à morte pelo assassinato de seu irmão, é **justiça retributiva**, uma vez que o juiz é tem autoridade legítima. Mas se você, por conta própria, agir para equilibrar as contas morais matando o assassino de seu irmão, trata-se de vingança”<sup>19</sup> (Ibid, p. 295).

#### *d) Restituição*

Diferentemente da retribuição, na restituição, uma ação imoral por meio da qual privo alguém de algo positivo (bem-estar) não me obriga a dar-lhe por conta sempre algo de igual valor positivo. Há, portanto, a possibilidade da restituição parcial (LAKOFF, 1995, p. 03).

#### *e) Altruísmo*

Abordando esse esquema, Lakoff (1995), argumenta que pelos parâmetros da contabilidade moral, supondo um bem que eu tenha feito a alguém, essa ação coloca a pessoa beneficiada em débito moral em relação a mim. Devo ser restituído com algo de valor positivo. Porém, em uma perspectiva altruísta, na condição de credor, eu me abstenho de receber algo em troca pelo bem que fiz a uma pessoa. Ficando, portanto, com um crédito moral.

#### *f) Equidade*

Lakoff e Johnson (1999, p. 296) colocam que na perspectiva da metáfora da contabilidade moral, a **justiça** é o acerto de contas pelos nossos atos.

---

<sup>19</sup> If a judge sentences someone to death for the murder of your brother, it is retributive justice, since the judge has legitimate authority. But if you take it upon yourself to balance the moral books by killing the murderer of your brother, you are taking revenge.

O autor salienta também que existem outras formas de se conceber a equidade (justiça). Podendo ser a distribuição equitativa de objetos físicos – biscoitos, dinheiro – ou metafóricos – oportunidade de emprego, punições, elogios; equidade baseada na necessidade (quanto mais necessidade, mais direito você tem).

### 2.3.2 Força moral

De acordo com Lakoff (1995, p. 05), ao sistema moral integra-se, ainda, a metáfora complexa MORALIDADE É TER FORÇA. Segundo o autor, parte dessa complexidade se dá a partir de duas noções básicas que concorrem para sua composição, assim, a metáfora em questão é viabilizada pelas seguintes vias de experiência:

- a) É necessário força para manter-se em pé e em equilíbrio, decorrendo daí: MORALIDADE É RETIDÃO e MORALIDADE É EQUILÍBRIO;
- b) É necessário força física para superar dificuldades, repercutindo em MORAL É FORÇA PARA VENCER (RESISTIR) O MAL.

Segundo Lakoff e Johnson (1999, p. 299), esse quadro de correspondências entre o domínio-fonte da força física e o domínio-alvo da moral envolvidos na constituição da metáfora da FORÇA MORAL desemboca também em preceitos morais metaforizados tais como: MORALIDADE É UMA FORÇA e O MAL É UMA FORÇA (interna ou externa)<sup>20</sup>. Consecutivamente, os autores apresentam os seguintes mapeamentos entre o domínio físico e o domínio abstrato da moral, os quais estão envolvidos na estruturação da **metáfora da força moral**. Assim temos:

Estar ereto – Ser bom

Cair – Ser mal

Cair – Fazer o mal

Uma força desestabilizadora – Mal (interno e externo)

Força – Virtude moral

Com base nas proposições apresentadas pelos estudiosos, acreditamos que a metáfora da força moral pode reverberar nas seguintes metáforas conceptuais atreladas ao contexto religioso:

---

<sup>20</sup> Segundo Lakoff; Johnson (1999, p. 299), metaforicamente, o mal externo é entendido como uma pessoa ou uma força que luta com você para lhe controlar. Mal interno é uma força que age dentro da própria pessoa e a impulsiona a sair da retidão moral.

PECAR É AÇÃO IMORAL

MORAL É NÃO PECAR

Repercutindo em:

PECAR É QUEDA

PECAR É FRAQUEZA MORAL

NÃO PECAR É SER FORTE

RETIDÃO MORAL É NÃO PECAR

PECAR É NÃO TER RETIDÃO

FORÇA MORAL É NÃO CAIR EM TENTAÇÃO

FRAQUEZA MORAL É CAIR EM TENTAÇÃO

FORÇA MORAL É OBEDIÊNCIA A DEUS

NÃO SEGUIR OS MANDAMENTOS É FRAQUEZA MORAL

Nesse sentido, podemos entender que “uma pessoa moralmente fraca é provável que caia diante do mal realizando atos imorais, e assim, tornar-se parte das forças do mal”<sup>21</sup> (Ibid, p. 300).

Por extensão da assertiva acima, podemos concluir que uma pessoa moralmente forte, não se declina ante o mal, mantém-se equilibrado pela autodisciplina, tem força moral para enfrentar o mal. O mal deve ser combatido.

### 2.3.3 Autoridade moral

A conceptualização da autoridade moral estrutura-se metaforicamente com base no domínio físico (o pai é fisicamente mais forte que os filhos) e na autoridade moral dos pais em relação aos filhos. Em nossa cultura, acredito que na maioria delas, no âmbito familiar, o pai detém a autoridade de definir as regras da família, impor limites e punir os filhos quando cometem alguma falha, desobedecendo às determinações do pai. Desse modo, o conceito de **autoridade moral** tem como fonte metafórica a **autoridade parental**.

Lakoff e Johnson (1999, p. 301) apresentam duas versões de autoridade, cada uma delas, refletindo exatamente dois modos de configuração da autoridade parental:

*Autoridade Legítima* – essa versão está relacionada à responsabilidade e preocupação dos pais em cuidar dos filhos. Os pais são exemplos para os filhos, por isso devem agir com retidão moral. É esse cuidado e a ação moral dos pais que motiva os filhos à obediência.

---

<sup>21</sup> A morally weak person is likely to fall, to give in to evil, to perform immoral acts, and thus to become part of the forces of evil.

*Autoridade Absoluta* – esse quadro remete à obrigação moral dos filhos em seguir a doutrina estabelecida pelos pais. A autoridade dos pais não pode ser questionada pelas crianças, simplesmente pelo fato de essa autoridade advir de seus pais.

A premissa da autoridade moral, a qual se deve estar subordinado devendo obediência, segundo Lakoff e Johnson (1999, p. 302), também se projeta à autoridades moralmente instituídas, tais como entes do âmbito religioso: deuses, santos, profetas; textos que fundamentam uma doutrina ou crença (a bíblia, o alcorão); instituições (igrejas, organizações em defesa de causas ambientais, sociais).

### 2.3.4 Ordem moral

A **metáfora da ordem moral** emerge da noção da **ordem natural** (LAKOFF; JOHNSON, 1999 p. 303). Desse modo, alguns indivíduos têm sua autoridade reconhecida naturalmente, tal como é natural justificarmos a supremacia do **mais forte** fisicamente (mais poderoso) sobre o mais fraco.

Ao admitirmos a metáfora da **hierarquia da autoridade moral**, evidenciamos alguns entes que, privilegiados pela ordem natural, têm afirmada sua superioridade moral em relação a outros indivíduos, portanto, temos que:

- Deus tem autoridade moral sobre os seres humanos;
- Os pais têm autoridade moral sobre os filhos;
- Os seres humanos têm autoridade moral sobre os animais, plantas e objetos.

Os autores colocam também um aspecto importante na análise da metáfora da ordem moral; apontam que a ideia da hierarquia da autoridade moral acarreta, conseqüentemente, uma hierarquia de responsabilidades. Assim, se imaginarmos uma escala da autoridade moral, podemos deduzir que os entes localizados no ponto mais alto dessa escala têm responsabilidades morais em relação aos que localizados nas posições mais inferiores dessa escala, entes sobre os quais recai sua autoridade. Desse raciocínio, concluímos que:

- Deus tem responsabilidades para com os homens
- Os homens são responsáveis morais pelos recursos naturais
- Os pais têm responsabilidades para com os filhos
- Os adultos são responsáveis pelas crianças
- O padre/pastor é responsável pelos fiéis <sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Colocação nossa.



### 2.3.5 Moralidade da família

As responsabilidades morais definidas pela hipótese da hierarquia da autoridade moral estão inscritas nos princípios morais da família. Lakoff e Johnson (1999) argumentam que, ao sistema moral, integram-se os fundamentos de que as crianças têm direitos e seus pais têm a responsabilidades com a criação das mesmas. Eximir-se desse dever é uma ação imoral.

Levantando o questionamento sobre onde está o ponto central que une todas as metáforas da moralidade, os estudiosos apontam o modelo de família como *locus* provedor das metáforas do sistema moral.

Para justificar essa hipótese, recorrem à investigação de dois modelos idealizados de família, cada sendo orientada por diferentes preceitos morais: a moralidade da família do **pai severo** e a moralidade da família do **pai cuidadoso**.

Lakoff e Johnson (1999, p. 313) explicam que, na circunstância de família de pai severo, o pai é a **autoridade moral absoluta**, conseqüentemente, ele impõe regras morais as quais devem ser obedecidas por todos os membros da família. Em caso de obediência dos filhos, gratificação; do contrário, punição.

Como responsabilidade moral, o pai severo prioriza a força moral; o cuidado e o carinho são subservientes a ela. Tem a função de sustentar e proteger a família. Cabe à mãe criar os filhos respeitando a autoridade do pai.

No modelo de família de pai carinhoso, imperam o apoio e o cuidado incondicional aos filhos. As crianças não obedecem por medo da ameaça da punição, mas porque aprendem a amar e respeitar seus pais. Aqui, os pais podem ser questionados pelos filhos.

Desse modo, com base em Lakoff (1995, p.16), podemos resumir da seguinte forma as prioridades morais nas perspectivas do pai severo e pai carinhoso, vejamos:

<b>PAI SEVERO</b>	<b>PAI CUIDADOSO</b>
1 ° Complexo de força	1° Complexo de cuidado
2° Complexo de cuidado	2° Complexo de força

Assumindo, em seus pressupostos, a *família* como fonte experienciável para a emergência das várias metáforas do sistema moral, Lakoff e Johnson (1999, p. 317) levantam mais uma metáfora da moralidade; a **metáfora da família do homem**, na qual a humanidade

é evidenciada como parte de uma grande família. Essa metáfora pode ser esquematizada pelos seguintes mapeamentos:

Família --- Toda humanidade

Cada criança --- Cada ser humano

Relações morais da família --- Relações morais universais

Autoridade moral da família --- Autoridade moral universal

Proteção da família --- Proteção moral universal

Integrada ao sistema de metáforas morais, a **metáfora da família do homem** mapeia, entre outros aspectos, a figura de um pai, decorrendo daí, alguns candidatos a pai da família do homem. Pela perspectiva religiosa, *Deus* desponta como **pai da humanidade**, repercutindo a metáfora DEUS É PAI, sobre quem, consecutivamente, recaem algumas das posições dispostas até aqui, especialmente no tocante à **força moral, autoridade moral, ordem moral e cuidado moral** evocadas na figura paterna situada dentro de algum dos **modelos idealizados de pai** já observados por nós.

Considerando essa conjuntura que envolve uma série de elementos que concorrem à estruturação da metáfora DEUS-PAI, os autores lançam alguns direcionamentos para a explicação desse conceito metafórico pelo viés da hipótese do sistema moral.

Nesse sentido, Lakoff e Johnson (1999, p. 318) argumentam que, dentro da categoria religião, *Deus*, enquanto pai, é tomado como a **autoridade moral suprema**. Imbuído da autoridade moral de **pai-severo** da humanidade, DEUS-PAI SEVERO estabelece as regras que devem ser obedecidas pelos seus filhos (os homens). Estes, por sua vez, ao obedecer à doutrina (Leis Divinas), recebem recompensas que lhes trazem bem-estar. Caso caiam na imoralidade da desobediência (Pecado), Deus faz uso de sua força moral para puni-los com castigos. Na condição de Pai severo, com base na **contabilidade moral**, configura-se como um juiz avaliando cada ato imoral dos filhos, advindo que, “No julgamento final, Deus vai punir os maus e recompensar o moralmente bom e obediente”<sup>23</sup> (Ibid, 318).

Lakoff e Johnson (1999) ressaltam também que do modelo de pai severo advém a definição “Deus todo-poderoso”.

Por outro viés, a concepção de *Deus* construída a partir do modelo de **pai cuidadoso** (protetor), conforme as proposições dos autores, exime a dicotomia recompensa *versus* punição. Na relação com os filhos (toda a humanidade), dá-se prioridade ao amor e carinho dispensados incondicionalmente. Nesse quadro, emergem expressões metafóricas como: *Deus*

---

<sup>23</sup> In the Final Judgment, God will punish the wicked and reward the morally good and obedient.

*todo-amoroso, Deus todo-misericordioso*. Expressões reveladoras da metáfora DEUS É AMOR. Na tradição cristã, Jesus é a prova do amor de Deus para com os homens, ele foi capaz de sacrificar-se para redimir a humanidade (LAKOFF; JOHNSON, 1999).

Os autores salientam, ainda, para o fato de que os modelos de pai severo e pai cuidadoso não dão conta de todas as concepções de *pai*. Embora sejam dados como modelos prototípicos, há uma gama de variações e misturas entre modelos de pai (Ibid, p. 316-17). Assim como *mãe*, o modelo de *pai* se configura como uma rede de modelos variados conectados entre si constituindo uma categoria radial, lançando, portanto, uma variedade de significações. Retomando o exposto por Lakoff (1987) a respeito da radialidade conceitual do termo *mãe*, já que, também experienciamos socialmente a figura paterna em perspectivas diferentes, podendo, assim, além de pai severo ou pai cuidadoso, conceptualizar-se como pai genitor, pai adotivo e pai de criação.

É importante dizer que o delineamento teórico esboçado aqui a respeito dos Modelos Cognitivos Idealizados e da hipótese do **Sistema Metafórico da Moralidade** suscitados por Lakoff e Johnson (1999), constituem um importante conjunto de dispositivos analíticos a serem acionados à investigação sobre a estruturação do sentido de diversos termos.

Os pressupostos desses pesquisadores têm se mostrado bastante produtivos à análise conceitual no âmbito da semântica cognitiva, inclusive fomentando a extensão da teoria a partir do trabalho de outros estudiosos. A título de exemplo, citamos as hipóteses da radialidade da categoria religião e do modelo materialista, tratados por Feltes (2007). Discorreremos sucintamente sobre esses estudos no item a seguir.

### **3 DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO DISCURSO RELIGIOSO**

#### **3.1 Desdobramentos teóricos: testando dispositivos de análise.**

Um exemplo do desdobramento da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI) está nos estudos de Feltes (2007) que, em colaboração de Granzotto<sup>24</sup>, levantaram a hipótese da radialidade da categoria *religião*. Conforme já comentado por nós quando

---

<sup>24</sup> A partir dos estudos iniciais a respeito da hipótese da radialidade da categoria religião desenvolvidos pela pesquisa Modelos Culturais II, Cristina Maria Niederrauer Granzotto, em sua dissertação sob orientação da Profa. Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, expandiu a hipótese da radialidade da categoria religião. A proposta detalhada em Feltes (2007) e Granzotto (2007), é tomada como um trabalho conjunto entre as pesquisadoras.

tratamos desse tipo de modelo proposicional, em uma categoria radial, haveria um ponto central, um significado-núcleo, do qual emana uma rede interligada de outros significados. Pela hipótese, *pai* seria o centro prototípico da categoria *religião*. A partir desse núcleo, estrutura-se a metáfora central DEUS É PAI, também enquadrada por Lakoff e Johnson (1999) como uma metáfora moral (FELTES, 2007, p. 342).

Nessa perspectiva, o modelo idealizado de *pai* é a fonte para o conceito de *Deus*. É esse modelo socialmente experienciado por nós que emana as bases para a estruturação das várias maneiras de se referir a Deus. Em nossa cultura, experienciamos diversas formas do conceito da figura paterna. Daí, com base na hipótese de uma estrutura radial, ao conceito-central *pai*, interligam-se quatro submodelos, constituindo o seguinte modelo idealizado<sup>25</sup>:

SM1 – pai genitor / pai biológico

SM2 – pai protetor (cuidadoso)

SM3 – pai provedor

SM4 – pai autoridade (severo)

Em relação a esses submodelos, a título de exemplo, a pesquisadora explica que,

PAI GENITOR projeta a metáfora DEUS COMO SEMENTE [ORIGEM]; PAI PROTETOR projeta a metáfora DEUS COMO PASTOR; PAI PROVIDOR com DEUS AUTORIDADE projeta DEUS REI e PAI AUTORIDADE projeta a metáfora DEUS COMO JUIZ [...] a projeção mais produtiva deve advir de DEUS PROVIDOR e DEUS AUTORIDADE, de onde advém a expressão ‘Deus Pai Todo-Poderoso’ (FELTES, 2007, p. 343).

A autora argumenta, ainda, enquanto pai protetor, a metáfora DEUS É UM PASTOR, se correlaciona com a metáfora SERES HUMANOS (fiéis cristãos) SÃO OVELHAS (Ibid, 344).

Vale esclarecer, ainda, os posicionamentos da autora supracitada a respeito da conceptualização do termo *bênção*. Acionando os pressupostos da Teoria do Sistema Metafórico da Moralidade, Feltes (2007), sinaliza a conceptualização: BÊNÇÃO É UMA GRATIFICAÇÃO<sup>26</sup>. Argumenta que, esta metáfora está alinhada ao **modelo de pai severo**,

<sup>25</sup> Os quatro submodelos apresentados aqui constitui apenas uma parte da estrutura radial. A composição da mesma apresenta outras extensões que por não se enquadrarem aos objetivos investigativos desse trabalho não serão apresentados. O esquema completo da categoria radial RELIGIÃO está disponível em Feltes (2007, p. 347).

<sup>26</sup> Embora Feltes (2007) não explicita que “BÊNÇÃO É UMA GRATIFICAÇÃO” seja uma metáfora conceptual ou trate-se de mapeamento ou inferência a partir de outra organização conceptual, a autora dispõe os seguimentos em estrutura metafórica nos moldes de Lakoff e colaboradores ao fundamentarem a Teoria da Metáfora Conceptual, seguindo a ordem esquemática similar a X É Y. Mesmo não entrando nessa questão, afirmamos que, em nosso trabalho, acataremos o segmento conceptual (X É UMA GRATIFICAÇÃO), inclusive

denotando que, enquanto algo positivo, é reservada apenas àqueles que obedecem às ordens do pai. Por sua vez, essa lógica orientada pela retribuição está atrelada aos princípios aritméticos da **contabilidade moral** (Ibid, 345).

Mobilizando dispositivos teóricos fundamentados na Teoria dos Modelos Cognitivos (TMCI) estipulada por Lakoff (1987), Feltes (2007), aponta para um possível caminho investigativo sobre a conceptualização de uma gama de termos. Tratando do conceito de *felicidade*, a pesquisadora sugere a existência de três modelos cognitivos idealizados estabelecidos culturalmente que concorrem na conceptualização desse termo abstrato. Na hipótese de Feltes (2007, p. 228) seriam:

- **Modelo espiritualista:** com *felicidade* experienciada como um estado “transcendente”.
- **Modelo psíquico ou afetivo:** sendo *felicidade* experienciada através de recompensas emocionais ou afetivas.
- **Modelo materialista:** com *felicidade* experienciada como recompensas materiais.

Buscando apresentar evidências de sua hipótese, Feltes (2007) relaciona algumas expressões metafóricas e seus respectivos modelos. Segue abaixo a transcrição desse quadro demonstrativo:

*A felicidade é paz.* [**Modelo psíquico e Afetivo ou Espiritual**]

*Felicidade é ter dinheiro.* [**Modelo materialista = Bens/Objetos de Valor**]

*Felicidade é ter saúde.* [**Modelo materialista = Corpo físico**]

A consideração dos modelos idealizados acima esboçados para explicar, pelo menos em parte, sistematicamente as diferentes perspectivas evocadas na conceptualização de *felicidade*, levam a observar que “critérios e valores socioculturais delimitam o conceito” (Ibid, p. 229). Desse modo, para a estruturação de um dado conceito, um indivíduo ou membro de um grupo, inserido em uma determinada cultura, egeria um (ou mais) modelo difundido socialmente.

Embora Feltes (2007) não esclareça com maiores detalhes os modelos hipotetizados, visto que, conforme ela mesma afirma, tais incursões tratam-se ainda de “um ponto de partida para explorar a TMCI de Lakoff e colaboradores” (Ibid, p. 226), a presunção de um modelo cognitivo materialista para explicar a estruturação do conceito *felicidade* se mostra produtiva. Tal modelo, por exemplo, incide sobre a elaboração de certas metáforas ontológicas. Conforme a autora, a partir de um padrão materialista, estruturamos expressões tais como

---

dispondo-o em caixa alta. Porém, esclarecemos que não assumiremos que a referida organização seja, de fato, uma metáfora conceptual.

*Felicidade é (ter) dinheiro*, repercussão da metáfora ontológica FELICIDADE É UM OBJETO (BEM) DE VALOR (Ibid, p. 229).

A autora argumenta, ainda, que pelo viés materialista a estrutura conceptual metafórica que compreende *felicidade* em termos de entidade (bem), acarreta que “coisas são obtidas, compradas, vendidas, trocadas” (Ibid, 230). E aqui, por nossa conta, acrescentamos que coisas podem ser dadas, retiradas, herdadas, perdidas etc. Vejamos mais alguns exemplos extraídos de Feltes (2007, p. 230-231) que demarcam a metáfora ontológica FELICIDADE É BEM VALIOSO:

*Ela saiu vendendo felicidade.*

*Não jogue fora a sua felicidade.*

*Dá-se valor à felicidade quando se a perde.*

Desse modo, pelo modelo materialista, metaforicamente, atribuímos não só valor material a um item abstrato como *felicidade*, mas também chegamos a tomar posse, contabilizando ganho, ou perder, notabilizando prejuízo em relação a esse referente imaterial.

Conforme a autora, a via materialista pela qual o termo *felicidade* foi semanticamente constituído em termos de objeto de valor tem como motivação nossa experiência socio-histórica com bens materiais dentro da lógica de um sistema econômico guiado por transações financeiras<sup>27</sup> (Ibid p. 229).

No âmbito religioso, a comunidade também recorre ao modelo materialista como fonte de significação discursiva. É o que pode ser evidenciado nas seguintes expressões metafóricas *Religião é um tesouro*<sup>28</sup>, ou ainda, *A vida é um bem precioso dado por Deus* [exemplo nosso].

### 3.2 O discurso religioso

Em sua tese, Leme (2003) estabelece distinção entre o discurso bíblico e discurso religioso. Para ela, o texto bíblico, cânon do Cristianismo, comporta o discurso bíblico que serve como fonte dos assuntos tratados pelo pregador, assim, o discurso religioso é aquele produzido pelo pregador.

---

<sup>27</sup> Esse posicionamento da autora em relação à perspectiva materialista remete à Lakoff e Johnson (1999) quando estes situam a metáfora moral BEM-ESTAR É RIQUEZA, noção fundamental para a Metáfora da Contabilidade Moral.

<sup>28</sup> Exemplo extraído da dissertação de mestrado de Carina Maria Niederauer Granzotto, intitulada: Semântica Cognitiva Aplicada: a radialidade da categoria RELIGIÃO nos discursos dos imigrantes italianos (de 1875 à década de 1950).

Desse modo, cabe ao pregador a leitura e interpretação do texto bíblico no qual fundamenta seu discurso na forma de pregação (sermão). O pregador (Papa, Padre ou Pastor) tem a incumbência de transmitir a palavra de Deus à comunidade religiosa (Ibid, 41).

Leme (2003, p. 41) sinaliza, ainda, que a pregação enquanto gênero de discurso apresenta três aspectos particulares:

- 1- a mensagem transmitida pelo pregador é compreendida pelo ouvinte cristão como advinda de Deus;
- 2- cabe ao pregador preparar-se e fazer uso da interpretação sobre o texto bíblico para assim poder organizar seus sermões;
- 3- o discurso do pregador é respaldado na fé e na conduta do pregador.

Marcuschi (2008, p. 195), apresentando um quadro contendo uma série de gêneros discursivos inclui o sermão. Transmitido aos fiéis na forma de pregação oral ou escrita, os sermões se afirmam como um gênero discursivo a serviço dos pregadores, já que a eles cabem sensibilizar o público.

Sobre o gênero discursivo sermão, Tersariol (1994, p. 34) conceitua-o como uma forma textual bem cuidada linguisticamente e que tem como temática os assuntos dogmáticos e morais buscando mobilizar e persuadir.

Quanto a aspectos linguísticos, Citelli (2007) argumenta que em um sermão percorre uma linguagem precisa e impactante devido ao jogo de estruturas linguísticas que objetivam, é claro, sensibilizar “as almas” através da palavra. Trata-se de um discurso ao qual convergem retórica adequada, ideologia e persuasão. O autor aponta, ainda, alguns discursos em que essa tríplice relação está presente: Publicitário, Literário, Jornalístico, Político e Religioso (Ibid, p. 55).

O gênero discursivo sermão, objeto de nossas investigações, enquadra-se exatamente no discurso religioso. Nesse discurso, “o paroxismo autoritário eleva-se: o eu enunciador não pode ser questionado, visto ou analisado; é ao mesmo tempo o tudo e o nada. A voz de Deus plasmará as demais vozes, inclusive a daquele que fala em seu nome: o agente religioso (pastor, padre, rabino etc)” (CITELLI, 2007, p. 61).

Um aspecto bastante importante e que precisa ser esclarecido é o fato de o discurso religioso se instituir como um discurso autoritário. Assim, “enquanto que o discurso lúdico e o polêmico tendem a um maior ou menor grau de polissemia, o autoritário fixa-se num jogo parafrásico, ou seja, repete uma fala já sacramentada pela instituição: o mundo do diálogo perde a guerra para o mundo do monólogo” (ibid., p. 52). Por esse viés, enquanto discurso autoritário, registra forte marca persuasiva, abarcando preceitos que não podem ser

contestados pelo receptor, visto que tal versão discursiva inibe a relação (eu – tu – eu) típica de um debate ou negociação, grosso modo, o que se estabelece é um processo de dominação do outro pela palavra (ibid., p. 51-52). Em sentido amplo, os discursos proferidos por um locutor, mais do que simplesmente dizer algo visam ação, isso porque, instiga o interlocutor a agir. Comunicar é, entre outras coisas, ação sobre o outro na tentativa de influenciá-lo (FIORIN, 2007, p. 74).

Tecendo análises sobre o discurso religioso, Tracy (1992, p. 96) afirma que a comunidade religiosa age por meio de normas de condutas que constituem um dogma, onde são discursivamente expressas de variadas formas, inclusive por meio de metáforas, muitas das quais codificadas também no texto bíblico. Assim, as metáforas situadas no discurso religioso têm a peculiaridade de poder revelar o olhar dos fiéis sobre a realidade. Além disso, o “fato de todas as grandes religiões se fundarem em certas metáforas básicas<sup>29</sup> tornou-se um lugar-comum nos estudos modernos. Numa religião específica, as metáforas básicas formam um conglomerado ou rede [...]” (TRACY, 1992, p. 95).

Como exemplo da presença de metáforas no discurso religioso cristão, o autor constata que uma gama delas opera na conceptualização da figura central da comunidade religiosa. Metaforicamente, *Deus* assume papéis diversos, transfigurando-se em pai, senhor, pastor e rei, ou até mesmo como luz, verdade e amor (Ibid, p. 98).

De acordo com Costa (2010, p. 28), o líder religioso, por ser porta-voz de Deus, tem um papel privilegiado na comunidade religiosa. Ele tem a incumbência de difundir os valores morais a partir de suas pregações.

Segundo Coutinho (2008) na comunidade católica, entre os pregadores sobressai a figura de Padre Antônio Vieira, que conhecia a fundo a arte de elaboração de sermões devido ao seu grande conhecimento em Retórica Clássica Aristotélica. A ele os sermões serviram como verdadeiros instrumentos para alcançar o íntimo do público ouvinte. (Ibid p. 118).

## 4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISE

### 4.1 O corpus

---

<sup>29</sup> Em termos da teoria lakoffiana, por metáforas básicas entenda-se metáforas conceptuais.



O *corpus* da presente pesquisa foi constituído a partir de fontes documentais. Serviram de subsídio 18 sermões de Padre Antônio Vieira, escolhidos aleatoriamente, dos quais, a partir de leituras exaustivas, foram coletados 63 fragmentos contendo expressões metafóricas que se configuraram como dados de nossa investigação.

Tal opção na seleção dos referidos dados se deu ante o fato dos mesmos estarem alinhados ao nosso objetivo geral de analisar a presença de noções morais operantes sistematicamente à conceptualização metafórica de termos recorrentes no discurso religioso proferido por Padre Antônio Vieira.

Para se constituírem dado do *corpus*, elegemos como único critério a condição do segmento textual evidenciar o processo metafórico na conceptualização de itens lexicais recorrentes no discurso católico de Vieira.

Desse modo, foram confirmados como dados de análise as expressões que denotavam a conceptualização metafórica dos termos: *Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada e evangelho, vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*.

#### **4.2 Metodologia de análise**

Importa dizer que o panorama geral da pesquisa que tencionamos desenvolver teve como etapa primária e indispensável a exaustiva leitura dos sermões selecionados para o levantamento das expressões que deram conta da conceptualização metafórica dos termos eleitos que acabamos de dispor no tópico anterior sobre a constituição do *corpus* do presente estudo investigativo.

Identificadas as devidas expressões passou-se à identificação de metáforas conceptuais. Para a consecução desse procedimento, foram fundamentais as noções emersas pelos estudos de Lakoff e Johnson (2002 [1980]) quando na fundamentação da Teoria da Metáfora Conceptual.

No desdobramento da pesquisa, em etapas posteriores, acionamos os pressupostos fornecidos pela Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, Lakoff (1987), e os dispositivos analíticos da hipótese do Sistema Moral aventada por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999).

Ante nossas pretensões de investigar a moralidade subjacente à conceptualização de termos de considerável recorrência no discurso sermonístico de Padre Vieira, optamos em

tecer uma análise de cunho qualitativo, pela qual lançamos um olhar interpretativo sobre os dados.

Acreditamos que a abordagem qualitativa é adequada mediante nossos objetivos e em vista do *corpus* de nossa pesquisa, numericamente limitado se comparado à vasta obra desse evangelista.

Portanto, esse posicionamento nos exime de fazer asserções embasadas estatisticamente ou que excedam o limite do que aventamos como respostas às questões norteadoras da pesquisa:

- a) como as noções morais delineadas por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999) operam à conceptualização metafórica de termos recorrentes em sermões proferidos por Padre Antônio Vieira?
- b) no discurso analisado, que cenários conceptuais metafóricos se estabelecem a partir das noções de moralidade postuladas por Lakoff e colaboradores?

Os lances interpretativos tomados como respostas a esses questionamentos recobrem, exatamente, nossos objetivos específicos de:

- 1) delinear o modo como certas noções morais estão imbricadas à conceptualização metafórica dos itens lexicais: *Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada e evangelho, vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*, recorrentes na pregação de padre Vieira;
- 2) esboçar os quadros conceptuais evidenciados a partir da correlação entre moralidade e conceito metafórico dos termos supracitados.

Considerando a diversidade de itens lexicais a serem analisados conceptualmente, optamos em estabelecer duas categorias de análise:

**Categoria 1** – *Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada e evangelho.*

**Categoria 2** – *vida, alma, salvação, bênção, graça e glória.*

A inter-relação semântica<sup>30</sup> dos termos no contexto religioso foi o parâmetro estabelecido para dispormos cada um deles em uma ou outra categoria. Assim, a categoria 1 tem Deus como item central. Ele é referência à emergência dos demais itens linguísticos que se encontram inclusos nesse grupamento de análise. Na categoria de número 2, ficaram alocados os termos que, dentro da esfera religiosa cristã, são presumidos como “bens espirituais”.

---

<sup>30</sup> Segundo Antunes (2008, p. 53) entre as palavras pode haver uma relação de associação (ligação/contiguidade) semântica. As palavras envolvidas nessa relação fazem parte de um mesmo campo semântico ou campos semânticos afins.

Cabe deixar claro que a mera criação de categorias para análise não significa rechaçar ou fechar os olhos à relação entre todos os termos do contexto religioso contemplados em nosso trabalho. A opção em estabelecer duas categorias é um recurso artificial e se dá unicamente frente aos nossos propósitos investigativos.

A fim de facilitar o acesso aos dados de nossa pesquisa, estabelecemos um conjunto de notações. Desse modo, cada fragmento textual foi enumerado cardinalmente, ex.: (1), (2) e assim sucessivamente. Extrações subsequentes dos fragmentos foram representados da seguinte forma: (1a), (1b).

As metáforas conceptuais<sup>31</sup> foram apresentadas em caixa-alta, conforme o uso de Lakoff e Johnson (2002 [1980]).

Nos fragmentos textuais, as expressões linguísticas metafóricas que serviram de dados de análise foram negritadas e dispostas em itálico. Os segmentos integrados à análise foram aspeados e dispostos em itálico.

### 4.3 Análise e discussão dos dados

#### 4.3.1 Categoria 1 – [*Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada e evangelho*]

Começaremos nossas análises pela entidade central da comunidade religiosa católica revelada em sermões do Padre Antônio Vieira. Ao analisarmos o conceito DEUS constatamos que ele é concebido metaforicamente de várias maneiras. Procedamos às análises.

(1) *Pois se tu és barro, homem mortal, se te formaram as mãos de Deus da matéria vil da terra [...]*(Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, 27)

(2) *[...] Deus, assim como criou as almas, também criou os corpos [...]* (Quarta Dominga da Quaresma, p. 128).

Ao verificarmos os excertos (1) e (2), podemos constatar que o conceito de *Deus* foi estruturado em termos de **pai genitor**<sup>32</sup>. Embora no âmbito religioso não seja cabível pensar

---

<sup>31</sup> Assim como a organização conceptual do tipo – X É GRATIFICAÇÃO, conforme explanamos na nota de rodapé de número 26.

na gênese em termos humanos com base no *script* de relação sexual, em (1), pelo fato do homem ter sido criado pelas “*mãos de Deus*”<sup>33</sup>, DEUS É PAI da humanidade.

Nessas circunstâncias, o ser humano descende de Deus. Em (2), *Deus* também ocupa a função de genitor<sup>i</sup>, já que almas e corpos humanos são criações suas.

A existência de um pai presume, consecutivamente, a existência de uma família, logo, enquanto criatura advinda de DEUS-PAI, o *homem* é metaforizado como filho de Deus. Isso fica evidente nos fragmentos seguintes:

(3) *Nesse sacrifício de louvor vos louvamos, enquanto criaturas vossas, [...] “louvamos-te, ó Deus” – nesse sacrifício de louvor vos confessamos, enquanto servos vossos – como a nosso Senhor [...] Nesse sacrifício de louvor vos reverenciamos, enquanto filhos vossos e vos reverenciaremos eternamente como a nosso Pai [...]* (Sermão do Grantulatório e Panegírico, p. 125).

O fragmento (3) em questão corrobora a afirmação de que, no meio religioso católico, o *homem* ocupa o *status* de filho de Deus, denotando, portanto, a metáfora conceptual O HOMEM É FILHO DE DEUS. A título de exemplo, a referida metáfora repercute em expressões bastante recorrentes na comunidade religiosa, tais como: *O homem é filho de Deus; Deus ama seus filhos; Somos todos filhos de Deus.*

Evidenciados **pai** e **filho** nas expressões analisadas até aqui, lançando um olhar introspectivo ao dado, constatamos que as metáforas conceptuais DEUS É PAI e O HOMEM É FILHO DE DEUS são orientadas por um **Sistema de Metáforas Morais** correlacionadas, evocadas a partir da constatação da **metáfora da família do homem**. Em (3), nessa família, mediante os trechos “*vos reverenciamos, enquanto filhos vossos e vos reverenciaremos eternamente como a nosso Pai [...]*”, DEUS-PAI se constitui como **autoridade moral suprema** sobre a humanidade, conforme noções esboçadas por Lakoff e Johnson (1999).

<sup>32</sup> Esse nosso posicionamento está em consonância com Feltes (2007, p. 343), quando afirma que do modelo de PAI GENITOR advém a metáfora DEUS COMO ORIGEM da humanidade. Portanto, tomamos que no discurso Vieiriano em questão, DEUS É PAI GENITOR no sentido de que é aquele que gerou o homem. Pelo texto bíblico temos: “E criou Deus o homem à sua imagem” (Gênesis, 1.27).

<sup>33</sup> Importa dizer que o fato do homem ter sido criado pelas “*mãos de Deus*” também denota a metáfora DEUS É ARTESÃO. Porém, no contexto religioso católico a qual Vieira é um agente representante, a metáfora DEUS É PAI demonstra ser a conceptualização mais recorrente e assimilada frente à criação do homem. Ancorada nas noções de ordem moral e na moralidade da família, esta metáfora dimensiona Deus-criador como autoridade paterna sobre sua criatura. Subsumindo, conseqüentemente, a noção metafórica de que AUTORIDADE MORAL É AUTORIDADE PATERNAL.

(4) [...] *que Deus nos guarde* (Sermão de São Roque, p. 33)

(5) [...] *Deus desempenhou suas promessas e lançou novas raízes a seus benefícios* [...] (Sermão de São Roque, p. 32)

No sistema moral descrito por Lakoff; Johnson (1999), a **metáfora da família do homem** reivindica uma autoridade, mas não qualquer autoridade. O exercício da autoridade familiar provém da **ordem moral** que define posições hierarquizadas entre os membros da família, desse modo, ao pai, cabe o papel de maior autoridade. Afirmada sua posição de autoridade superior ratificada na noção de ordem moral, à figura paterna recai também o maior grau de **força** (física e moral) e de **responsabilidade** direcionada aos filhos.

Por alusão à moral constituída na organização familiar (domínio-fonte), no contexto cristão católico, metaforicamente, enquanto pai da humanidade, *Deus* é hierarquicamente a autoridade maior. Consecutivamente, pela ordem moral, onde se sobressai como autoridade moral suprema e ente de maior força, DEUS-PAI é responsável pelos seus filhos (os homens). Os excertos (4) e (5) revelam, exatamente, o exercício da **autoridade moral** de Deus, em proteger e prover seus filhos. Como podemos ver, em (4), há um apelo de proteção à figura Divina, justamente a quem, enquanto PAI CUIDADOSO, prioriza garanti-la, “*que Deus nos guarde*”; em (5), DEUS-PAI é aquele que pode lançar “*novas raízes a seus benefícios*” no intuito de promover o **bem-estar** dos seus filhos.

(6) *Que lugar há no mundo, onde Deus se mostre mais misericordioso, e onde sua misericórdia seja mais milagrosa que neste?* (Sermão de N. Senhora de Penha de França, p. 281)

(7) *A este inconveniente porém acode hoje a misericórdia divina e a benignidade do Sumo Pastor por meio da Santa Cruzada, concedendo a todos [...]* (Sermão da Bula da S. Cruzada, p. 361)

Ante as discussões estabelecidas até aqui, constatamos que o modelo de família, tal como experienciamos socialmente, serve de fonte para os conceitos metafóricos de DEUS-PAI e do HOMEM-FILHO na categoria religião.

Considerando as ocorrências (6) e (7), podemos observar que nessas passagens o conceito de *Deus* foi estruturado com base no modelo de **pai cuidadoso** – apontado por Lakoff e Johnson (1999) como um dos tipos de modelo de pai em uma família.

Em (6), pelo modelo de pai cuidadoso, DEUS-PAI é evidenciado com o atributo de pai misericordioso, em (7), dispense laivos de “*misericórdia divina e a benignidade*” a todos os seus filhos sem estabelecer nenhuma restrição, revelando, assim, um **amor incondicional**.

Destacamos, ainda, que a passagem sermonística de número (7), “*acode hoje a misericórdia divina e a benignidade do Sumo Pastor*”, mostra que, do modelo de pai cuidadoso, além da metáfora DEUS-PAI MISERICORDIOSO, repercute-se, ainda, outra conceituação da entidade divina da esfera religiosa. O segmento (7) em destaque denota, assim, a metáfora conceptual DEUS É PASTOR onde se mapeia, essencialmente, o traço de **cuidado e proteção** atribuído a DEUS-PAI CUIDADOSO.

A respeito das conceptualizações metafóricas atreladas ao modelo de pai cuidadoso, ao considerarmos os fragmentos (6) e (7), temos o seguinte quadro conceitual da figura divina:

DEUS-PAI TODO MISERICORDIOSO,

DEUS-PAI TODO AMOROSO

DEUS É AMOR

De onde advém a metáfora conceptual:

DEUS É PASTOR

Vale ressaltar que, dentro do contexto religioso, a metáfora DEUS É PASTOR é de forte apelo emocional, pois, como já colocado, carrega a conotação de cuidado e proteção que *Deus* tem para conosco, seus filhos. Pela ótica moral do PAI CUIDADOSO, *Deus*, metaforizado como “*Sumo Pastor*”, por sua benignidade e **autoridade moral**, é o **responsável moral** que tem como prioridade o cuidado e a guarda de suas ovelhas, que, no discurso cristão, são a representação alegórica dos membros da igreja.

Desse modo, na metáfora conceptual DEUS É PASTOR, concorrem os seguintes mapeamentos:

Pastor --- Deus

Cada ovelha --- Cada um dos fiéis

O rebanho --- Os fiéis da igreja

Ovelha que se perde --- Cada membro da igreja que se afasta da doutrina (ou Moralidade)

Por acarretamento temos que,

Os fiéis não podem perder-se (desgarrar-se) da doutrina

Os fiéis que se afastam da doutrina estão em imoralidade

(8) *Os que servem a Deus, e estão em graça, são seus filhos adotivos; se são seus filhos, logo são seus herdeiros.* (Sermão da Quarta Dominga da Quaresma, p. 130).

O excerto de número (8), logo acima, sinaliza uma referência conceptual não prototípica, no contexto cristão para a referência à paternidade divina. No fragmento em questão, a paternidade de *Deus* é constituída a partir do **modelo de adoção**.

A evidência desse modelo reflete o caráter radial da categoria “pai”. Lakoff (1987) defende que uma categoria (ou modelo) radial é aquela que se estrutura com base no esquema **centro – periferia**. A partir do elemento centro, estende-se uma série de extensões conceptuais entendidas como variações do item central, evidenciando diferentes graus de prototipicidade entre os itens de uma categoria. Nesses termos, o autor concebe a categoria “*mae*” como um modelo constituído por uma rede de significações, onde temos: mãe biológica, mãe de aluguel, mãe adotiva, etc. (Ibid, p. 75).

Considerando a radialidade conceitual, em (8), a presença da metáfora DEUS É PAI ADOTIVO evidencia o **modelo de adoção** como um entre outros modelos cognitivos, um dos quais o modelo genético, passíveis de ser mobilizados na conceptualização de *pai*.

Embora pelo modelo de adoção constatado na passagem (8), a humanidade deixe de ser descendente direto de Deus, tal enquadre, mediante as **metáforas morais** tomadas pela comunidade religiosa para o delineamento conceitual, não exime Deus como **autoridade moral** sobre os homens. Implicando que, pela **hierarquia da ordem moral** que reafirma a superioridade e responsabilidade Divina sobre o homem e por **força** revelada na retidão moral e força implacável contra todo tipo de mal (imoralidades), os homens continuam submissos a Deus, cabendo-lhes, metaforicamente, o papel de “*filhos*”, sendo “*herdeiros*” morais, não só de bênçãos, mas do exemplo de retidão e força para resistir o mal.

Desse modo, conceptualmente, cabe, também, a DEUS-PAI ADOTIVO o mesmo conjunto de ações morais relativas à figura paterna dentro da **metáfora da família do homem**. A ele, por ordem moral, cabe a responsabilidade da retidão, do cuidado e da proteção daqueles que estão na condição de filhos adotivos.

(9) *De maneira que Raquel diz a Jacó que lhe dê filhos, e Jacó responde a Raquel que não é Deus. Como se dissera Jacó: Dizei-me que vos dê filhos, porque desejais ser mãe, e eu digo-vos que não sou Deus, porque só Deus os pode dar [...] (Sermão Grantulatório e Panegírico, p. 114)*

Como exposto em nossos referenciais, “a família do homem” pode ser conduzida, pelo **modelo de pai severo** que experienciamos socialmente. Conforme as colocações de Lakoff e Johnson (1999), no contexto cristão, esse modelo é fonte, por exemplo, da metáfora DEUS-PAI TODO PODEROSO. Com o recorte (9), Vieira sinaliza, exatamente, **a autoridade moral e absoluta** de Deus sobre o homem. Isso fica demarcado na citação à afirmação de Jacó que disse não ser Deus para dar filhos à Raquel, pois “*só Deus os pode dar*”, confirmando, portanto, a posição inferior do homem ante DEUS-PAI TODO-PODEROSO.

(10) *Começaram os filhos de Membrot aquela soberba torre [...]diz o texto sagrado que **desceu logo Deus a impedir e desfazer esta obra** [...] (São Roque, p. 41)*

(11) *Porque ainda que Deus, para castigar os pecados, tem a razão de sua justiça [...] (Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, p. 46)*

A metáfora do sistema moral proposto por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999) organiza-se a partir de uma série de metáforas morais articuladas entre si. É importante reafirmarmos nesse momento que, no modelo de pai severo, repercutem com grande evidência as prerrogativas da metáfora da força moral, autoridade moral, e da ordem moral, diferentemente do modelo de pai cuidadoso onde são priorizados o cuidado e a proteção, e não o uso da força (LAKOFF, 1995, p.12).

As duas ocorrências acima dão conta da presença do modelo **pai severo**. Em (10) e (11), DEUS-PAI TODO-PODEROSO, como pai severo investido de **autoridade absoluta**, coloca os homens (filhos) na indiscutível obrigação de obedecê-lo. Em (10), enquanto pai severo, *Deus* é aquele que age com **força moral** para “*impedir e desfazer*” os desvios de



conduta de seus filhos, como no caso da construção da Torre de Babel referida nesse recorte do Sermão de Vieira.

Em (11), pela **ordem moral** que coloca DEUS-PAI SEVERO em posição hierarquicamente superior ao homem, advém a **autoridade** e a **força punitiva** para “*para castigar os pecados, [com base na] razão de sua justiça [...]*”.

Portanto, as passagens em foco, (10) e (11), reafirmam os pressupostos teóricos a respeito da autoridade moral do pai severo. Metaforicamente conceptualizado no enfoque da moralidade, *Deus* se mostra como autoridade moral suprema e incontestável, cabendo a ele, só a ele, o estabelecimento das regras morais que devem ser respeitadas pelos homens; no caso de descumprimento, são direcionados a eles os castigos. Conforme expusemos em nossos referenciais, *Deus, sob a perspectiva do pai severo*, para ratificar sua autoridade absoluta e mostrar sua força combativa contra as ações imorais (pecados), opta pela retaliação mediante a desobediência dos filhos (LAKOFF; JOHNSON,1999).

(12) [...] *quebrou Davi todas as leis divinas e humanas, matando a Urias [...] em nenhuma lei reparou: todas as leis quebrou [...]*(Conceição da Virgem Senhora Nossa, p. 27)

(13) *Cuida que pode avançar fazenda quebrando os mandamentos de Deus, e é tanto pelo contrário que não só se não adquire fazenda por este caminho, antes se perde a que estava adquirida. O caminho certo e seguro de ter fazenda é fazer o que Deus manda [...]*(Quarta Dominga da Quaresma, 135)

Como falamos no ultimo parágrafo da análise anterior, DEUS-PAI SEVERO configura-se como **autoridade absoluta**, presumindo o estabelecimento de regras de conduta que devem ser respeitadas indiscutivelmente pelos filhos, desobedecendo-as, por via da **força moral**, *Deus* imputa-lhes castigos como forma de punição. Considerando a moralidade sistematizada por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), em (12) e (13), no papel de PAI-SEVERO da humanidade, Deus é aquele que estabelece leis para serem seguidas por todos os homens. Desse modo, por alusão à moralidade estabelecida no âmbito familiar, o conceito de *lei divina* se constrói metaforicamente como **regra moral** (LEI DIVINA É REGRA MORAL).

Em relação às passagens (12) e (13), os enunciados destacados evidenciam, ainda, outra conceptualização do termo *lei divina* repercutida na metáfora ontológica LEI DIVINA É OBJETO QUEBRADIÇO. Por mapeamento metafórico, *lei divina* (domínio-alvo), configura-se como objeto passível de ser quebrado (domínio-fonte). É a partir dessa composição conceitual em termos de objeto que o sermoneiro expressa: “*quebrou Davi todas as leis divinas*”, no segmento (12); “*quebrando os mandamentos de Deus*”, no excerto (13).

(13a) *Cuida que pode avançar fazenda quebrando os mandamentos de Deus, e é tanto pelo contrário que não só se não adquire fazenda por este caminho, antes se perde a que estava adquirida.*

O recorte (13a) disposto aqui, ratifica, exatamente, o panorama conceitual do termo *lei divina* exposto por nós: LEI DIVINA É LEI MORAL e LEI DIVINA É OBJETO QUEBRADIÇO.

Pelo parâmetro da **contabilidade moral**, a quebra dos mandamentos de Deus incorre numa ação imoral. Assim, mediante a **autoridade moral** de *Deus* o homem adquire um débito. Pela ótica vieiriana revelada no referido recorte, essa **conta moral** deverá ser equacionada prioritariamente pela égide da **retribuição contábil**, a qual versa dois princípios aritméticos comentados em nossos referenciais teóricos e que aqui rerepresentamos:

- a) Ao lhe dar algo de valor negativo, por retribuição, você passa a dever algo de mesmo valor negativo a essa pessoa;
- b) retribuir com algo de valor negativo a quem lhe deu algo de valor negativo é tomar dessa pessoa algo de valor positivo.

Assim, o recorte (13a) se orienta pela metáfora **contabilidade moral**. Nele verificamos que a conta moral entre DEUS-PAI SEVERO e os homens será equacionada por via da **retribuição**. Assumindo as metáforas LEIS DIVINAS SÃO OBJETOS QUEBRADIÇOS e LEIS DIVINAS SÃO REGRAS MORAIS, pela moralidade contábil, o cristão católico compreende que o ato imoral de “quebrar” os mandamentos divinos é uma ação danosa contra Deus. Como desdobramento, em (13a), observamos que, para acertar essa **dívida moral**, com base nos princípios morais da retribuição, *Deus*, enquanto **credor** moral, **equaliza** a dívida tomando do **devedor** algo de valor positivo (bem-estar), fazendo com que o homem pecador não só deixe de adquirir fazenda (bem material), mas perda a já adquirida.

A partir desse quadro, constatamos que as noções contábeis mapeadas na metáfora da contabilidade moral, orienta à metáfora DEUS É CREDOR MORAL (DO HOMEM PECADOR), outra forma conceptual da entidade divina na comunidade católica revelada no fragmento (13a) em foco. Por correlação, temos a metáfora conceptual HOMEM PECADOR É DEVEDOR.

Isso nos leva a concluir que as conceptualizações metafóricas orientadas pela contabilidade moral, no esquema da retribuição, mapeiam os castigos como meios pelos quais a autoridade moral absoluta de DEUS-PAI SEVERO acerta as dívidas instauradas pelos que praticam a ação imoral de pecar, quebrar quaisquer *mandamentos (leis) de Deus*, conforme o fragmento (13a).

(14) [...] *donde havemos de coligir essas leis quebradas? [...] Havemos de coligir estas leis quebradas do mesmo fundamento por que Davi as quebrou.* (Conceição da Virgem Senhora Nossa, p. 27)

No recorte (14), também constatamos a metáfora ontológica LEIS DIVINAS SÃO OBJETOS, porém, aqui, mapeou-se, além da possibilidade das leis, como objeto, serem fragmentadas, a possibilidade de reparação, como indica o segmento quando Vieira assevera o modo como o “*Havemos de coligir estas leis quebradas*”.

Com base nos aspectos contemplados pelo sistema moral proposto por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), aventamos a metáfora LEIS DIVINAS SÃO REGRAS MORAIS. Por extensão de raciocínio, entendemos uma possível relação entre moralidade e a metáfora ontológica LEIS DIVINAS SÃO OBJETOS QUEBRADIÇOS em torno da significação do item *lei divina*.

Retomando as noções apresentadas sobre o sistema moral, especialmente no tocante à **contabilidade moral, força moral e autoridade moral absoluta** de *Deus* fundamentada no **modelo de pai severo**, podemos destacar a seguinte rede de metáforas envolvida na concepção do termo *lei divina* nos dados investigados:

Por metáfora ontológica:

LEIS DIVINAS SÃO OBJETOS QUEBRADIÇOS

Pelo sistema moral temos:

LEIS DIVINAS SÃO REGRAS MORAIS

MORAL É RESPEITAR AS LEIS DIVINAS.

QUEBRAR AS LEIS DIVINAS É AÇÃO IMORAL  
 AÇÃO MORAL É NÃO QUEBRAR AS LEIS DIVINAS

Se no contexto religioso temos:

PECADO É AÇÃO IMORAL

Logo:

QUEBRAR AS LEIS DIVINAS É PECADO

Pela moralidade contábil:

QUEBRAR A LEI DIVINA É DÉBITO COM DEUS

QUEBRAR A LEI DE DEUS É DÍVIDA MORAL

QUEBRAR A LEI DIVINA É PREJUÍZO

PAGAR PELAS LEIS QUEBRADAS É EQUACIONAR UMA DÍVIDA MORAL

REPARAR AS LEIS QUEBRADAS É ADQUIRIR UM CRÉDITO COM DEUS

*(15) As pegadas estão manifestas e vêem-se; as raízes estão escondidas e não se vêem: e assim tem Deus guardados invisivelmente todos os nossos pecados, os quais no dia da conta rebentarão como raízes, e brotarão nos castigos que pertencem à natureza de cada um. Isto é o que tanto cuidado dava a Jó. (Sermão da Primeira Domingo do Advento, p. 09)*

Com base nessas noções do sistema moral destacadas nas análises anteriores, faremos agora algumas reflexões a respeito da concepção do termo *pecado*. O fragmento (15) evidencia que o locutor, ao discorrer sobre os pecados cometidos pelos homens, recorreu metaforicamente ao **domínio da experiência contábil**.

**(15a)** “[...] *assim tem Deus guardados invisivelmente todos os nossos pecados, os quais no dia da conta rebentarão [...]*”.

O recorte em questão coloca em evidência a presença da metáfora da **contabilidade moral**<sup>34</sup>, pela qual DEUS É EXÍMIO CONTADOR, alocando (em um livro contábil) todos os *pecados* (débitos) para a apresentação no dia da prestação de contas. Dessa configuração,

<sup>34</sup> Em relação ao recorte (15a), é preciso admitir, também, a presença coocorrente das metáforas PECADOS SÃO OBJETOS e, ainda, PECADOS SÃO PLANTAS (SEMENTES). Devido ao nosso propósito investigativo em torno da moralidade, tomamos em nossa análise a metáfora PECADOS SÃO DÍVIDAS (DÉBITOS).

derivam as seguintes metáforas conceptuais que, em nossa compreensão, se inter-relacionam sistematicamente na conceptualização do termo *pecado*:

Se por metáfora ontológica

LEIS DIVINAS SÃO OBJETOS QUEBRADIÇOS

Pelo sistema moral:

LEIS DIVINAS SÃO LEIS MORAIS

QUEBRAR A LEI DIVINA É UMA AÇÃO IMORAL

PECADO É AÇÃO IMORAL

Por contabilidade moral:

AÇÃO MORAL É CREDITO

AÇÃO IMORAL É DÉBITO

Se pela perspectiva da moralidade Vieira concebe:

DEUS É CREDOR MORAL

Então, metaforicamente:

PECADO É DÉBITO PARA COM DEUS

PECADO É UMA DÍVIDA MORAL

PECAR É DÍVIDA

Desse modo, **a metáfora da contabilidade moral** repercute na metáfora conceptual PECADO É DÉBITO (DÍVIDA) que, por sua vez, pode se desdobrar nos seguintes acarretamentos:

Mais pecado, menos crédito;

Menos pecado, menos mais crédito;

Mais pecado, mais débito;

Menos pecado, menos crédito;

Quanto maior o débito, maior a dívida;

Quanto maior os pecados, maior a intensidade dos castigos.

(15b) “[...] *brotarão nos castigos que pertencem à natureza de cada um*”.

A **contabilidade moral** exige o acerto de contas, ACERTAR AS CONTAS É MORAL (LAKOFF, 1995). No recorte (15b), *Deus*, enquanto autoridade suprema, por via da **retribuição moral**, delibera o acerto das contas onde cada pecado, entendido como **débito**, será proporcionalmente compensado por meio da aplicação de castigos, considerando que,

quanto maior o débito maior a paga. Esse cenário é norteado pelo princípio moral de equilíbrio das contas morais. O excerto (15b) mostra que, no discurso religioso de Vieira, agente da comunidade católica, a retribuição contábil é suscitada por DEUS-PAI SEVERO para o devido acerto das contas entre Ele e os homens pecadores.

(16) *Porque o livro da vida contém os dias da mesma vida, que são poucos, e os livros da conta contêm os pecados cometidos nos mesmos dias, que são muitos. Assim que postos à vista no tremendo tribunal, de uma parte o livro, e, da outra os livros, então se verão juntas e concordes as duas combinações do nosso assunto [...]*  
(Sermão da Primeira Dominga do Advento, p. 10)

Em (16), novamente verificamos a **contabilidade moral**, decorrendo daí a citação dos “*livros da conta que contêm os pecados cometidos*” os quais serão apresentados no dia da prestação das contas morais. Isso implica compreender que, pela ótica moral, o evangelista conceptualiza metaforicamente:

AÇÃO IMORAL É DÉBITO

PECADO É AÇÃO IMORAL

Logo,

PECADO É DÉBITO (DÍVIDA)

(17) *[...] gastam a vida em acumular pecados sobre pecados: não vêes (diz), ó homem [...] Estes tesouros<sup>35</sup>, pois, que agora estão cerrados, se abrirão a seu tempo, e se descobrirão para a conta no dia do Juízo, que isso quer dizer, in die iroe, et revelationis justi iudicii Dei.*  
(Sermão da Primeira Dominga do Advento, p. 09)

---

<sup>35</sup> Importa reconhecer a postura irônica que Vieira toma ao se referir a pecado como “tesouro”. Segundo Tersariol (1994, p. 128), a ironia é a figura de linguagem que “consiste no uso de palavras ou expressões que, pelo contexto [...] produzem um efeito contrário daquilo que se diz”. Do ponto de vista da moralidade que considera a noção de que as ações negativas implicam ações imorais - dívidas morais - (Lakoff, 1995, 02), notabilizamos que, a ação de pecar corresponde a uma ação imoral no meio católico do qual Vieira é um agente. Nessa perspectiva, frente ao tom irônico desse pregador, compreendemos que os pecados foram expressos conotativamente como “tesouros”. Revelando, assim, a metáfora conceptual PECADOS SÃO OBJETOS VALIOSOS. Contextualizando a pregação aos propósitos ideológicos e ao meio onde emerge e circunda, considerando, ainda, o conjunto de noções morais evocadas nesse meio, entendemos que os pecados denotam dívidas morais que “*se descobrirão para a conta* [prestação de contas] *no dia do Juízo*”, conforme evidencia o fragmento (17). Logo, pela ótica da moralidade contábil evocada como pressuposto teórico em nosso estudo, pontuamos em (17): PECADO É DÍVIDA (DÉBITO) PARA COM DEUS.

O recorte em tela reafirma nossas colocações feitas em análises anteriores em relação à significação do termo *pecado*. Em (17), pela contabilidade divina, os pecados assumem valores negativos, sendo notabilizados como **débitos** acumulados um a um até o dia do acerto de contas, o juízo final, na visão cristã. Considerando as relações de poder reafirmadas na **ordem moral**, pela **contabilidade moral**, DEUS É CREDOR MORAL DO HOMEM PECADOR, metáfora conceptual já aventada por nós em análises anteriores.

Assim, as análises sobre a concepção de *pecado* nos sermões de Vieira investigados sinalizam que o conceito metafórico PECADO É DÉBITO (DÍVIDA) parece emergir como prototípico. Essa compreensão metafórica do termo *pecado* evoca, ainda, a concepção que dessa dívida DEUS É CREDOR MORAL.

(18) [...] *eram umas vozes altíssimas, com que desde o céu lhe lembrava a lei de Deus [...]*(Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, 48)

(19) *Sobem os pregadores ao púlpito, põem-nos diante dos olhos tantas vezes a lei de Deus esquecida e desprezada, e sendo que a lei de Deus é a porta por onde só se pode entrar à bem-aventurança* (Sermão da Quinta-feira da Quaresma, p. 244)

Como podemos observar, os fragmentos (18) e (19) suscitam o termo *lei de Deus*. Assim, havemos de entender que tal expressão metafórica atualiza a metáfora conceptual DEUS É JUIZ, já que a existência de uma lei presume um ente imbuído de **autoridade moral** para julgar. A referida metáfora conceptual denota, portanto, outra significação e função atribuída à figura divina no domínio religioso.

(20) *Se assim é, Senhor meu, se assim o julgaste [...]*(Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, 38)

(21) [...] *por certo, não já misericordioso, senão justíssimo Deus, que também a mesma justiça se pudera dar por satisfeita com os rigores e castigos [...]. Não sois vós, enquanto justo, aquele justo juiz*

*de quem canta o vosso Profeta [...]?* (Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, p. 47)

A autoridade moral em sua versão absoluta centrada no **modelo de pai severo**, ancorada na noção hierarquizada da **ordem moral** e nos preceitos da **moralidade contábil**, repercute na metáfora conceptual DEUS É JUÍZ. É o que identificamos nos fragmentos (20) e (21), *Deus* é compreendido como autoridade suprema, metaforizando-se como juiz. Em (21), concebido como “*justo juiz*”, Deus faz uso de sua autoridade para deliberar punições. Faz uso da contabilidade moral e, notadamente, em seu juízo, se orienta pelo princípio contábil da **retribuição moral**. Desse modo, por via da **justiça retributiva**, DEUS-JUIZ se prontifica a aplicar “*os rigores e castigos*” aos pecadores como formas de compensações aos débitos assumidos mediante suas ações delituosas tidas como imoralidades.

(22) [...] *todos estes pecados se lançam logo e escrevem nos livros de Deus, debaixo do título do tal rei e debaixo do título do tal prelado, para se lhes pedir conta deles, no dia do Juízo.* (Sermão da Primeira Dominga do Advento, p. 13)

Segundo as normas sociais, infringir uma lei significa cometer delito, ação imoral, na projeção para o meio religioso, quebrar a *lei de Deus* é cometer pecado, igualmente um ato imoral. A passagem (22) denota que cada pecado cometido é contabilizado nos livros sagrados “*todos estes pecados se lançam logo e escrevem nos livros de Deus*”. Como apontado na análise anterior, metaforizado como **pai-severo**, Deus assume o papel de **juiz supremo** da humanidade. Fazendo uso da **contabilidade moral** instaura uma **justiça retributiva**, para que no dia do juízo cada **devedor** (pecador) preste conta de seus débitos (pecados) para com Ele. Em retribuição moral, para acertar moralmente as dívidas, por cada débito, DEUS-JUIZ designa as penalidades (castigos) aos pecadores.

O fragmento (22) nos revela, ainda, que a ação de “*lhes pedir conta [...], no dia do Juízo*” atende ao esquema contábil da **retribuição moral** que trata da equalização das contas. Desse modo, o juízo, por via da **justiça retributiva**, é fundamental para a sanidade e equilíbrio das contas morais. Vale salientar que a recusa em não acertar as dívidas morais com a deliberação do juízo, acusaria falta de **força** e **retidão moral** da autoridade divina, visto que, pelo sistema moral:



MORALIDADE É EQUILÍBRIO

MORALIDADE É FORÇA

IMORAL É SER FRACO

Se por contabilidade moral:

PECADO É DÉBITO (DIVIDA) MORAL (PARA COM DEUS)

Então, por retribuição moral (justiça retributiva), podemos concluir:

MORALIDADE É DÍVIDA MORAL EQUACIONADA

MORALIDADE É PECADO DEVIDAMENTE COMPENSADO

*(23) Quantos e quantas há que, tanto que se vêm em necessidade, vendem a consciência, vendem a alma e às vezes o corpo? E que faz Deus então? Como justíssimo Juiz, em lugar de lhes dar a abundância que lhes havia de dar se perseverassem constantemente, tira-lhes esse pouco remédio que tinham, com que fiquem perdidos de todo. Porque, assim como o caminho certo de ter pão é servir a Deus, assim o caminho certo de se perder o pão que se tem é desservi-lo (Sermão da Quarta Domingo da Quaresma, p. 133).*

O recorte (23), acima, reafirma não só a metáfora conceptual DEUS É JUIZ, como também, sinaliza que, no âmbito cristão, a noção de que a justiça divina é norteada pela metáfora da **contabilidade retributiva** é recorrente. Conforme apontou Lakoff (1995), pelo princípio da **retribuição moral**, uma dívida (débito) moral de valor negativo deverá ser paga com algo de mesmo valor moral negativo, em contrapartida, uma ação moral em favor de alguém gera um crédito moral que deverá ser compensado com algo de valor moral igualmente positivo.

*(23a) [...] vendem a consciência, vendem a alma e às vezes o corpo? E que faz Deus então? Como justíssimo Juiz, em lugar de lhes dar a abundância que lhes havia de dar se perseverassem constantemente, tira-lhes esse pouco remédio que tinham [...]*

Como já observamos em análises anteriores, QUEBRAR AS LEIS DIVINAS É AÇÃO IMORAL, portanto, é contrair uma dívida de valor moral negativo para com Deus. Decorrendo que, por retribuição moral, essa dívida deverá ser equacionada com algo de

mesmo valor (negativo). Na análise de (23a), entendemos que, nessa passagem, por orientação das metáforas QUEBRAR AS LEIS DIVINAS É AÇÃO IMORAL e PECADO É DÉBITO, circunda o entendimento de que os homens pecadores adquirem dívidas de notação negativa para com Deus. Nessa perspectiva, o referido recorte evidencia que os homens, “*em necessidade, vendem a consciência, vendem a alma e às vezes o corpo*”, portanto, ações imorais (débitos) visto que infringem leis divinas.

Em (23a), conceptualizado como “*justíssimo juiz*”, por **justiça retributiva**, Deus procede à **equalização** moral dessa dívida de valor negativo retribuindo com algo de notação igualmente negativo. Como autoridade suprema moralmente instituída, DEUS-JUIZ imputa aos homens pecadores (devedores) os castigos, que, no recorte (23a), consistiram em não só privar-lhes de “*dar a abundância que lhes havia de dar se perseverassem constantemente*”, mas também em tirar-lhes o “*pouco remédio que tinham [...]*”.

(24) *O reino de Portugal, como mesmo Deus nos declarou na sua fundação, é reino seu e não nosso [...] e como DEUS É REI [...] este é o que manda é o que governa [...]* (Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, 24)

O absolutismo do poder Divino, fundamentado em sua **autoridade moral absoluta**, também repercute na emergência de mais uma conceptualização da figura de Deus no discurso vieiriano. O excerto (24), logo acima, evidencia a metáfora conceptual DEUS É REI que mapeia a supremacia e a governança sobre os homens.

(25) *E de quem aprendeu Davi, de quem aprendeu o rei, general dos exércitos de Deus, esta lição?* (Sermão da Quinta-feira de Cinza, p. 399)

(26) *Assim é, e assim havia de ser, se Deus fora como os homens, e o Rei do céu, como os da terra. Nas leis da terra dão-se os prêmios ao que milita e serve, mas não a quem o sustenta; nas leis do céu, aquele que milita e serve, e mais aquele que o sustenta, todos têm o mesmo prêmio.* (Sermão da Bula da S. Cruzada, p. 366)

Nos recortes em foco, tanto (25) quanto (26), evidenciam a metáfora conceptual DEUS É REI que, orientada pela ótica da moralidade, ressaltam a **autoridade moral absoluta**, em particular a **força moral**, de DEUS-REI. A partir de Lakoff e Johnson (1999), entendemos que esses fragmentos demonstram que, assim como um **pai-severo**, DEUS-REI prioriza o **complexo de força** em detrimento ao de cuidado, visto que o poder régio agrega-se ao poder bélico, como confirma a expressão “*exércitos de Deus*” apresentada em (25) e “*nas leis do céu, aquele que milita e serve, e mais aquele que o sustenta, todos têm o mesmo prêmio*”, em (26).

O poder bélico suscitado nos recortes (25) e (26) é mais um aspecto conceptual mapeado na alusão aos reinados do plano temporal o qual serve de domínio-fonte, onde cada soberano precisa defender seu reino. Assim como os reis da terra, DEUS-REI CELESTIAL precisa usar de sua força física e moral para defender seu reino (a igreja) contra as forças da imoralidade. Nesse contexto, pela metáfora conceptual DEUS É REI, os fiéis, hierarquicamente submissos à autoridade moral e absoluta de DEUS-REI, situam-se na condição de súditos, cabendo servi-lo e/ou militar como soldados em seu exército. Além disso, por conta desse quadro conceptual metafórico, o cristão compreende que só servindo a DEUS-REI e/ou militando, ou, ainda, financiando seu exército, é que poderá, **por via retributiva**, pleitear gratificações; isso é o que atesta o fragmento (26), especificamente no trecho em que afirma: “*aquele que milita e serve, e mais aquele que o sustenta, todos têm o mesmo prêmio*”.

É importante frisar que nossas introspecções nos fragmentos (25) e (26) nos faz acreditar que, na organização da metáfora conceptual DEUS É REI, concorrem dois modelos de autoridade e não apenas a autoridade mapeada no poder paternal do pai severo, que, como autoridade moral absoluta, faz uso da força (física e moral) para combater o mal. Para nós, os reinados seculares também se constituem como domínio-fonte para a organização dessa metáfora. Nas passagens sermonísticas em questão, o conceito metafórico DEUS É REI mapeia, com grande evidência, aspectos do poder e da autoridade dos reis terrenos para a compreensão da governança de Deus frente a um reinado atemporal. Nessa perspectiva, por mapeamento, Deus possui uma estrutura bélica (exército), com Davi detendo a patente de general, conforme (25), e homens na condição de militares, como apresentado no recorte (26).

(27) *Heresia muitas vezes condenada na Sagrada Escritura, onde se diz que é tão fácil a Deus vencer* (Sermão da Quarta domingo da quaresma, p. 92)

(28) *Vamos aos Evangelhos.* (Sermão da Quarta Domingo da Quaresma, p. 130)

(29) *Por todas estas razões entra no Evangelho de hoje Bersabé [...]* (Sermão da Conceição da Virgem Senhora Nossa, p. 27)

Os recortes (27), (28) e (29) revelam a conceptualização metafórica dos termos *escritura sagrada* e *evangelho* na tradição religiosa cristã. As expressões metafóricas, em destaque nos excertos em foco, dão conta da metáfora conceptual ESCRITURA SAGRADA (EVANGÉLHO) É RECIPIENTE.

Tal como colocada por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), enquanto mecanismo imaginativo, a metáfora permite uma operação cognitiva que consiste em acionar um domínio da experiência, organizado pelo nosso contato direto com o mundo, para tratar de aspectos não acessados concretamente. É o domínio experienciável que serve de fonte à estruturação do pensamento e compreensão daquilo que não é acessado pelos sentidos corporais, situados, portanto, num domínio de elementos mais abstrato denominado de domínio-alvo.

Retomando os esclarecimentos de Lakoff e Johnson (2002 [1980]) e Kövecses (1999)<sup>36</sup> e Feltes (2007), a compreensão do nosso corpo como um **contêiner**, um esquema de imagem estruturado a partir da ideia **interior – fronteira – exterior (dentro-fora)**, serve de domínio-fonte para conceptualizarmos, cognitivamente, outras coisas como recipientes.

Vale salientar que ao entendermos ESCRITURA SAGRADA (EVANGELHO) COMO RECIPIENTE, são mapeados metaforicamente, não só os aspectos da estrutura **interior – fronteira – exterior**, mas também a presunção de um **conteúdo** a estar situado dentro ou fora dos limites desse contêiner.

A metáfora ESCRITURA SAGRADA (EVANGELHO) É RECIPIENTE é recorrente nas passagens sob análise da seguinte forma: em (27), “*Heresia muitas vezes condenada na Sagrada Escritura*”, o sermônista situa a condenação da heresia, nos limites internos da

---

<sup>36</sup> Conforme colocamos em nossos referenciais, na ocasião da investigação sobre a conceptualização do termo RAIVA, Kövecses (1999) estipula o corpo como um contêiner. Dispõe as metáforas conceptuais O CORPO É UM CONTÊINER PARA AS EMOÇÕES e RAIVA É UM FLUIDO NUM CONTÊINER.

escritura, mapeada como contêiner. No fragmento (28), a expressão metafórica “*Vamos aos Evangelhos*”, mapeia os livros ou capítulos bíblicos como contêineres, cômodos a que seres humanos possam adentrá-los. Em (29), “*entra no Evangelho de hoje Bersabé [...]*”, mobiliza os mapeamentos:

Evangelho --- recipiente (contêiner)

Entrar no evangelho --- introduzir o assunto na pregação

Conteúdo do recipiente --- a mensagem religiosa, o tema da pregação, os dogmas (mandamentos).

Conforme Lakoff (1987, p. 284) e Feltes (2007) os esquemas de imagens são uma das fontes estruturantes de modelos cognitivos mais complexos. Assim sendo, a metáfora ESCRITURA SAGRADA (EVANGELHO) É UM RECIPIENTE tem o esquema **contêiner** como **domínio-fonte**.

No curso de nosso raciocínio, a constatação do esquema **contêiner** como fonte da conceptualização dos itens lexicais *escritura sagrada* e *evangelho*, no contexto religioso, parece ter relações imbricadas com a moralidade. Acreditamos que a imagem esquemática **contêiner**, composta pela estrutura nocional **interior – fronteira – exterior**, é tomada pela comunidade religiosa como uma das referências, tanto para discernir moralidade de imoralidade, como para eleger o texto bíblico<sup>37</sup> e a pregação do agente religioso como **autoridade moral**.

Nessa linha interpretativa, entendemos que, no âmbito religioso, **dentro e fora** do *evangelho* demarcam valores morais distintos. Aquilo que está situado no interior das *escrituras sagradas* tem valor de referência positivo para os fiéis, configura-se como norma moral para a comunidade religiosa. Por outro lado, o que é **externo** às escrituras, além dos limites desse contêiner, tem valor negativo, não são valores morais seguros para referenciar as questões espirituais. Portanto, o que está **fora** do *evangelho* **não deve ser autoridade moral** sobre os membros da igreja, ou seja, não se situa no âmbito da moralidade.

Como fechamento desse ponto de nossas análises, expomos o seguinte quadro conceptual:

Pelo esquema contêiner (**interior – fronteira – exterior**) temos a metáfora:

ESCRITURA SAGRADA (EVANGELHO) É UM RECIPIENTE

Em decorrência, segundo o discurso vieiriano, o fiel deve assumir as seguintes orientações metafóricas:

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que Lakoff e Johnson (1999, p. 302), ao citarem as autoridades moralmente instituídas no âmbito religioso, além dos deuses, santos e profetas, apontam os textos sagrados, tais como a bíblia.

Se MORAL É BEM ESTAR, pela perspectiva materialista baseada nas negociações financeiras:

BEM-ESTAR É RIQUEZA

Se apreender o conteúdo (mensagem) da escritura sagrada implica obter bem-estar, logo:

O CONTEÚDO (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É BEM VALIOSO (RIQUEZA)

Por contabilidade moral que concebe MORALIDADE É GANHO (CRÉDITO MORAL)<sup>38</sup> e IMORALIDADE É PERDA (PREJUÍZO), orienta-se que:

DENTRO (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É GANHO

FORA (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É PREJUÍZO (DÉBITO MORAL)

Consecutivamente, o cristão compreende que:

BOM É IR (À ESCRITURA SAGRADA/AO EVANGELHO)

POSITIVO É DENTRO (DAS ESCRITURAS / EVANGELHO)

NEGATIVO É FORA<sup>39</sup> (DAS ESCRITURAS / EVANGELHO)

Assim, pelo sistema moral, a igreja referenda:

DENTRO (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É MORAL

FORA (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É IMORAL

#### 4.3.2 Categoria 2 – [*vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*]

Este é o ponto de nossas análises que faremos uma análise sobre a conceptualização de termo que, no âmbito religioso, se configuram como bens espirituais providos por Deus.

Antes de partirmos às análises propriamente ditas, é importante esclarecemos algumas tomadas teóricas e nomenclaturas suscitadas nessa categoria de análise. Conforme explanado em nossos referenciais, pela ótica do **sistema metafórico da moralidade** aventado por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), experienciamos **bem-estar** como **riqueza**. Os autores sustentam que nossa compreensão sobre as formas de bem-estar tem como uma das fontes o modelo de transação financeira. Segundo os estudiosos, é esse o domínio de conhecimento que lança as bases para a proposta da **metáfora da contabilidade moral**.

<sup>38</sup> Ver a nota de número 18, disposta por nós na página 34.

<sup>39</sup> As metáforas orientacionais “POSITIVO É DENTRO” e “NEGATIVO É FORA” dispostas aqui também foram indicadas por Lima (2011) em seu estudo sobre as metáforas orientacionais em panfletos. Ver nossa revisão teórica.

O **domínio transação financeira**, que, na hipótese de Lakoff e Johnson (1999), é mobilizado metaforicamente para a conceptualização das diversas formas de bem-estar como riqueza, em Feltes (2007), se traduz no que a pesquisadora denomina de modelo materialista. Assim, em nosso trabalho, em alguns momentos, faremos uso da nomenclatura **materialista** para fazermos menção, exatamente, à perspectiva ou domínio de conhecimento que envolve aspectos relacionados aos tramites mercadológicos /financeiros. Conforme nossa hipótese, nos sermões submetidos à análise, metaforicamente, as transações mercadológicas são evocadas como fonte à significação e tratamento discursivo de alguns itens do âmbito espiritual tomados como **bens espirituais**.

Desse modo, dentro do nosso propósito, serão investigados a conceptualização dos termos *vida, alma, salvação, graça, bênção* e *glória*. Feitas as considerações necessárias, passemos às análises.

### i) *Vida*

(30) *Deus, que zelava a honra de Abrão mais que a ele mesmo, apareceu a Abimelec em sonhos, mui severo, mandando lhe que restituísse logo a mulher a seu marido[Abraão], sob pena de lhe tirar a vida [...]*(Sermão da Conceição da Virgem Senhora Nossa, p. 25)

O fragmento (30), em questão, evidencia, exatamente, a metáfora da **contabilidade moral**. A passagem relata que o rei Albimelec, ao tomar Sara, mulher de Abraão, quebrou um dos mandamentos divinos: “*não cobiçarás a mulher do teu próximo*” (Dt. 5. 21). Deus, como autoridade moral, buscando a compensação dos **débitos morais** por meio da **retribuição moral**, ameaçou “*tirar a vida*” de Albimelec caso o mesmo não devolvesse Sara a Abraão.

Atentando para a passagem (30) entendemos que *vida* foi abordada numa perspectiva materialista, usando os termos de Feltes (2007). Na passagem sermonista em questão, *vida*, um item abstrato, foi concebida metaforicamente, não só como um corpo material (entidade), mas como um bem material valioso em posse de um indivíduo. Pela lógica mercadológica, enquanto **bem** em posse de alguém, à *vida* estima-se um alto valor material o qual, sendo retirado dessa pessoa, há de se ter prejuízo, acarretado pela percepção de perda de bem-estar.

Pelo **sistema metafórico moral**, MORAL É BEM-ESTAR, em contrapartida, IMORAL É NÃO TÊ-LO. Tais concepções implicam o fato de que ter bem-estar equivale, metaforicamente, a ter algo de valor positivo. Com base nesses pressupostos estipulados por Lakoff e Johnson (1999) podemos estabelecer a seguinte relação: **moral está para bem-estar**, assim como **bem-estar está para riqueza**. Esse quadro propositivo nos leva às seguintes metáforas conceptuais que subjazem ao modo como *vida* é concebida no discurso católico enunciado por Antônio Vieira:

Por contabilidade moral:

BEM-ESTAR É RIQUIZA

VIDA É BEM-ESTAR

Logo,

VIDA É RIQUEZA

VIDA É BEM MATERIAL VALIOSO

PERDER A VIDA É PREJUÍZO

Esse panorama esquematizado a partir do excerto (30) nos leva a afirmar que, no meio religioso, conceptualmente, VIDA É UM BEM VALIOSO. Como já exposto por nós em nossos referenciais teóricos, de acordo com Lakoff (1995), pelo **princípio contábil da retribuição moral**, uma dívida moral de valor negativo deverá ser paga com algo de mesmo valor (negativo), ou seja, algo de notação positiva deverá ser tomado de quem causou dano, reduzindo, assim, seu bem-estar. Em (30), era o que iria acontecer com Albimelec. Mediante a metáfora conceptual VIDA É UM BEM VALIOSO, por via da moralidade retributiva, DEUS-PAI SEVERO iria tirar de Albimelec algo de **valor positivo**, sua *vida*, como forma de **equalizar** (compensar) uma dívida moral pelo mal feito a Abraão ao tomar deste a esposa.

(31) *Que dificuldades, que trabalhos, que afrontas e descréditos, que amarguras e dores não experimentou em sua paixão? [...] As bofetadas, os açoites, os espinhos da coroa, o peso da cruz, [...] o tormento mortal de estar pregado e suspenso, derramado todo sangue das veias, até lhe faltar a vida [...] (Sermão da Ressurreição de cristo, p. 107)*

O fragmento (31), acima, reafirma o enquadre materialista que repercute na metáfora conceptual VIDA COMO RIQUEZA. Sendo VIDA UM BEM VALIOSO, tirá-lo de alguém é



uma ação imoral e danosa. Pelo **domínio das transações financeiras** que tem por diretriz a **contabilidade moral**, é causar prejuízo, é ter um **débito moral** com essa pessoa. A passagem (31) coloca os algozes de Cristo na condição de devedores. São eles quem causam prejuízo a Cristo privando-lhe de usufruir esse bem tão valioso que é a *vida*.

*(32) Pergunto: E por que não deixou Cristo que os judeus prendessem alguns de seus discípulos, para que morressem juntamente com ele? Não era mui conveniente que houvesse algum dos que seguiam a sua doutrina que desse a vida pela verdade dela?* (Sermão das Chagas de São Francisco, p. 145)

No fragmento (32), mais uma vez, os trâmites financeiros servem de fonte à conceptualização do termo *vida*, advindo, assim, o conceito metafórico VIDA É UM BEM VALIOSO. Dessa forma, *vida*, enquanto bem valioso, no âmbito religioso, está suscetível a operações tipicamente mercantis. Na ocasião, a passagem em questão suscita a possibilidade de dar a *vida* pela verdade da doutrina cristã, configurando, portanto, uma **permuta de bens**. Na efetivação dessa transação, as partes ficariam equiparadas, obedecendo ao princípio contábil da **retribuição moral** que determina que, ao se dar algo de valor “x”, deverá ser retribuído com algo de mesmo valor “x”.

No fragmento ora analisado, a **moralidade retributiva** opera aduzindo à noção de que a *vida* dos discípulos poderia ser dada em retribuição compensatória à aquisição da verdade de Cristo, recebida como doutrina, visto que, no recorte (32), ambas se configuram como bens de valores equivalentes.

## ii) *Alma*

*(33) Vendo Cristo que o demônio lhe levava aquela alma, põe-se de joelhos aos pés de Judas, para lhos lavar e para o converter.* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 189)

*(34) [...] onde as almas se pesam? [...] digo que peseis nas balanças do mesmo demônio [...]* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 190)

(35) [...] e *achareis que pesa mais a vossa alma que todo o mundo*.  
(Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 190)

Considerando os excertos (33), (34) e (35) e lançando mão da teoria das metáforas conceptuais proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), temos aqui expressões reveladoras da metáfora ontológica ALMA É UM OBJETO.

O domínio-fonte acionado para tratar discursivamente *alma* foram nossas experiência com objetos físicos. Desse modo, *alma* foi compreendida em termos de bens materiais. Isso explica o fato de, no discurso religioso de Vieira, a *alma*, enquanto algo materialmente constituído, seja passível de ser levada, “*o demônio lhe levava aquela alma*”, em (33); pesadas como um objeto em uma balança, conforme se verifica em (34) e (35).

(36) *É possível que não lhe parece muito ao demônio dar um mundo só por uma alma?* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 188)

(37) *Tudo isto te darei, se me deres a tua alma*. (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 190)

Os excertos (36) e (37), tal como na análise anterior, evidenciam a metáfora ontológica ALMA É UM OBJETO. Tendo as práticas sociais de transferência/permuta de bens como domínio-fonte, o discurso de Vieira revela que a *alma*, no âmbito religioso católico, é conceptualizada como algo tangível e passível de troca em uma negociação.

As passagens sermônicas (36) e (37) que tematizam a tentação de Cristo, abordam as incursões do demônio em **barganhar** a *alma* de Cristo. Como podemos observar, para tal intento, é estabelecida uma negociação norteadá aparentemente pelo princípio da **retribuição moral**, em que o demônio pretende dar o mundo a Cristo, na condição de que este lhe entregue a *alma*. Acordada essa transação entre as partes, a **moralidade contabil** da retribuição colocaria Cristo como **devedor** e por isso, na obrigação moral de equalizar (quitar) essa dívida, entregando ao demônio sua *alma*, algo de valor supostamente equivalente ao “mundo todo”.

(38) *Porém o demônio [...] oferece por uma alma o mundo todo, porque vale mais uma alma que todo o mundo.* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 189)

Pelo que conhecemos do texto bíblico, a negociata do diabo não se concretizou, visto que sua proposta não era moral do ponto de vista da **retribuição**, não era compatível com o que versa esse princípio moral. Conforme Lakoff (1995) a retribuição implica ter as dívidas morais equacionadas, deixando as partes envolvidas equiparadas moralmente.

O recorte (38) assegura que o domínio financeiro que reivindica uma contabilidade moral<sup>40</sup> é acionado como fonte à conceptualização metafórica ALMA É UM OBJETO DE VALOR maior que todo o mundo.

Logo, dar o mundo não quita a aquisição de uma *alma*; logo, considerando os termos da **retribuição moral**, nessa transação, as partes envolvidas e as contas não poderiam ser equiparadas moralmente. Ante esse impasse que impede a efetivação da negociação de que trata o fragmento em análise, advém o seguinte questionamento: o que de valor equivalente ao preço de uma *alma* pode ser dado em sua aquisição, equalizando, assim, as contas dessa transação?

Ao atentarmos à passagem (38) é necessário remontarmos à lembrança de que, na pregação de Viera, é tomada a presunção de que a ALMA É UM BEM TÃO VALIOSO que numa transação para obtê-la, somente o sangue, a vida de Cristo, pode equalizar (pagar) a conta pela posse de uma *alma*. Apenas a vida de Cristo tem tão alto valor quanto ela. **Uma coisa por outra de mesmo valor**, é o que determina o princípio contábil da retribuição moral.

A nossa interpretação disposta aqui sobre a passagem (38) nos faz levantar a hipótese de que, entre os demais parâmetros contábeis colocados por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), na esfera religiosa, parece predominar o parâmetro da **retribuição moral** e, conseqüentemente, o princípio da **equidade** das contas. Vale lembrar que, em análises anteriores, notabilizamos que, pelo modelo de pai severo, Deus metaforiza-se em juiz e faz uso da **justiça retributiva**, castigando os pecadores na proporção de suas infrações, primando, portanto, pela equiparação das dívidas morais. Tal linha de ajustamento de débitos também é pode ser atestada no texto bíblico: “[...] e foram julgados cada um segundo as suas obras” (Ap. 20.13). Feita nossa colocação, prossigamos com as análises.

---

<sup>40</sup> Como já dispomos em nossos referenciais, Lakoff e Johnson (1999) estipulam que, grosso modo, a contabilidade moral se fundamenta na conceptualização metafórica BEM-ESTAR É RIQUEZA. Tal noção orienta que: MORAL É ACERTAR AS DÍVIDAS; IMORAL É NÃO ACERTAR AS CONTAS (LAKOFF, 1995).

(39) *Já que há tantos expedientes para os negócios do mundo, **haja também um expediente para os negócios das almas, pois valem mais que o mundo.** Desenganemo-nos: quanto mais se adiantar o negócio da salvação das almas, tanto os do mundo irão mais por diante.* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, p. 488).

(40) [...] *vendem a consciência, **vendem a alma** e às vezes o corpo? E que faz Deus então?* (Sermão da Quarta Dominga da Quaresma, p. 133)

(41) *Espantamo-nos que judas **vendesse a seu Mestre e a sua alma por trinta dinheiros** [...]* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 189)

Em (39), (40) e (41), as expressões em destaque evidenciam com grande nitidez o modelo financeiro operante em sociedades capitalistas.

As expressões metafóricas sinalizadas nos referidos excertos, ao darem conta da metáfora conceptual ALMA É BEM VALIOSO, reafirmam, exatamente, a perspectiva materialista como domínio-fonte da conceptualização do termo *alma* na mensagem salvífica proferida por padre Vieira. O fragmento de número (39) extraído do sermão revela a existência de um mercado para a negociação de *almas*. Nesse mercado, como um bem valioso, a *alma* tem um preço, podendo ser transferida a alguém por meio da prática de compra e venda, conforme atesta (40). Como mercadoria, pode até ser vendida por preço abaixo de mercado, conforme o recorte (41), não “*Espantamo-nos que Judas vendesse a seu Mestre e a sua alma por trinta dinheiros [...]*”.

Além disso, em nossas interpretações, o panorama mercadológico desvelado em (39), (40) e (41) que expõe a metáfora ALMA É UM BEM VALIOSO, faz emergir, ainda, o conceito metafórico ALMA É MERCADORIA, mais uma forma de referenciar *alma* no contexto religioso.

(42) *Que Cristo morresse pelas almas dos predestinados, bem está: são almas que se hão de salvar, e que hão de ver, e gozar, e amar a Deus por toda a eternidade; **mas morrer Cristo, e dar o preço infinito***

*de seu sangue também pelas almas dos precitos? Sim. Morreu pelas almas dos predestinados, porque são almas que se hão de salvar; e morreu também pelas almas dos precitos, porque, ainda que se não hão de salvar, são almas.*

*Nos predestinados, morreu Cristo pela salvação das almas; nos precitos, morreu pelas almas sem salvação, porque é tão grande o valor das almas por si mesmas, ainda sem o respeito de se haverem de salvar, que deu Deus por bem empregado ou por bem perdido nelas o preço infinito de seu sangue. Grande exemplo em uma alma particular (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, p. 485).*

O excerto (42) reafirma o que pontuamos em análises anteriores que envolveram o termo *alma*. No âmbito da pregação vieiriana, é comum às questões espirituais relativas à *alma* serem orientadas pelos moldes de transações mercadológicas. Em decorrência, emerge a metáfora ALMA É UM BEM VALIOSO.

No recorte em foco, se faz evidente uma relação de permuta: “*Morreu pelas almas dos predestinados, [...] e morreu também pelas almas dos precitos, porque, ainda que se não hão de salvar, são almas.[...] porque é tão grande o valor das almas por si mesmas [...]*”.

Os trechos em destaque no parágrafo anterior revelam que Jesus Cristo, pela aquisição das *almas*, deu a vida, estimada como algo de **valor equitativo** ao valor de cada alma, seja ela a dos “predestinados” ou a dos “precitos”. É por via desse cenário mercadológico que notabilizamos a metáfora ALMA É BEM VALIOSO, ratificando mais uma vez a nossa afirmação de que, em Vieira, é recorrente a assunção da perspectiva materialista por meio da qual a *alma* é metaforizada como objeto de interesse e de grande valor de mercado.

(43) *As coisas estimam-se e avaliam-se pelo que custam. Que lhe custou a Cristo uma alma e que lhe custou o mundo? [...] uma alma custou-lhe a vida [...] E só nós somos tão baixos estimadores de nossas almas, que lhas vendemos pelo preço que vós sabeis. [...] Pesai primeiro o que é uma alma, pesai primeiro o que vale e o que custou, e depois eu vos dou licença que a vendais embora. (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma ou das Tentações, p. 189).*

A nosso ver, o modelo de mercado balizado em operações financeiras, metaforicamente, põe no cenário religioso a *alma* como bem material (objeto) valioso passível de ser adquirido por meio de uma transação financeira.

Nessa perspectiva, a passagem (43) confirma mais uma vez que o domínio materialista que instaura jogos de interesse tipicamente mercadológico é evocado, cognitivamente, como fonte conceitual do termo *alma* na pregação de Padre Antônio Vieira. No fragmento em questão, a ALMA É UMA MERCADORIA (BEM VALIOSO), implicando que sua posse teve um custo, remetendo, assim, às noções da **contabilidade moral**.

Conforme consta no texto bíblico, duas entidades espirituais oponentes duelam pela aquisição das *almas*. O diabo concorre oferecendo as coisas do mundo, Cristo, deu sua própria vida. Nesse **mercado de almas** que se assemelha a um leilão, Cristo arrematou esse bem tão valioso. Ao dar a *vida*, Cristo suplantou a oferta do demônio passando a deter o direito moral à aquisição das *almas*. Essa é a passagem bíblica que as expressões em destaque no fragmento ora focalizado busca ascender na memória afetiva do fiel.

Lançando um olhar interpretativo à guisa da teoria do sistema moral, apreendemos que, em (43), as expressões metafóricas destacadas atestam a metáfora conceptual ALMA É UMA MERCADORIA (BEM VALIOSO). Consequentemente, o domínio financeiro evidente na referida metáfora parece evocar uma moralidade contábil para reger a operação mercantil delineada no recorte.

Por esse viés, a passagem em questão denotaria o esquema contábil da **retribuição moral**, que, conforme Lakoff e Johnson (1999, p. 293), orienta ao **justo acerto (equidade) das contas e das partes numa negociação**. Nessa perspectiva, na passagem (43), temos que numa transação regida moralmente, Jesus deu sua vida, pagou com algo de alto preço pela aquisição de cada alma, o **preço justo**, equitativo ao valor das mesmas, como podemos conferir no trecho “*Que lhe custou a Cristo uma alma e que lhe custou o mundo?[...] uma alma custou-lhe a vida [...] E, só nós somos tão baixos estimadores de nossas almas, que lhas vendemos pelo preço que vós sabeis [...] Pesai primeiro o que é uma alma, pesai primeiro o que vale e o que custou [...]*”. Decorrendo daí que, do ponto de vista da contabilidade moral, dar a *alma* por algo de valor menor implica uma ação imoral, já que não acerta equitativamente as contas da transação nem deixa as partes envolvidas equacionadas. Desrespeitar o parâmetro da equidade moral significa cair em imoralidade (LAKOFF, 1995, p. 02). Pela moralidade contábil, uma ação imoral é contrair um débito, obter prejuízo; na visão crista, um pecado ante a figura Divina.

Desse modo, a relação de permuta entre a *vida* de Cristo pelo adquirir das *almas*, fato explanado por nós na forma de lances interpretativos na ocasião da verificação do excerto (43), leva-nos a constatar as metáforas conceptuais ALMA É UMA MERCADORIA, e ainda, ALMA É UM BEM VALIOSO, como correlatas à metáfora ontológica ALMA É UM OBJETO. Metáforas que, como já colocamos, na referida passagem, por meio da moralidade retributiva, suscitam a **equidade** das contas morais e das partes envolvidas na transação já descrita por nós.

O recorte em causa nos permite, assim, levantar a hipótese de que, em (43), os tramites mercadológicos para aquisição das *almas* são regidos por **retribuição moral**. Como para Jesus “*uma alma custou-lhe a vida*”, subentende-se a instauração de uma dívida moral, cabendo a cada homem **equacionar** moralmente esse débito. Isso implica conceber que, nessa transação, CRISTO É CREDOR MORAL DO HOMEM, entregou sua *vida* pela aquisição das *almas* humanas. Em contrapartida, todo indivíduo está obrigado a **retribuir moralmente**<sup>41</sup> a Cristo entregando-lhe a *alma*, objeto da negociação e equitativamente pago por ele. Assim, tal conjuntura retributiva esboçada cognitivamente nas metáforas conceptuais ALMA É BEM VALIOSO e CRISTO É CREDOR DO HOMEM atestadas na passagem sermonística (43), poderia se estabelecer como um panorama essencial à orientação doutrinária dos fiéis, já que institui a noção do dever moral do devedor em reparar uma dívida a seu credor.

Ante um possível contexto retributivo, poderíamos inferir também que, embora a morte de Jesus seja compreendida como uma prova de amor para com os homens, ao atestarmos no excerto em questão um cenário baseado metaforicamente nos moldes de uma transação financeira (mercadológica) norteada pelo princípio contábil da **moralidade retributiva**, conjecturamos que em (43) sua morte não toma a via altruísta<sup>42</sup> como diretriz.

Conforme apontado por Lakoff (1995), numa **contabilidade altruísta**, o credor moral, aquele que faz algo de valor positivo a alguém (Cristo ao dar sua vida pela aquisição das almas humanas), se abstém em receber dessa pessoa algo em troca da ação que a beneficiou. Como hipotetizamos a partir da passagem (43), ao efetuar pagamento, Cristo pretende, exatamente, a aquisição das *almas*. Com mais clareza, ao dar a vida pela *alma* dos homens, coloca-os na condição de **devedores morais** objetivando que cada um entregue sua *alma*

---

<sup>41</sup> MORALIDADE É PAGAR AS DÍVIDAS; IMORALIDADE É NÃO PAGÁ-LAS (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 293).

<sup>42</sup> Vale ressaltar que partimos do princípio de que uma via não altruísta não denota, necessariamente, ausência de amor. A exigência da retribuição como forma de acertar as contas morais teria apenas implicações de ordem moral (foco de nossa pesquisa), servindo como ajustamento de conduta, norteando a relação entre os fiéis, a doutrina e as divindades.

como forma de pagar (equalizar) essa dívida moral conforme determina a **contabilidade retributiva**<sup>43</sup>.

Nessas circunstâncias, o desrespeito ao princípio da retribuição (MORALIDADE É PAGAR AS DIVIDAS) colocaria o homem na situação de imoralidade, pela ótica cristã delineada por Vieira em (43), na condição de pecador, sujeito a retaliações aplicadas pela **justiça retributiva** de Deus. Entre as punições, está a perda da *salvação* (vida eterna) dada como recompensa ao homem que honra sua dívida com Cristo entregando-lhe a *alma*<sup>44</sup>.

Portanto, em (43), no tocante à morte de Cristo, onde à primeira vista, sobressai uma perspectiva altruísta evocada prioritariamente pela metáfora DEUS-PAI AMOROSO, advinda do modelo de pai cuidadoso, a nosso ver, no referido fragmento, de forma subjacente, parece haver também evidências da metáfora DEUS-PAI SEVERO. Como já posto por nós em análises anteriores, por essa orientação conceptual, Deus é aquele que põe em primeiro plano a ordem retributiva para o acerto das contas morais, seja para gratificar, seja para punir seus filhos a fim de compensar moralmente uma dívida.

Em decorrência, podemos estipular o seguinte quadro conceptual do termo *alma* orientado por metáforas morais:

ALMA É OBJETO

ALMA É BEM VALIOSO

ALMA É MERCADORIA

Por sistema moral:

MORAL É BEM-ESTAR

(TER) ALMA É BEM-ESTAR

Por contabilidade moral:

BEM-ESTAR É RIQUEZA

Por moralidade retributiva:

MORAL É PAGAR (EQUACIONAR) AS DÍVIDAS

Logo, para Vieira:

ALMA É RIQUEZA

PREJUÍZO (PERDA) É VENDER A ALMA POR BAIXO VALOR (COISAS DO MUNDO)<sup>45</sup>

PREJUÍZO É NÃO ENTREGAR A ALMA À CRISTO

<sup>43</sup> “[...] nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm. 8.1).

<sup>44</sup> É importante lembrarmos que é comum à comunidade cristã entender que entregar a *alma* significa também ser obediente às determinações divinas. Ação moral valiosa e essencial a um fiel verdadeiro.

<sup>45</sup> “Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder sua alma [...]” (Mt. 16. 26)



ENTREGAR A ALMA A CRISTO É AÇÃO MORAL

ENTREGAR A ALMA A CRISTO É PAGAR UMA DÍVIDA MORAL

ENTREGAR A ALMA A CRISTO É OBTER CRÉDITO MORAL (GANHO)

**MORALIDADE É RETRIBUIR A CRISTO**

Antes de encerrarmos as análises feitas até aqui em relação à conceptualização do item *alma* nos proferimentos de padre Antônio Vieira, vale fazermos, ainda, mais uma extensão interpretativa dessa pauta investigativa.

A proposta teórica da contabilidade moral, juntamente com seus princípios, acionada por nós como pressuposto teórico para nosso estudo em relação a essa secção de nossas análises, nos faz aventar uma hipótese de que: Cristo, ao adquirir *almas*, constitui um **patrimônio sagrado**.

As análises do termo *alma* feitas até aqui nos revelaram as metáforas ontológicas ALMA É BEM VALIOSO e ALMA É MERCADORIA. Daí, podemos estabelecer uma relação entre elas e as seguintes metáforas orientacionais, as quais evidenciam que:

MAIS É MELHOR

MENOS É PIOR

Acarretando que, nesse patrimônio sagrado:

Quanto mais alma melhor (mais ganho/mais riqueza<sup>46</sup>)

Quanto menos alma pior (prejuízos /menos riqueza)

Acreditamos que tanto as metáforas orientacionais e seus acarretamentos expostos aqui, como o quadro conceptual apresentado anteriormente, se configuram como noções fortemente impregnadas no discurso Vieiriano. Entre outras coisas, também poderiam justificar a importância da pregação para a conversão do homem. Daí não seria estranho que tais noções conceptuais estivessem imbricadas à passagem (43) em foco.

Por orientação da **contabilidade moral retributiva**, a pregação funcionaria como um instrumento de convencimento<sup>47</sup> do homem para que pague sua **dívida moral** para com Cristo, seu credor, entregando-lhe a *alma*, um bem moralmente rematado por Jesus nas circunstâncias observadas em (43). Em nosso raciocínio, cada *alma* entregue (convertida) é incorporada ao que denominamos de **patrimônio sagrado** de Cristo. Só por meio da entrega

---

<sup>46</sup> Considerando a metáfora ALMA É BEM VALIOSO, verificada no fragmento (43): “E, só nós somos tão baixos estimadores de nossas almas, que lhas vendemos pelo preço que vós sabeis [...].Pesai primeiro o que é uma alma, pesai primeiro o que vale e o que custou [...]”.

<sup>47</sup> Remete a Citelli (2007, p. 55), Fiorin (2007, p. 74) e Tracy (1992, p. 96) ao abordarem a prática da pregação para fins da conversão.

da *alma* a Cristo (quitação/**equalização** da dívida<sup>48</sup>) é que o homem poderá adquirir o crédito moral da *salvação*.

Retomando nossa hipótese sobre o santo patrimônio composto por *almas*, por via contábil, decorre a noção de que cada *alma* retirada desse **patrimônio sagrado** ou não integrada a ele (cada alma não convertida), consta como um **débito** (prejuízo) adquirido. Mas quem poderia deliberar uma ação imoral contra Cristo, causando dano ao seu patrimônio santo?

O **sistema da moralidade** proposto por Lakoff e Johnson (1999) dá conta da metáfora O MAL É UMA FORÇA (interna ou externa). No contexto religioso, metaforicamente, o DEMÔNIO É UMA FORÇA MALÉFICA. Assim, no cenário aventado por nós, é o diabo quem faz investidas imorais (ações danosas) contra o patrimônio sacrossanto de Cristo. É ele, como força imoral, que impele (tenta) o homem a não entregar sua *alma* a seu credor, Cristo Jesus. Desse modo, as *almas* tiradas desse patrimônio pelo diabo correspondem a um ato danoso, pelo **sistema moral**, um ato imoral contra o filho de Deus.

Considerando as diretivas da **moralidade contábil** nos permite apontar que, ao causar **prejuízo** a Cristo, o demônio tem, portanto, um **débito moral**<sup>49</sup> a acertar com ele. Como **autoridade moral** sobre o diabo, por via da **retribuição**, Cristo lhe imputará punição como acerto dessa dívida.

Portanto, ante esse cenário instaurado com a metáfora ALMA É UM BEM VALIOSO (MERCADORIA) que suscita uma contabilidade moral embasada em tramites financeiros, não seria incoerente pensarmos que a citada dívida moral seja o principal motivo da **retaliação** imputada à figura de Satanás. Tal retaliação é atestada no texto bíblico que trata dos juizamentos dos fins dos tempos: “*E o diabo, [...] foi lançado no lago de fogo e enxofre, onde está a besta e o falso profeta, e de dia e de noite serão atormentados para todo o sempre*”. (Ap. 20.10).

### iii) *Salvação*

(44) *Em uma alma, ou consciência embaraçada, podem geralmente concorrer sete impedimentos para não conseguir prontamente os meios de sua salvação: pecados reservados, excomunhões, interditos,*

<sup>48</sup> Remete a fundamentos da moralidade contábil: a) aumentando o bem-estar dos outros lhe dá um crédito moral; b) MORALIDADE É PAGAR AS DÍVIDAS (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 293).

<sup>49</sup> Por moralidade contábil, causar um dano a alguém cria um débito moral; passamos a ter com ele uma dívida moral (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 293).

*votos, enfermidades, dívidas temporais aos homens, e espirituais a Deus.* (Sermão da Bula da S. Cruzada, p. 371)

Os trechos negritados no fragmento (44) notabilizam que a **aquisição** da *salvação* é condicionada, havendo, portanto, sete impedimentos a sua conquista. Entre os impedimentos, padre Vieira cita os pecados, que, pela **ótica financeira e contábil**, são notabilizados como dívidas morais perante Deus, conforme já apontado por nós na análise do termo *pecado*.

No âmbito dos pressupostos do **sistema da moralidade**, DEUS-PAI SEVERO é a autoridade que, na obediência dos filhos (homens) às regras morais impostas, gratifica-os, do contrário, pune-os com severidade. Isso nos leva a inferir que, na comunidade religiosa, a **SALVAÇÃO É UMA GRATIFICAÇÃO**. Nessa perspectiva, para ser digno de receber a *salvação*, esse bem meritoso, o homem precisa não ter contabilizados os “*sete impedimentos*” referidos na passagem (44), visto que, os “*impedimentos*”, entre eles o pecado, são notabilizados como dívidas (débitos) morais para com Deus.

A partir da metáfora conceptual **SALVAÇÃO É UMA GRATIFICAÇÃO**, chegamos a compreender, também, que sendo a *salvação* compreendida em termos de uma recompensa, sua transferência ao homem se dá dentro do esquema contábil da **retribuição moral** e não por altruísmo.

Considerando, ainda, o **sistema moral** proposto por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), especificamente o pressuposto de que assimilamos metaforicamente **bem-estar** como **riqueza**, entendemos que salvar-se, em termos da **contabilidade moral**, indica ganho de bem-estar. Sendo assim, no recorte (44), podemos conjecturar, também, a ocorrência da metáfora a **SALVAÇÃO É RIQUEZA (SALVAÇÃO É BEM VALIOSO)**.

Consecutivamente, podemos esquematizar o seguinte quadro conceptual metafórico:

Por sistema moral:

MORAL É (TER) BEM-ESTAR

Por contabilidade moral

BEM-ESTAR É RIQUEZA

GRATIFICAÇÃO É GANHO (EM BEM-ESTAR)

Assim,

SALVAÇÃO É BEM-ESTAR

SALVAÇÃO É RIQUEZA

SALVAÇÃO É GANHO; PREJUÍZO É NÃO TÊ-LA

Por moralidade retributiva:

SALVAÇÃO É GRATIFICAÇÃO

SALVAÇÃO É RECOMPENSA

Por conseguinte, o membro da igreja infere que:

SALVAÇÃO É BEM MATERIAL VALIOSO

MORAL É OBTER SALVAÇÃO

IMORALIDADE (PREJUÍZO MORAL) É NÃO OBTER SALVAÇÃO

Para nós, parece coerente afirmar que, na construção do conceito metafórico SALVAÇÃO É BEM MATERIAL VALIOSO, Antônio Vieira, enquanto representante da comunidade católica, acionou como domínio-fonte a perspectiva materialista, financeira, em termos de Lakoff e Johnson (1999), ao abordar discursivamente o termo abstrato *salvação*, um elemento do plano espiritual. Além do mais, na metáfora SALVAÇÃO É BEM VALIOSO implica, ainda, considerarmos o fato de que, por mapeamento, o termo *salvação* poder ser contabilizado, não obtê-la repercute-se em prejuízo (menos bem-estar), conquista-la, notabiliza-se um ganho (mais bem-estar).

(45) *Crê, erradamente, que basta para a salvação o sangue de Cristo, e que não são necessárias obras próprias. Porém o católico, que crê e conhece evidentemente pelo lume da fé e da razão, que fé sem obras é morta, e que sem obrar e viver bem ninguém se pode salvar;* (Sermão da Quinta-feira da Quaresma, p. 239).

O referido dado de análise coloca mais uma vez em evidência a metáfora ontológica SALVAÇÃO É BEM VALIOSO que, consecutivamente, mapeia critérios a sua transferência a alguém. O fragmento (45) também revalida nossa interpretação anterior quando atestamos a metáfora SALVAÇÃO É GRATIFICAÇÃO, conceptualizada dessa forma esse bem valioso que é a *salvação* não é transferido ao homem pela perspectiva **altruísta**, mas sim pelo princípio da **retribuição moral**. Em decorrência, apreendemos que, na mensagem religiosa anunciada por padre Antônio Vieira, a *salvação* se configura como um bem concedido por Deus mediante certas condições.

Ao tratar a *salvação* como recompensa, no excerto em análise, Vieira argumenta que apenas o sangue de Cristo não é condição suficiente para o homem ser digno de **receber** a *salvação*, além dessa condição, o homem deve ter boas obras e viver de acordo com os

preceitos da doutrina estabelecida por Deus. Isso garantirá ao homem o mérito da salvação. Só assim, regido pelo princípio contábil da **retribuição moral** que versa a orientação de que mediante uma ação moral em favor de uma pessoa, adquire-se dela um **crédito moral** equivalente, DEUS-PAI SEVERO recompensará o homem com esse bem valioso que é a *salvação*.

Além disso, vale dizer que, pela ótica **contábil da retribuição moral** assumida discursivamente no fragmento em foco, presume-se que o homem sem a prática de ações morais acumularia **débitos** para com DEUS-PAI SEVERO. Este, por contabilidade retributiva, como castigo compensatório correspondente aos débitos, negará a *salvação* a esse homem. É o que podemos verificar no trecho extraído de (45): “*sem obrar e viver bem ninguém se pode salvar*”.

Portanto, em relação às noções de gratificação e castigo suscitadas aqui, dão conta de que Deus se transfigurou metaforicamente em **pai severo** e por extensão, em **juiz**, de onde advém a **autoridade moral** de conceder recompensas (salvação) e punições, após uma apuração contábil (justiça retributiva) dos débitos e créditos morais, aspectos discutidos em análises anteriores.

#### iv) *Graça*

(46) [...] *a graça peçamo-la ao Espírito Santo por intercessão da Mãe da Graça*. (Sermão do Santíssimo Sacramento, p. 176)

(47) *Valha-nos a graça divina, penhor da glória*. (Sermão das Chagas de São Francisco, p. 152)

Em (46) e (47), verificamos que *graça*, um bem espiritual, é metaforicamente conceptualizada numa perspectiva materialista repercutida na metáfora ontológica GRAÇA É BEM VALIOSO. Sendo assim, *graça* se configura não é só como algo físico, podendo ser possuído, como em (46), mas também como algo com valor de mercado, podendo ser dado como garantia (penhora) para aquisição de outro bem, como denota o fragmento (47) em que padre Vieira afirma: “*a graça divina, penhor da glória*”.

(48) *A maior sem justiça que se cometeu no mundo foi a que fez Pilatos a Cristo, condenando à morte a mesma inocência. E qual foi o porquê desta grande injustiça? Peitaram-no? Deram-lhe grandes somas de dinheiro os príncipes dos sacerdotes? Não. Um respeito, uma dependência foi a que condenou a Cristo. Si hunc dimittis, non es amicus Caesaris (Jo. 19,12): **Se não condenais a este, não sois amigo de César. – E por não arriscar a amizade e graça do César, perdeu a graça e amizade de Deus, não reparando em lhe tirar a vida.** (Sermão da Terceira Dominga da Quaresma, p. 205).*

Conforme já verificamos nas análises dos termos *vida*, *alma* e *salvação*, a perspectiva materialista assumida por Vieira como domínio-fonte para tratar de elementos do plano espiritual, evoca noções relacionadas à **metáfora da contabilidade moral**. Entre as noções, está conceber que BEM-ESTAR É RIQUEZA, metáfora lançada por Lakoff e Johnson (1999) como um dos fundamentos da hipótese da moralidade contábil. Nessa perspectiva, a passagem (48), em foco, põe em evidência a conceptualização GRAÇA É UM BEM VALIOSO, que também denota o modelo financeiro como domínio-fonte que orienta esse conceito metafórico.

Compreendida como bem material de valor, a *graça* pode ser perdida, o que pelo viés contábil sinaliza **prejuízo**. Isso é o que ocorre em (48) que tematiza o momento em que Cristo está sendo apreciado por Pilatos a fim de se decidir favorável ou não à sua crucificação. Ao optar pela crucificação de Cristo, fica evidente que Pilatos cometeu um ato imoral, causou dano a Jesus Cristo. Em decorrência, **perdeu** a *graça* divina, para a comunidade religiosa católica, **um bem de valor** incalculável. Fica, então, configurada a orientação da ordem contábil da **retribuição moral** no conjunto de mapeamentos e acarretamentos envolvidos na estruturação do conceito metafórico GRAÇA É BEM VALIOSO.

Como já apontado por nós em algumas análises, é próprio da justiça divina ter o acerto das contas morais regido pelo parâmetro da **retribuição** que, por sua vez, subsume a **equiparação moral**, o acerto das dívidas morais. Em (48), podemos atestar que, pela condenação de Cristo à crucificação, aplicando a justiça retributiva (o mal pelo mal de mesmo valor)<sup>50</sup>, DEUS-PAI SEVERO determina a execução dessa dívida moral. Conforme Lakoff (1995), por **moralidade contábil retributiva**, as contas devem estar moralmente equiparadas.

---

<sup>50</sup> Remete a Lakoff (1995, p 02).

Por essa razão, sendo GRAÇA UM BEM VALIOSO, ao condenar Cristo, Pilatos perdeu o **crédito** da *graça* divina. Conforme podemos atestar no trecho “*perdeu a graça e amizade de Deus*”.

(49) *As graças dão-se depois da guerra, da batalha e da vitória [...]*  
(Sermão da Quarta Domingo da Quaresma, p. 92)

Em (49), também evidenciamos a metáfora GRAÇA É BEM VALIOSO, estruturada a partir de nossa experiência com os tramites financeiro (domínio-fonte transação financeira) regidos por diretivas contábeis, em outras palavras, por uma contabilidade moral. O recorte ora analisado atesta que, ao ser compreendida como um bem de valor positivo, a *graça* também pode ser dada pelo homem a Deus em **retribuição** às providências divinas.

No contexto cristão, dar *graças* a Deus, seja na forma de louvor, seja na forma de oração, seria uma maneira de pagar um **débito** para com Ele. O recorte (49) denota que mediante a dívida moral instaurada pela atuação divina em assegurar a vitória após uma guerra ou batalha, por ser GRAÇA UM BEM VALIOSO, dar *graças* a Deus é uma forma de **equalizar** essa **dívida moral** para com Ele. Esse quadro de relações metafóricas morais repercute, também, nas seguintes metáforas conceptuais que se correlacionam na conceptualização de *graça*:

Pela perspectiva materialista:

BEM ESTAR É RIQUEZA  
(RECEBER) GRAÇA É BEM-ESTAR  
GRAÇA É BEM VALIOSO

Por contabilidade moral:

GRAÇA É CRÉDITO  
GRAÇA É GANHO  
PREJUÍZO É AUSÊNCIA DE GRAÇA

Por contabilidade moral retributiva:

GRAÇA É UMA GRATIFICAÇÃO  
GRAÇA É UMA RECOMPENSA

As quais desdobrando-se, ainda, nas conceptualizações metafóricas:

LOUVORES SÃO GRAÇAS  
ORAÇÕES SÃO GRAÇAS

Decorrendo daí os seguintes acarretamentos que a comunidade religiosa toma como preceitos:

Quanto mais benefícios de Deus, mais louvores (graças) da parte do homem

Quanto mais benefícios de Deus, mais orações (graças) da parte do homem<sup>51</sup>

*(50) Nunca houve tanta freqüência de confissões como hoje; contudo vemos muito poucos efeitos da graça. Qual será a causa disto: tanta confissão e tão pouca graça? Eu não sei a causa que é, mas sei a causa que só pode ser. A causa que só pode ser é que são confissões em que falam os mudos, mas não saem os demônios. A confissão bem feita é sacramento, a malfeita é sacrilégio [...]. (Sermão da Terceira Domingo da Quaresma, p. 183)*

O excerto (50), logo acima, confirma a recorrência do conceito metafórico GRAÇA É BEM VALIOSO. Por via da **contabilidade moral**, precisamente pela **retribuição**, temos a metáfora correlata GRAÇA É RECOMPENSA. É possível constatar que, no referido fragmento, *graça* é vista como uma gratificação. Portanto, um bem valioso a ser adquirido por mérito, transferido ao cristão de forma retributiva pela obediência ao sacramento católico da confissão dos pecados.

**(50a)** “*tanta confissão e tão pouca graça?*”

A partir da concepção metafórica GRAÇA É BEM VALIOSO que mapeia o traço da **quantificação**, conforme o trecho (50a), em destaque, o locutor questiona a desproporcional relação entre quantidade de confissão e a pouca quantidade de graça advinda de Deus. Isso porque, pela lógica da contabilidade moral retributiva, uma ação moral praticada em favor de alguém significa obter dessa pessoa favorecida um **crédito moral** de igual valor. Em outras palavras, a **equidade** das contas morais é princípio primordial da justiça retributiva. Desse modo, pela **retribuição moral**, podemos estabelecer as seguintes correlações a respeito da *graça* divina:

- Quanto mais ações morais da parte dos homens, mais graça divina.
- Quanto mais ações imorais da parte do homem, menos graça divina.

---

<sup>51</sup> Os referidos acarretamentos estão alinhados à moralidade contábil, para sermos mais precisos, à determinação da metáfora MORALIDADE É PAGAR AS DÍVIDAS, proposta por Lakoff e Johnson (1999, p. 293).



- Quanto mais créditos para com Deus, mais graça divina.
- Quanto mais débitos para com Deus, menos graça divina.

Entretanto, em (50a), os referidos parâmetros da retribuição moral não se confirmam na referida passagem, embora haja muita confissão da parte dos homens, entendida na contabilidade retributiva como ações morais ou **crédito** para com Deus, a GRAÇA COMO RECOMPENSA MATERIAL da parte de Deus não vem na mesma proporção. Estaria Deus infringindo (quebrando) o princípio moral retribuição?

(50b) *“A causa que só pode ser é que são confissões em que falam os mudos, mas não saem os demônios. A confissão bem feita é sacramento, a malfeita é sacrilégio”*

Conforme já apontado por nós em análises anteriores, o discurso de padre Antônio Vieira sinaliza que, em seu acerto de conta com a humanidade, Deus prioriza o princípio contábil da **retribuição moral** para gratificar ou punir na mesma proporção e valor notacional (positivo/negativo) dos atos praticados pelos homens.

Em (50a), o padre Vieira faz menção a não equidade das contas morais – *“tanta confissão e tão pouca graça”* da parte de Deus. Por outro lado, o recorte (50b) coloca em evidência a qualidade das confissões, denotando que, do ponto de vista da **moralidade contábil**, essa é a condição de adquirir **crédito moral** com Deus e assim, ser merecedor de receber a *graça* divina, metaforicamente, compreendida como bem valioso. Desse modo, em (50b), as *“confissões em que falam os mudos”* não são ações morais, antes, são imorais. Logo, pela **contabilidade moral**, essas confissões não são convertidas em crédito moral perante Deus. Conforme o recorte, o homem que pratica a confissão malfeita (ação imoral) não pode pleitear receber o bem valioso que é a *graça* de Deus.

Desse modo, sendo *graça* um bem material de alto valor, para sua transferência ao homem são presumidos ditames da ordem da moralidade contábil. Tal constatação nas análises de (50b) confirma mais uma vez que, no âmbito religioso, é sobressaliente a noção de que Deus orienta-se pelo princípio da retribuição moral para lançar recompensas (ganhos) ou castigos (prejuízos). Nessas circunstâncias, é razoável concluir que Deus lança o bem valioso da *graça* aos homens **na proporção e medida** da verdadeira confissão que, aos olhos de DEUS PAI- SEVERO, é ação moral que se reverte em crédito moral.

Antes de passarmos a análise do próximo item, importa dizer que as colocações feitas aqui em relação aos recortes (50a) e (50b) remetem, ainda, à **autoridade moral absoluta**,

que, no meio religioso, institui Deus no papel de **pai severo** que recompensa, premia com sua *graça*, metaforizada como um bem valioso, as ações morais dos filhos obedientes.

Essa verificação atesta que, à conceptualização do termo *graça* por via materialista repercutindo na metáfora GRAÇA É BEM VALIOSO, atua, de forma correlata, um conjunto de noções morais, especialmente a da moralidade contábil retributiva que, segundo Lakoff e Johnson (1999) está imbricada às transações financeiras experienciadas nas sociedades capitalistas.

#### v) *Benção*

(51) [...] *então repartiu Cristo aos doze apóstolos os cinco pães, lançando-lhes primeiro a sua benção [...]*(Sermão da Quarta Domingo da Quaresma, p. 93)

(52) *E nesta semana tão sagrada, lançai-nos do céu uma bênção, e concedei-nos uma indulgência plenária que nos absolva de todas nossas culpas.* (Sermão das Lágrimas de São Pedro, p. 335)

(53) [...] estão nesta mesma hora **lançando mil bênçãos** sobre a recém-nascida infante [...] (Sermão do Gratulatório e Panegírico, p. 110)

(54) *Quis Isac dar a bênção a Esaú, seu primogênito,[...] Enquanto Esaú foi ao monte, veio Jacó, e fingindo ser Esaú, como Isac era cego, furtou-lhe a bênção.* Abençoou pois Isac a Jacó [...] (Sermão da Quarta Domingo da Quaresma, p. 131)

Como podemos notar, os fragmentos (51) a (54) extraídos de três sermões diferentes asseguram que, *benção*, um bem espiritual, é concebido, metaforicamente, a partir da perspectiva físico-materialista. Desse modo, temos nos referidos recortes a presença da metáfora ontológica BÊNÇÃO É UM BEM (OBJETO). Nessa perspectiva, *bênção* é compreendida com um corpo tangível, podendo ser lançada em direção a alguém, como em (51) e (52), lançada e quantificada, como em (53), e passível de ser furtada, como dá conta a passagem (54) que discorre o furto da *bênção* de Esaú por Jacó, seu irmão.

O recorte (54) é, exatamente, o que evidencia com notoriedade a metáfora **BÊNÇÃO É UM BEM VALIOSO**, visto que só se furta aquilo que tem estimativa de grande valor. Vale retomarmos o posicionamento de Lakoff e Johnson (1999) quando afirmam que, privar uma pessoa de quaisquer das formas de bem-estar é uma ação danosa contra essa pessoa, um ato imoral. Desse raciocínio, depreendemos que furto é uma ação imoral de privar alguém de usufruir algo de considerável valor material, uma ação danosa que diminui o bem-estar dessa pessoa. Então, temos o seguinte quadro conceptual:

Por contabilidade moral  
**BEM-ESTAR É RIQUEZA**  
 Logo, os fiéis concluem que:  
 (TER) **BÊNÇÃO É BEM-ESTAR**  
**BÊNÇÃO É RIQUEZA**  
**BÊNÇÃO É UM BEM VALIOSO**

*(55) O demônio oferece-nos um gosto, ou um interesse vil, e pede-nos o morgado que nos ganhou Cristo; e nós, porque contratamos sem a balança na mão, e não pesamos a vileza do que recebemos com a grandeza do que damos, consentimos no contrato, e ficamos sem bênção.* (Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, p. 467)

Em (55), percebemos que, no discurso do Padre Vieira, fica mais uma vez evidente a metáfora **BÊNÇÃO É UM BEM VALIOSO**. Esse conceito metafórico coloca a *bênção* na condição de objeto de uma transação financeira entre duas partes, como confirma o trecho “*porque contratamos sem a balança na mão, e não pesamos a vileza do que recebemos com a grandeza do que damos, consentimos no contrato, e ficamos sem bênção*”.

Outra constatação verificada no excerto (55) é que a perspectiva materialista, suscitada como fonte para a significação dos bens espirituais no contexto religioso, alinha-se aos princípios e noções da **contabilidade moral**. No recorte em análise, o evangelizador, numa alusão às negociações de mercado, alerta que, ao não estimarmos adequadamente o **valor** da *bênção*, praticamos uma negociação mal sucedida, perdendo esse bem tão valioso em troca de algo desprezível, de baixo valor, oferecido pelo demônio.

Desse modo, o viés materialista que envolve os trâmites de bens e valores, sob a diretriz da moralidade contábil que rege as transações financeiras, configura-se como

domínio-fonte para o seguinte quadro conceitual metafórico que situa algumas extensões conceptuais coocorrentes à metáfora BENÇÃO É BEM VALIOSO. Desse modo:

Por contabilidade moral:

BEM-ESTAR É RIQUEZA

(OBTER) BENÇÃO É BEM ESTAR

Então,

BÊNÇÃO É RIQUEZA

BENÇÃO É BEM VALIOSO

(RECEBER) BÊNÇÃO É GANHO/ PREJUÍZO É PERDER BÊNÇÃO

Por moralidade retributiva:

BÊNÇÃO É RECOMPENSA

BÊNÇÃO É GRATIFICAÇÃO

Constatadas as metáforas BENÇÃO UM BEM VALIOSO e, por moral contábil retributiva, BENÇÃO É UMA RECOMPENSA, logo, coadunam as seguintes metáforas orientacionais:

MAIS É POSITIVO

MENOS É NEGATIVO

Assim, por acarretamento:

Quanto mais bênção melhor

Quanto menos bênção pior

#### vi) *Glória*

(56) [...] *porque não se poderia haver maior glória dos bem-aventurados [...]* (Sermão da Conceição da Virgem Senhora Nossa, p. 22)

(57) [...] *Amou tanto a São Francisco, que lhe deu a melhor parte de sua glória [...]* (Sermão das Chagas de São Francisco, p. 145)

(58) [...] *metamos hoje o demônio debaixo dos pés, e que vençamos animosamente esta cruel tentação, que a todos nesta terra tem levado ao inferno, e nos vai levando também a nós. Demos esta vitória a*

*Cristo, demos esta glória a Deus [...] (Sermão da Primeira Domingo da Quaresma ou das Tentações, p. 198)*

*(59) Pois se tinha já a sua glória, como pedia ao Pai que lha desse? Cristo Senhor nosso, neste mundo tinha duas glórias [...] Cristo teve a primeira glória desde o instante de sua concepção, as segunda não a teve, senão no dia de sua Paixão, e esta é a glória que pedia a seu Pai. (Sermão das Chagas de São Francisco, p. 144)*

As passagens (56), (57), (58) e (59) acima refletem a metáfora ontológica GLÓRIA É UM BEM (OBJETO) VALIOSO. Conforme Lakoff e Johnson (2002 [1980]), esse tipo de metáfora se caracteriza em concretizar conceitos abstratos constituindo-os em entidade, o que permite, por exemplo, ao evangelista relacionar, quantificar, qualificar, seccionar tais entidades.

Ao analisarmos o excerto (56), percebemos que, compreendida como bem (objeto), *glória* foi qualificada pelo sermônista, sendo caracterizada como “*maior glória*”. Em (57), pôde ser seccionada em partes, assim como qualquer corpo físico. Isso é o que constatamos no trecho onde revela que São Francisco “*deu a melhor parte de sua glória*”. Em (58), a compreensão de GLÓRIA COMO BEM (OBJETO) permitiu que ela fosse dada a Deus como forma de **retribuição**, “*demos esta glória a Deus*”. Na passagem (59), como entidade física, *glória* pôde ser quantificada no discurso do Padre Antônio Vieira, como revela os trechos: “*Cristo Senhor nosso, neste mundo tinha duas glórias*”.

*(60) [...] por filhos de Adão, nascemos deserdados da glória [...] (Sermão da Conceição da Virgem Senhora Nossa, p. 27)*

O recorte (60), logo acima, referenda que, no discurso religioso em causa, *glória* pode ter seu conceito metafóricamente estruturado não só pelo **domínio físico** pelo qual experienciamos objetos, mas também pela realidade materialista que envolve aquisição bens, notação de valores e trâmites financeiros orientados por princípios e noções de uma **contabilidade moral**.

Em (60), o conceito de *glória* estruturou-se em termos de bem patrimonial, passível de ser transferida a outrem como herança. O fragmento atesta que, por sermos descendentes de Adão, no âmbito religioso, uma figura relacionada ao pecado, não nos constituímos como de

herdeiros legais (morais) da *glória* de Deus. Assim, essa conjuntura repercute as metáforas conceptuais GLÓRIA É BEM VALIOSO ou GLÓRIA É UM PATRIMÔNIO que, por sua vez, sob a ótica da moralidade, têm as seguintes correlações metafóricas:

Por sistema moral:

MORAL É BEM-ESTAR

Por contabilidade moral:

BEM-ESTAR É RIQUEZA

Logo,

(TER) GLÓRIA É BEM-ESTAR

GLÓRIA É RIQUEZA

GLÓRIA É BEM VALIOSO (PATRIMÔNIO)

Sendo assim, a igreja compreende que:

(RECEBER) GLÓRIA É GANHO (CRÉDITO MORAL)

PREJUÍZO (DÉBITO MORAL) É PERDER GLÓRIA

Ante o esquema supradelineado, entendemos que o conjunto de metáforas correlacionadas é mais uma constatação não só das operações financeiras que, experienciadas socialmente, servem de domínio-fonte, mas também da operacionalidade de uma contabilidade moral subjacente à conceptualização metafórica de aspectos espirituais, tal como *glória*, em termos de bens materiais.

(61) [...] *glória, aqui recebe-a. Esta é a força daquele ejus. No céu dá Deus a glória aos bem-aventurados; na terra vós, que o assistis, dais a glória a Deus. Deus no céu dá a glória aos bem-aventurados, porque deixando-se ver e amar faz aos bem-aventurados gloriosos.*  
(Sermão do Santíssimo Sacramento, p. 226)

O fragmento (61) se orienta pela **metáfora da contabilidade moral**, mais precisamente, nos moldes da **contabilidade retributiva**. Assumindo o princípio da retribuição, Vieira, como representante da comunidade católica, dispõe que GLÓRIA É UM BEM VALIOSO dado por Deus na forma de recompensa aos homens seguidores dos mandamentos divinos, chamados de bem-aventurados. Desse modo, o recorte (61) atesta, ainda, que GLÓRIA É GRATIFICAÇÃO. Portanto, é transferida ao homem por **retribuição** e não por altruísmo. Por meio da **moralidade retributiva (justiça retributiva)**, DEUS-PAI

SEVERO exige do interessado à obtenção da *glória* uma contraparte (obediência aos mandamentos divinos). Daí, temos:

Pelo sistema moral:

MORAL É (TER) BEM-ESTAR

Por contabilidade moral:

BEM-ESTAR É RIQUEZA

GLÓRIA É BEM-ESTAR

Assim,

GLÓRIA É RIQUEZA

GLÓRIA É BEM VALIOSO

Pela moralidade contábil retributiva:

GLÓRIA É GRATIFICAÇÃO

GLÓRIA É RECOMPENSA

Logo, para o Cristão:

MORAL É ADQUIRIR GLÓRIA

IMORAL É NÃO TER GLÓRIA

GRATIFICAÇÃO É GANHO

(OBTER) GLÓRIA É GANHO, PREJUÍZO É PERDÊ-LA

(62) *Lembraí-vos agora do que fez o demônio e do que prometeu e do que pediu a Cristo na tentação do monte. O que fez foi trazer ali todo o mundo; o que prometeu foi a glória de todos os reinos; o que pediu foi somente que se pusesse Cristo de joelhos diante dele.* (Sermão da Bula da S. Cruzada, p. 376)

(63) *Estas são as glórias do vosso mundo e dos vossos reinos: Omnia regina mundi, et gloriam eorum. E por estas glórias falsas, vãs e momentâneas, damos aquela alma imortal que Deus criou para a glória verdadeira e eterna.* (Sermão da Primeira Domingo da Quaresma, p. 472)

Os excertos (62) e (63) denotam a metáfora ontológica GLÓRIA É BEM VALIOSO. Porém, mostram que a comunidade religiosa definem dois tipos de glória: uma *glória* advinda

de Deus e uma *glória* advinda do mundo. Dessa forma, a comunidade católica atribui **valores** morais distintos a cada uma delas. Por meio da **contabilidade moral**, define as seguintes notações contábeis:

- a glória de Deus tem alto valor (notação positiva),
- a glória do mundo tem baixo valor (notação negativa).

O fragmento (62) que aborda a tentação de Cristo mostrou que o diabo prometeu-lhe dar “*a glória de todos os reinos; [como ação compensatória] o que pediu foi somente que se pusesse Cristo de joelhos diante dele*”. Como sabemos, nessa negociata, não houve acerto entre as partes. A nosso ver, para a não realização, primeiro concorreu a **força moral** de Cristo, regida pelos princípios de **retidão moral** e **força** para vencer o mal; em segundo, concorreu o princípio da **retribuição moral**, que, nas transações entre duas partes, implica que ao se receber algo de certo valor o obriga dar algo de igual valor a essa pessoa. Em outras palavras, é dever moral acertar (equalizar) as dívidas. Entretanto, como já sinalizado por nós, no contexto religioso, a GLÓRIA DO MUNDO É UM BEM DE BAIXO VALOR.

É exatamente essa *glória* de baixo valor que o demônio pretende entregar a Cristo em troca de sua adoração. Isso configura uma dívida impossível de ser equalizada, dado o valor muito superior que tem a adoração de Cristo. Do ponto de vista da **contabilidade retributiva**, caso aceitasse as condições da negociação com o diabo, Jesus cometeria um ato imoral, visto que sua contraparte (adorar) tem valor inestimável, e que por isso não **equalizaria a conta**. Romperia, portanto, com o princípio da retribuição que, como já dispomos no parágrafo anterior, orienta que a contraparte seja de igual valor ao que foi recebido.

Mediante nossas colocações, concluímos que, em (62), a proposta do diabo não era moral, visto que, assumindo a metáfora GLÓRIA DO MUNDO É BEM DE BAIXO VALOR, ofereceu esse bem de valor ínfimo ante o que Cristo daria em troca como pagamento ficando prostrado de joelhos adorando-o. Desse modo, não haveria equalização na negociação, o que esboçaria uma ação imoral, já que moral é ter as contas e os indivíduos da negociação devidamente equacionados. É o que determina a moral retributiva (Lakoff, 1995).

(63a) “*E por estas glórias falsas, vãs e momentâneas, damos aquela alma imortal que Deus criou para a glória verdadeira e eterna*”.

O fragmento (63a) ratifica exatamente o que já dispomos em relação ao excerto (62). O recorte (63a) confirma que no contexto religioso AS GLÓRIAS DO MUNDO SÃO BENS



DE BAIXO VALOR. Segundo Pe. Antônio Vieira, a notação negativa às *glórias* do mundo se justifica, especificamente, porque “*estas glórias [são] falsas, vãs e momentâneas*”. Em contraposição, fica evidente que a *glória divina* se afirma notadamente como um bem de altíssimo valor, visto que é “*glória verdadeira e eterna*”.

Então, com base em nossas interpretações, podemos sugerir o seguinte cenário constituído por metáforas conceptuais correlatas que operam na conceptualização do termo *glória* na esfera religiosa católica, foco de nossas investigações.

Assim, por metáfora orientacional, temos:

POSITIVO É PARA CIMA

NEGATIVO É PARA BAIXO

Pelo sistema moral:

MORAL É PARA CIMA (RETIDÃO)

IMORAL É PARA BAIXO

Por contabilidade moral:

BEM-ESTAR É RIQUEZA

Se GLÓRIA É BEM-ESTAR, então:

GLÓRIA É RIQUEZA

No contexto religioso, concebe-se:

GLÓRIA DIVINA É BEM VALIOSO

GLÓRIA DO MUNDO É BEM DE BAIXO VALOR

Consecutivamente, é razoável inferir:

GLÓRIA DIVINA É GANHO

GLÓRIAS DO MUNDO É PREJUÍZO

GLÓRIAS DO MUNDO É DÉBITO (PARA COM DEUS)

Esboçado, aqui, parte de uma provável rede de metáforas conceituais que operam à significação do termo *glória* como bem valioso. Vale destacar, também, que tais metáforas conceptuais têm papel de extrema relevância no contexto católico, pois servem como preceitos essenciais a essa comunidade religiosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs, especificamente, investigar o modo como o conjunto de noções morais opera à conceptualização metafórica de alguns termos evocados com certa recorrência em sermões de Padre Antônio Vieira. Além disso, também tencionamos expor os quadros conceptuais resultantes da correlação entre moralidade e conceitos metafóricos. Para isso, lançamos mão dos pressupostos relacionados à Teoria da Metáfora Conceptual empreendida por George Lakoff e Mark Johnson (2002 [1980]), à tese dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987) e à hipótese do Sistema Metafórico da Moralidade (LAKOFF, 1995) e (LAKOFF; JOHNSONS, 1999). Desse modo, nosso trabalho apoiou-se em dispositivos de análises situados na Semântica Cognitiva.

A perspectiva cognitivista, em termos do pensamento lakoffiano, assumida nesse estudo dá conta que as **experiências corpóreas e sociais** são bases para o estabelecimento de significações, inclusive para o delineamento das noções morais difundidas na sociedade. Isso pode ser confirmado em nossas análises. Nas passagens sermonísticas que serviram de dado de análise, o evangelista mobilizou, metaforicamente, domínios de conhecimentos alheios ao âmbito religioso como fonte para tratar, justamente, as questões próprias da religiosidade.

Com base nos dispositivos teóricos acionados por nós como aporte nesse estudo, ao lançarmos uma análise qualitativa sobre o *corpus* depreendemos aspectos complexos da dinâmica conceptual metafórica dos termos do âmbito religioso submetidos à introspecção investigativa. Como resultado, constatamos, entre outras coisas, que os referidos conceitos metafóricos, **por via de noções morais sistematizadas**, se constituem como verdadeiros preceitos aos fiéis, servindo como concepções indispensáveis para pleitear junto à autoridade moral suprema (Deus) uma série de benefícios. Em contrapartida, “*quebrar uma lei divina*” incorre uma ação imoral sujeita a uma retaliação.

A partir de nossa pauta investigativa, no presente estudo, remontamos quadros conceituais engendrados cognitivamente pela comunidade cristã católica. Em nossas averiguações, constatamos a alta incidência de conceitos construídos por modelos cognitivos metafóricos, revelando metáforas conceptuais diversas, entre elas metáforas morais, articuladas entre si, constituindo uma rede. Os mapeamentos metafóricos se mostraram fundamentais ao tratamento discursivo de itens espirituais, especialmente aos pertencentes ao domínio abstrato.

Como resultados específicos, na investigação dos termos *Deus, homem, lei divina, pecado, escritura sagrada e evangelho*, enquadrados na categoria de análise 1, verificamos que suas conceptualizações se estruturam metaforicamente sob influência da **moralidade instituída na família**, que, mais precisamente, serviu de domínio-fonte. Nessa perspectiva, em relação à concepção do item *Deus*, evidenciamos como fonte prototípica na esfera religiosa o modelo de **pai severo**, que, por sua vez, evoca a noção de **uma ordem moral** que o institui como **autoridade moral absoluta** da família. Assim, por influência de tais noções morais, repercutiram-se as metáforas DEUS É PAI (SEVERO); DEUS É JUIZ, DEUS É REI.

Ainda por meio de nossas incursões investigativas, atestamos que a moralidade do **pai severo**, por via da **força moral** necessária para combater a imoralidade, priorizou a **contabilidade moral retributiva** (Justiça moral retributiva) para punir os filhos (toda humanidade) pelas ações imorais praticadas (pecados). Portanto, nos dados observados, a lógica retributiva sagrou-se como meio priorizado pela autoridade moral suprema para o acerto das dívidas morais contraídas pelos homens. Isso revelou, consecutivamente, outras compreensões metafóricas da figura de Divina. Assim, constatamos: DEUS É UM EXÍMIO CONTADOR e DEUS É CREDOR MORAL DO HOMEM PECADOR.

Pelo modelo de **pai cuidadoso** que moralmente prioriza o cuidado em detrimento à força punitiva, constatamos o conceito metafórico DEUS É PASTOR, corroborando Feltes (2007, p. 344). Confirmada a presença da metáfora da moralidade da família (AUTORIDADE MORAL É AUTORIDADE PATERNAL) na pregação de Vieira, projetaram-se os conceitos metafóricos: DEUS É PAI e HOMEM É FILHO DE DEUS.

É importante considerar, ainda, que, em nossas análises, verificamos um **modelo cognitivo de adoção**, do qual emergiu a metáfora conceptual DEUS É PAI ADOTIVO. Por essa concepção, o ser humano deixaria de ser descendente direto de Deus. Essa constatação remeteu a Lakoff (1987) ao considerar a radialidade categorial (conceptual) em torno de certos itens.

Pelo sistema moral proposto por Lakoff (1995) e Lakoff e Johnson (1999), identificamos, também, que o conceito metafórico de *pecado* na comunidade religiosa se orienta pela **moralidade contábil**, evidenciado a metáfora conceptual PECADO É DÉBITO, ou ainda, PECADO É UMA DÍVIDA MORAL (PARA COM DEUS). Nessa perspectiva, pela contabilidade retributiva, DEUS PAI SEVERO, metaforizado como Juiz, instaura uma **justiça retributiva** para designar castigos devidos para a fim de saldar as dívidas morais (pecados).

Em nossos estudos, foi possível observar que, da correlação entre a metáfora ontológica LEI DIVINA É OBJETO QUEBRADIÇO e um quadro composto por noções morais sistematizadas, adveio os conceitos (preceitos) metafóricos de que QUEBRAR LEI DIVINA É AÇÃO IMORAL e, por conseguinte, QUEBRAR LEI DIVINA É DÉBITO (PECADO).

Em relação aos termos *escritura sagrada e evangelho*, identificamos a conceptualização metafórica ESCRITURA SAGRADA (EVANGELHO) É RECIPIENTE. Tal evidência conceitual nos dados coletados nos mostraram que, para sua estruturação, concorreu o modelo cognitivo **contêiner**, definido por Lakoff (1987) como um esquema de imagem. Pela ótica moral, detectamos que o esquema contêiner serve de **orientação** à moralidade cristã. Levando a conceber, metaforicamente, os seguintes valores morais: DENTRO (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É MORAL (GANHO); FORA (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É IMORAL (PREJUÍZO MORAL); O CONTEÚDO (DA ESCRITURA SAGRADA / EVANGELHO) É BEM VALIOSO.

Em relação aos termos da categoria 2, *vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*, verificamos que, no discurso sermônico de Vieira, emergem metáforas conceptuais que ligam estes itens espirituais a entidades físicas (objetos/bens de valor) suscetíveis à perspectiva materialista da permuta ou transação financeira, práticas comuns às sociedades capitalistas. Dessa experiência acionada como domínio-fonte, as noções de perda e ganho (prejuízo) foram relacionadas, metaforicamente, à moralidade frente à aquisição ou perda desses “bens espirituais”. As análises dos dados mostraram que, ao enfoque dos trâmites financeiros tomado como fonte por Pe. Vieira na abordagem de elementos do plano espiritual em termos de bens materiais, de forma subjacente, operaram **princípios da moralidade contábil** que, em uma de suas linhas, rege: ações imorais geram débitos morais e com ações morais obtêm-se créditos morais.

Nesse quadro conceptual que tomou, metaforicamente, os itens lexicais da categoria 2, “bens espirituais” **como bens materiais valiosos**, entre os princípios contábeis que poderiam reger moralmente a retirada, aquisição ou não de *vida, alma, salvação, bênção, graça e glória*, constatamos que, em todas as análises, tais ações foram norteadas pela **contabilidade moral retributiva**. Presumindo, portanto, a **equidade** das contas morais e das partes envolvidas numa negociação moralmente orientada (LAKOFF; JOHNSON, (1999, p. 296).

Nesse sentido, um ponto importante de nossa investigação foi em relação ao conceito de *salvação*. Constatamos que, enquanto bem valioso, por contabilidade moral, Deus a

transfere ao homem por **via retributiva**, como **recompensa** por sua obediência e por atos morais praticados. Desse modo, a aquisição da *salvação* é condicional, sem ações morais o homem não a obtém. Em decorrência, a confirmação da moral retributiva excluiu a via altruísta para a cessão da *salvação* espiritual no âmbito da comunidade religiosa.

Para nós, esse é um dos trunfos da doutrina cristã. Na ausência da perspectiva contábil altruísta para a consecução da *salvação* (assim com dos demais itens da categoria 2), as metáforas ontológicas SALVAÇÃO É BEM VALIOSO e a co-ocorrente SALVAÇÃO É RECOMPENSA (GRATIFICAÇÃO) servem como metáforas-eixo, essenciais à orientação e até mesmo à coerção dos fiéis à moralidade. Vale ressaltar que essa nossa colocação remete a Tracy (1992), quando afirmou que as religiões se fundam em torno de metáforas.

Na análise do elemento *alma*, desvelamos um cenário conceptual bastante complexo, motivo pelo qual discorreremos sucintamente parte dos resultados. Inicialmente, a partir da identificação da metáfora conceptual ALMA É BEM VALIOSO atestamos um cenário mercadológico regido pela contabilidade moral retributiva. Implicando que, no contexto religioso, no tocante à aquisição de *almas*, delineou-se o princípio da **equidade moral** das contas. À nossa interpretação, esse pode ser o motivo pelo qual, na comunidade cristã, impera a noção (moral) de que, dar (perder) a *alma* em troca da aquisição de algo de baixo valor (coisas do mundo) configura-se como prejuízo, uma ação imoral perante Deus.

Remetendo a Lakoff (1995) quando considera que, pela via retributiva, não há moralidade numa transação onde as contas e as partes não se equacionam, em nosso estudo, lançamos esta noção moral como justificativa para o insucesso da investida do diabo em conquistar a *alma* de Cristo.

Na passagem (43), evidenciamos por meio de nossas incursões que, como bem valioso que é, Cristo se prontificou em adquirir as *almas* humanas. Dando sua vida pela aquisição das *almas*, pagou o alto preço, o preço justo e equitativo ao valor de cada *alma*. Como houve custo a uma das partes, presumimos a instauração de uma dívida moral. Essa conjuntura mercadológica delineada no recorte (43) nos permitiu, ainda, fazer outra incursão interpretativa. Sob orientação da contabilidade moral retributiva, que, segundo Lakoff e Johnson (1999), têm suas bases nas transações financeiras, pontuamos que Viera, no referido recorte, denotou que, para o estabelecimento de negociações moralmente balizadas, Cristo primou pela equidade das contas.

Para nós, em (43), a presença do modelo cognitivo fundamentado em trâmites mercadológicos pode sinalizar de forma subliminar que, nesse fragmento, a morte de Cristo

não se deu plenamente por via da moralidade altruísta. Noção pela qual, conforme Lakoff (1995), o credor moral recusa-se a receber a compensação por parte do devedor. Como já falamos, mediante a metáfora ALMA É MERCADORIA (BEM VALIOSO), instaura-se às questões religiosas uma lógica de mercado que, segundo nossas análises, poderia se orientar prioritariamente pela moralidade contábil retributiva.

Em (43), ficou denotado que para obtenção do direito moral sobre as *almas* humanas, Cristo pagou com a vida. Saliente à primeira vista o altruísmo da parte deste, para nós, a moral retributiva parece ter ficado subentendida nessa passagem sermonística, orientando que o melhor é que cada homem entregue sua *alma* como forma de compensar (equalizar) esse débito moral com o filho de Deus. Assim, na recusa dessa entrega (compensação da dívida) para vendê-la por baixo valor (coisas do mundo) oferecido pelo demônio, o homem faz um mal negócio e se centra na imoralidade por não quitar um débito. Em decorrência, é senso comum à comunidade religiosa a qual padre Antônio Vieira é um agente representante, conceber que, mediante tal dívida, entre as penalidades (retaliações) designadas pela justiça retributiva de DEUS PAI-SEVERO está a perda da *salvação*.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BÍBLIA. PORTUGUÊS. **Bíblia Sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1994.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. **Introdução à Linguística Cognitiva**. In: Matruga. Rio de Janeiro: v. 16, n. 24, (Jan./Jun.), 2009, p. 77- 96.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2007.
- COSTA, Carla Nascimento. **Metáforas do Casamento no discurso religioso**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal Fluminense. 2010.
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.
- ESPÍNDOLA, Lucienne. **Expressões Linguística Metafóricas x Funções Semântico-discursivas**. In: ESPÍNDOLA, Lucienne (Org.). **Metáforas conceituais no discurso**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2011.
- FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.
- GOMES, Languisner. **No mar das teorias: as redes de representação semântica na composição do blending**. In: GOMES, Languisner; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes (Orgs). **Entre mesclas e Metáforas: nos labirintos da geração do sentido**. Caxias do Sul: EducS, 2012.
- GRANZOTTO, Carina Maria Niederauer. **Semântica Cognitiva Aplicada: a radialidade da categoria *religião* nos discursos dos imigrantes italianos (de 1875 à década de 1950)**. Dissertação (mestrado em Linguística e Cultura Regional). Universidade de Caxias do Sul, 2007.
- KELLER, Garine Andréa; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Categorização de Serra Gaúcha no discurso turístico publicitário: enquadres e processos de metonimização**. In: Anais IV Congresso internacional sobre Metáfora na linguagem e no pensamento. Porto Alegre: Outubro, 2011, p. 360 – 389.
- KÖVECSES, Zóltan. **Metaphor in culture: universality and variation**. New York: Cambridge University Press, 2005. 314 p.
- LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the**

mind. Chicago, IL: Chicago University Press, 1987. 632 p.

\_\_\_\_\_. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought.** New York: Basic Books, 1999.624 p.

\_\_\_\_\_. **Metaphor, morality, and politics or, why conservatives have left liberals in the dust.** In: Social Research, vol 62, no. 2 (summer 1995).

\_\_\_\_\_. **Metáforas da vida cotidiana.** (coordenação da Tradução Mara Sophia Zanotto) Campinas,SP: Mercados de Letras. São Paulo: EDUC, 2002. 360 p.

LEME, Helena Gordon Silva. **Indeterminação e metáforas no discurso religioso: a construção do sentido no evangelho da prosperidade.** Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Católica de São Paulo, 2003.

LENZ, Paula. **Semântica Cognitiva.** In: FERRAREZI, Celso Junior; BASSO, Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas: uma introdução.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

LIMA, Graziellen Gelli Pinheiro. **Metáforas orientacionais: direcionando a argumentação.** In: ESPÍNDOLA, Lucienne (Org.). **Metáforas conceituais no discurso.** João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Erik Miletta. **Semântica dos Protótipos.** In: FERRAREZI, Celso Junior; BASSO, Renato. **Semântica, semânticas: uma introdução.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SARDINHA, Tony Berber. **Metáfora.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SPERANDIO, Natália Elvira; ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. **O modelo cognitivo metafórico no processo de categorização.** In: Anais IV Congresso internacional sobre Metáfora na linguagem e no pensamento. Porto Alegre: Outubro, 2011, p. 501 – 532.

TERSARIOL, Alpheu. **Manual prático de redação e gramática.** São Paulo: Li-Bra Editorial, 1994.

TRACY, David. **Metáfora e Religião: O caso dos textos Cristãos,** In: SACKS, Sheldon (Org.). **Da metáfora.** São Paulo: Educ-Pontes, 1992.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Sermões: a arte retórica.** Campinas: Russell Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sermões.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Sermões.** Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf>> Acesso em: 20/12/2014.

\_\_\_\_\_. **Sermão da Primeira Domingo do Advento (1650).** Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf>> Acesso em: 20/12/2014.



\_\_\_\_\_. **Sermão da Primeira Dominga do Advento (1655)**. Disponível em:  
<<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf>> Acesso em: 20/12/2014.

\_\_\_\_\_. **Sermão do Quarto Sábado da Quaresma**. Disponível em:  
<<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf>> Acesso em: 20/12/2014.

---